

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA

**ENVELHECENDO:
EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS IDOSAS DOS SERVIÇOS DE
CONVIVÊNCIA SOBRE VÍNCULOS FAMILIARES, MEMÓRIA E
CUIDADO**

SÃO CARLOS - SP
2026

CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA

**ENVELHECENDO:
EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS IDOSAS DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA SOBRE
VÍNCULOS FAMILIARES, MEMÓRIA E CUIDADO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Exame de Defesa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Comportamento e Cognição
Linha de pesquisa: Dimensões subjetivas da cognição e do comportamento

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Name Risk

São Carlos - SP

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Caroline dos Santos Spindola, realizada em 06/03/2026.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Eduardo Name Risk (UFSCar)

Prof. Dr. Leonardo Cardoso Portela Câmara (UFSCar)

Profa. Dra. Daniela Barsotti Santos (UFTM)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001
O presente trabalho foi realizado sem bolsa.*

Aos meus velhos do passado, do presente e do futuro

Agradecimentos

Agradeço aos meus interlocutores que me confiaram memórias tão preciosas.

Agradeço aos meus velhos de agora, nas figuras dos meus pais, Valter e Vanusa, por me mostrarem os caminhos, me construírem enquanto sujeito e pelas memórias compartilhadas e a família ofertada. Aos meus tios Leidiane, Fernanda, Fábio, Carlos e Vanilson; ao meu avô Marcolino pelo feijão com charque; às minhas avós Maria e Helena, que vivem na memória e fazem tanta falta; aos meus bisavôs Simplício e Alexandrina, Marcionila e Severino, Joaquim e Olindina. Aos seus filhos, meus tios: Noeme, Silmara, Val, Dolores, Aleones, Zeni e Neném.

Agradeço aos meus velhos do futuro. Às minhas outras metades, Carine e Aline, por serem a certeza de um futuro bonito, o colo, a amizade e as análises selvagens. Ao meu parceiro de envelhecimento cotidiano, Miguel, pela paciência, pelo bucho cheio, pelo companheirismo e pela oportunidade de conhecer minha criança-enteada Júlia, que me ensina tanto. Às minhas primas Mariana, Alice, Sofia e Ana por continuarem nossa família e serem a esperança de um mundo mais divertido.

Agradeço às minhas velhas colegas de trabalho e de luta na Política de Assistência Social: Ângela, Mônica, Daiane, Camila, Isabela, Salete, Valquíria, Marilene, Paulo, Vitória, Karina, Maine e Fernandinha.

Agradeço aos meus professores da graduação e da pós-graduação (UFSCar, USP, UFRGS), especialmente ao meu orientador, o professor doutor Eduardo, sempre sensível e paciente, que acreditou em mim, me incentivou e inspirou. Devo a ele a pesquisadora que me tornei. Aos meus colegas de grupo e laboratório, meu muito obrigada pelo compartilhamento, incentivo e construção coletiva.

Agradeço aos meus velhos amigos Ayrton, Rodrigo, Eduardo, Erick, Rodrigo, Júlia, Sylvio, Renata e Júlia.

Agradeço a todos os seres humanos e não-humanos (Frida, Rossi, Marx, Atena, Lila, Fred e Koda) por atravessarem a minha vida. Sou porque vocês me fizeram e agradeço.

Spindola, Caroline dos Santos. (2026). *Envelhecendo: Experiências de pessoas idosas dos serviços de convivência sobre vínculos familiares, memória e cuidado*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo

A velhice é entendida como marca subjetiva que pode gerar angústia pela sua associação com a morte. Como fenômeno social complexo, o envelhecimento exige políticas intersetoriais, como a Política Nacional de Assistência Social, que promove a convivência comunitária e familiar. Este estudo teve por objetivo compreender a percepção sobre envelhecimento, vínculos familiares, memória e sociabilidade digital de pessoas idosas frequentadoras de serviços de convivência em Piracicaba (SP). Foram utilizados os seguintes métodos de coleta de dados: (a) questionário sociodemográfico, (b) roteiro de entrevista clínica semiestruturada e (c) diário de associações. A partir de um trabalho exploratório, descritivo e qualitativo, foram entrevistados 86 idosos (87% mulheres, com idade média de 69 anos). Os participantes, em sua maioria aposentados com baixa escolaridade e renda, apresentaram concepção ampliada de família, incluindo laços afetivos com parentes, vizinhos e até animais de estimação. A memória foi valorizada como testemunho da vida e elemento de vinculação. O uso da internet foi visto principalmente como passatempo, não como espaço comunitário. O corpo surgiu como tema central, marcado pela dualidade entre saúde e dores crônicas. O nascimento dos netos e a independência dos filhos foram percebidos como aspectos positivos, embora sentimentos de abandono tenham sido relatados como experiências negativas. Notavelmente, os idosos não abordavam espontaneamente o tema do envelhecimento e não se identificavam com a própria idade. A pesquisa conclui que políticas públicas para a velhice devem considerar suas dimensões subjetivas e relacionais, indo além das abordagens tradicionais para acolher efetivamente as experiências concretas dos idosos.

Palavras-chave: *envelhecimento, pessoas idosas, pesquisa qualitativa, assistência social, políticas públicas*

Spindola, Caroline dos Santos. (2026). *Aging: Experiences of elderly people from social services regarding family bonds, memory, and care*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Abstract

Old age is understood as a subjective marker that can generate anguish due to its association with death. As a complex social phenomenon, aging requires intersectoral policies, such as the National Social Assistance Policy, which promotes community and family interaction. This study aimed to understand the perception of aging, family bonds, memory, and digital sociability among elderly individuals attending community coexistence services in Piracicaba (SP). The following data collection methods were used: (a) a sociodemographic questionnaire, (b) a semi-structured clinical interview guide, and (c) an association diary. Through an exploratory, descriptive, and qualitative approach, 86 elderly individuals were interviewed (87% women, average age of 69 years). The participants, mostly retired with low education and income levels, showed an expanded concept of family, including affective bonds with relatives, neighbors, and even pets. Memory was valued as a testimony of life and as a bonding element. Internet use was seen mainly as a pastime, not as a community space. The body emerged as a central theme, marked by the duality between health and chronic pain. The birth of grandchildren and the independence of children were perceived as positive aspects, although feelings of abandonment were reported as negative experiences. Notably, the elderly did not spontaneously address the topic of aging and did not identify with their own age. The study concludes that public policies for old age must consider its subjective and relational dimensions, going beyond traditional approaches to effectively embrace the concrete experiences of the elderly.

Keywords: *aging, elderly people, qualitative research, social assistance, public policies*

Lista de figuras

Figura 1. <i>Expectativa de vida do brasileiro ao nascer entre 1900 e 2060.....</i>	<i>21</i>
Figura 2. <i>Mapa da rede socioassistencial do município de Piracicaba.....</i>	<i>60</i>
Figura 3. <i>Mapa da região administrativa Santa Terezinha e Vila Sônia de Piracicaba.....</i>	<i>61</i>
Figura 4. <i>Equipamento Centro de Referência da Assistência Social Vila Sônia.....</i>	<i>62</i>
Figura 5. <i>Características das pessoas idosas referenciadas ao Cras Vila Sônia até janeiro de 2025.....</i>	<i>66</i>
Figura 6. <i>Mapa de palavras associadas conforme a incidência de palavras após aplicação da atividade “Escreva a primeira palavra que te lembra família” no Grupo CCInter Parque Piracicaba.....</i>	<i>73</i>
Figura 7. <i>Características dos interlocutores dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculo.....</i>	<i>83</i>

Lista de tabelas

Tabela 1. <i>Dados demográficos da população com mais de 60 anos.....</i>	22
Tabela 2. <i>Síntese dos serviços socioassistenciais por proteção.....</i>	49
Tabela 3. <i>Divisão do território por bairros e equipe de atendimento.....</i>	63
Tabela 4. <i>Comparação entre as famílias, unipessoais e compostas, com pessoas idosas do Cras Vila Sônia entre 2024 e 2025, em porcentagem.....</i>	65
Tabela 5. <i>Número de participantes em cada local de coleta.....</i>	69
Tabela 6. <i>Incidência de palavras associadas com família, após aplicação da atividade “Escreva a primeira palavra que te lembra família” no Grupo CCInter Parque Piracicaba.....</i>	75
Tabela 7. <i>Estatística básica descritiva da idade dos participantes e seus filhos.....</i>	82
Tabela 8. <i>Distribuição das participantes por escolaridade, estado civil, renda e naturalidade</i>	84
Tabela 9. <i>Principal ocupação dos interlocutores desempenhada ao longo da vida.....</i>	87
Tabela 10. <i>Atividades de lazer e sua frequência apontadas pelos interlocutores.....</i>	89
Tabela 11. <i>Acesso e uso de plataformas digitais e atividades realizadas no ambiente virtual.....</i>	90
Tabela 12. <i>Características das pessoas entrevistadas na segunda fase.....</i>	103

Lista de siglas

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CCInter - Centro de Convivência Intergeracional

CNAS - Conselho Nacional da Assistência Social

Cras- Centro de Referência de Assistência Social

Creas- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

e-Gov - Governo Eletrônico

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional

Loas - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

OSC - Organização da Sociedade Civil

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNI - Política Nacional do Idoso

PPA - Programa de Preparação para Aposentadoria

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNDPI - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Suas - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	CONCEPÇÃO - INTRODUÇÃO	11
2	COMEÇO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	AS PESSOAS.....	17
2.1.1	Quem é a População Idosa?	17
2.1.2	Quantos são a População Idosa?.....	19
2.1.3	Sociabilidade Digital.....	22
2.1.4	Contribuições e inquietações da Psicanálise.....	26
2.2	O ESTADO.....	40
2.2.1	Políticas Públicas.....	41
2.2.2	Política Nacional de Assistência Social.....	48
2.3	A FAMÍLIA.....	51
2.3.1	Parentesco, Substância e Memória.....	51
3	MEIO - MÉTODOS	57
3.1	A CIDADE.....	57
3.2	OS PARTICIPANTES	63
3.3	OS INSTRUMENTOS.....	66
3.4	A COLETA.....	68
3.5	AS ENTREVISTAS.....	76
3.6	O DIÁRIO DE ASSOCIAÇÕES.....	78
4	COMEÇO - RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1	OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA.....	81
4.2	AS CONVERSAS.....	95
4.2.1	As memórias.....	97
4.2.2	Os sujeitos.....	102
4.2.2.1	Sociabilidade digital.....	104
4.2.2.2	Família e comunidade.....	105

4.2.2.3	Religião.....	108
4.2.2.4	Corpo e sexualidade.....	110
4.2.2.5	Envelhecimento e luto.....	111
4.2.2.6	Trabalho e estudos.....	113
4.3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CUIDADO.....	114
4.4	PRODUTOS TÉCNICOS.....	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICE A	134
	APÊNDICE B	138
	APÊNDICE C.....	139
	ANEXO 1	146

1. CONCEPÇÃO - INTRODUÇÃO

Desde a infância, o cuidado esteve presente nas minhas brincadeiras de faz de conta e no meu imaginário. Enquanto irmã mais velha de duas meninas, sentia que precisava ocupar o lugar de responsabilidade e cuidado pelo bem-estar e alegria delas, não por imposição externa, mas por desejar que fossem felizes e inteligentes. Sentia o peso da responsabilidade de “ser a mais velha”. A curiosidade pela temática da velhice se estendia às pessoas do cotidiano, no prédio onde morávamos, brinquei muito tempo com a zeladora e o porteiro, conversando e querendo entender o que aconteceu em tanto tempo de existência. Nas férias e feriados prolongados, a alegria era visitar as casas dos avós Maria, Helena e Marcolino. Refletindo hoje, sempre estive próxima a pessoas mais velhas e o tema do envelhecimento sempre me interessou.

Estas pessoas, que recebem o nome de velhos ou idosos, me interessavam pela magnitude de suas vidas, seus anos, experiências, pelos livros lidos, pessoas conhecidas, brigas e amores. Encantava-me imaginar que as rugas haviam tomado o lugar do que antes poderia ter sido a marca de um ralado, fruto de uma brincadeira de criança, de uma queimadura enquanto preparava uma refeição para reunião de família ou simplesmente das marcas do tempo, testemunhas de uma vida inteira. Meus avós e até os antepassados que eu mal conhecia, ocupavam um lugar quase mítico na minha cabeça, como figuras de uma ancestralidade distante e ao mesmo tempo presente.

Quando chegou a hora de escolher uma profissão, pensei em Medicina, especialmente Geriatria, mas com o tempo entendi que meu interesse ia além do cuidado físico, que existiam outras formas de conciliar o cuidado, afeto e envelhecimento, escutar, preservar memórias e entender as narrativas por trás daquelas vidas. Eis que surge a Psicologia e a História, posteriormente, o Mestrado e a Antropologia, possibilitando que eu estudasse o processo de envelhecimento e a velhice, para além do biológico e do corpo físico, como fenômeno carregado de cultura, afeto e significados.

Assim o interesse por este estudo não surgiu simultaneamente à elaboração do pré-projeto para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do

Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. As temáticas aqui abordadas foram desenvolvidas a partir de dois pilares: uma demanda social identificada durante a prática profissional em um equipamento público e o desejo pessoal da pesquisadora, motivado por razões acadêmicas, políticas e experiências individuais.

No que diz respeito ao primeiro ponto, desde maio de 2023, atuo na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na cidade de Piracicaba-SP, tendo vivido a rotina da proteção em dois níveis de complexidade: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade. Em ambos os contextos, a questão social relacionada à população idosa revelou-se aspecto particularmente desafiador. Essa fragilidade talvez se deva à ausência de órgão específico de garantia de direitos, como o Conselho Tutelar, que protege crianças e adolescentes, bem como à falta de campanhas de conscientização amplamente difundidas para a prevenção e o cuidado dessa população. Parecia-me que alguns profissionais, representando os serviços, não se sentiam confortáveis em atender a população mais velha que nos buscava. Não por falta de comprometimento ou ética, mas por ausência de intenção na atuação. Por vezes, os serviços não sabiam quem acionar para promover a dignidade desses corpos, faltavam equipamentos preparados para o crescimento do contingente dessas pessoas, além de profissionais dispostos e disponíveis para escutá-las. Se buscavam a PSB eram atendidas e encaminhadas, mas sem grandes expectativas, pois não eram vistas como potenciais estudantes ou trabalhadoras formais. Se chegavam na PSE de média complexidade, era sob o código D.1 (pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar, física, psicológica ou sexual) ou D.2 (pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono).

Como resultado, as pessoas atendidas nos serviços frequentemente ocupavam um "não lugar" na atuação e na educação permanente promovida, tornando-se esquecidas nas discussões sociais e nos atendimentos. Embora fossem atendidas, parecia-me que faltava um olhar para a totalidade do sujeito. Durante a atuação, não eram discutidas as particularidades desses sujeitos, não no sentido de inscrever uma diferença que afaste o vínculo e cuidado entre o atendido e o técnico, mas com o intuito de olhar crítica e

teoricamente para essas pessoas, seus desejos, intenções e história. Às vezes, os atendimentos realizados nos equipamentos da PNAS restringem-se à violência experienciada por quem busca os atendimentos e serviços. Quando o atendimento acontece com uma pessoa idosa, isso se torna mais marcado, pois quando saímos do âmbito da violência, entramos na exclusividade do corpo envelhecido.

Em relação ao segundo ponto, percebi lacuna em minha formação acadêmica no que diz respeito ao estudo específico da população idosa. Durante a graduação, no Bacharelado em Psicologia do Centro de Educação em Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, embora tenhamos abordado temas gerais como violência, personalidade e abordagens clínicas, pouco se discutiu sobre o recorte etário das pessoas com as quais nos relacionamos profissionalmente. Essa ausência de enfoque na questão do envelhecimento e nas particularidades da velhice resultou em uma formação que me deixou curiosa sobre as demandas particulares dessa população, aproximando-me da Gerontologia.

Uma maneira de superar essa inquietação teórica e prática foi por meio da Iniciação Científica, que desenvolvi sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Name Risk, com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante 2021-2022. Na ocasião, propusemo-nos a investigar os aplicativos de relacionamento, focando nossa análise nas experiências de pessoas na meia-idade. A escolha desse grupo etário partiu da compreensão de que eles representam a futura geração de idosos, permitindo-nos refletir sobre como as dinâmicas sociais e tecnológicas atuais podem influenciar as relações e o envelhecimento no futuro. Este estudo foi publicado no periódico *Estudos de Psicologia (Campinas)* (PUC-Campinas) com o título *What is the perfect match? Neoliberalism, dating apps and development of affectional bonds in middle age* (Spindola & Risk, 2025).

Essa experiência não apenas ampliou meu entendimento sobre o tema, mas também me permitiu conectar questões da subjetividade de pessoas com outros marcadores sociais, como a compreensão de família ou vínculos afetivos e questões de gênero, raça e

classe. Enquanto negra mulher, compreendo que toda análise carrega dimensão política intrínseca da qual emerge posicionamento que deve ser cuidadosamente construído a partir de marcadores sociais, como raça, gênero e classe.

Dessa forma, ao concatenar saberes de diferentes campos do conhecimento, como Antropologia, Linguística, Psicanálise, Psicologia e Biologia, comprometo-me a realizar um exercício tanto acadêmico quanto político: refletir sobre a complexidade do processo de envelhecimento e proporcionar escuta ativa e sensível aos meus interlocutores. Para alcançar esse objetivo, é fundamental estabelecer alguns pontos de partida e escolhas teóricas que orientem essa investigação, garantindo que ela seja rigorosa e simultaneamente comprometida com as nuances e particularidades da experiência humana. Ao longo do texto, optei por escrever na primeira pessoa do singular, buscando implicar-me na escrita e ter a liberdade de incluir as percepções etnográficas vivenciadas durante o estudo. Além de reiterar que a escrita acadêmica na área das Ciências Humanas não é neutra. Portanto, a composição desta Dissertação de Mestrado em termos metodológicos e teóricos é interdisciplinar, pois a análise empreendida não se filia aos cânones estritos da Psicanálise, Psicologia, Antropologia e Políticas Públicas assim como o próprio processo de envelhecimento é fruto de diferentes dimensões (físicas, psicossociais, históricas, culturais etc.).

Ancorado na compreensão de que o envelhecimento, embora tenha aspectos biológicos, é interpretado simbolicamente pela cultura, permeado por significantes e significados específicos, esta Dissertação de Mestrado adotará os termos *envelhecimento*, *pessoa idosa*, *velhice* e *velho* para referir-se a esses corpos físicos e simbólicos. A escolha dessa terminologia é essencial para situar as concepções sociais construídas em torno desses sujeitos, refletindo a complexidade e a diversidade de sentidos atribuídos a essa fase da vida.

O *envelhecimento*, enquanto processo natural, em alguma medida é universal e perpassa toda a vida humana, mas a forma como é vivenciado e representado varia conforme os contextos culturais, históricos, sociais e psicológicos. A *pessoa idosa* remete a

uma categoria legal e social, delimitando a abrangência de políticas públicas, frequentemente associada a direitos e proteções específicas, como a aposentadoria. Já a *velhice* e o *velho* carregam ampla carga simbólica, podem expressar tanto estereótipos negativos quanto representações positivas, dependendo do contexto em que estes termos são empregados. É interessante notar que, embora legalmente a idade de 60 anos seja marco temporal para início da velhice, seu início não é um consenso nas áreas do conhecimento que a estudam, como Psicanálise, Antropologia, Medicina, entre outras.

Essa variedade terminológica não é meramente semântica, mas reflete as múltiplas camadas de significação envolvidas no envelhecimento humano, as expectativas, receios e desejos dos sujeitos localizados em seu oposto. Ao empregar esses termos, busca-se não apenas nomear, mas também problematizar as construções sociais que definem quem são esses sujeitos, como são percebidos e quais lugares ocupam na sociedade. A linguagem é uma ferramenta analítica para desvendar as dinâmicas de poder, os estigmas, as potencialidades que permeiam a experiência do envelhecer e suas implicações práticas para esta população, como as políticas públicas, a subjetivação e o ingresso no meio virtual.

Com base na experiência adquirida nas proteções básica e de média complexidade da Política de Assistência Social do município de Piracicaba, surgiu e foi aprovada pelas chefias a possibilidade de estudar o tema do envelhecimento no meu campo de atuação. Sem apoio institucional, precisei reduzir a carga horária e alterar os dias de trabalho ao longo da semana, para conseguir comparecer às disciplinas presenciais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e para realizar as coletas de dados. Dei início ao estudo de campo nos serviços de convivência referenciadas à Assistência Social, especificamente aos equipamentos restritos à minha área de atuação: uma parte da região norte da cidade, localizada além do Rio Corumbataí, como é conhecida.

Os resultados da presente Dissertação de Mestrado, em diferentes etapas de seu desenvolvimento, foram apresentados em três eventos científicos. Em novembro de 2024, a pesquisa intitulada *População idosa e o SUAS: dos vínculos à sociabilidade digital* foi apresentada e premiada no 1º Seminário de Vigilância Socioassistencial de Piracicaba:

Inovação e Assistência Social, no eixo Estratégias de Gestão e Desenvolvimento Social. Outro desdobramento do estudo, recebeu menção honrosa no II Congresso Nacional Multiprofissional em Gerontologia (modalidade pôster), em julho de 2025, com o título *Envelhecimento, família e corporeidade: Perspectivas de pessoas idosas em serviços de convivência socioassistenciais*. Recentemente, em novembro de 2025, o trabalho *Direito à memória e ao envelhecimento: preservação e continuação da vida contada* foi apresentado, também na modalidade pôster, na 23ª Jornada APOIAR: Sofrimentos Radicais e Traumas Sociais na Vida Contemporânea, organizada pelo Grupo APOIAR do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP).

Este estudo analisa a constituição simbólica dos corpos velhos. Busca compreender como essas famílias são significadas, nomeadas e (re)configuradas, assim como as dinâmicas que constroem suas relações de parentesco. Examina também práticas de sociabilidade digital e a memória como ferramenta de cuidado em políticas públicas. As questões são abordadas a partir de perspectiva interdisciplinar que articula território, classe, gênero e raça como categorias social e historicamente construídas, imbricadas na produção do sujeito pela cultura e por temporalidades específicas.

Cabe esclarecer que esta dissertação foi concebida e desenvolvida por mim, sob orientação do Professor Doutor Eduardo Name Risk. Para revisão gramatical/ortográfica recorri ao modelo de inteligência artificial *DeepSeek*. As transcrições integrais dos áudios das entrevistas foram realizadas com o auxílio do software *Turbo Scribe*. Declaro e atesto que estas ferramentas não foram utilizadas para gerar conteúdos textuais deste trabalho. Todas as sugestões fornecidas pela Inteligência Artificial foram criteriosamente avaliadas e submetidas à minha revisão final e, posteriormente, ao orientador.

2 COMEÇO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, será abordada fundamentação teórica que embasou a reflexão crítica do trabalho, a partir das grandes áreas do conhecimento: Psicanálise, Psicologia, Antropologia e Políticas Públicas. Para isso, o texto está organizado da seguinte forma: (a) Pessoas, em que se apresenta de modo homogêneo quem é a população objeto do estudo; (b) Estado, no qual serão expostas políticas públicas voltadas a esse público, com destaque para a Política Nacional de Assistência Social, campo prático que deu origem ao tema; e, por fim, (c) Família, conceito central na discussão sobre cuidado e envelhecimento, além de constituir o público-alvo da Política de Assistência Social e da Política Nacional de Cuidado.

2.1. AS PESSOAS

2.1.1. Quem é a População Idosa?

Todos nós temos uma representação da velhice, seja por meio das vivências do cotidiano, da arte, das mídias ou das memórias de pessoas que atravessaram nossa história. Aos poucos, construímos ideia do que significa ser uma pessoa velha. Em algum momento da vida, damos-nos conta de que, com algumas condições, um tanto de sorte e talvez um pouco de planejamento, também envelhecemos.

Enquanto processo multideterminado, conforme proposto pela perspectiva *Life-Span* (Scoralick-Lempke & Barbosa, 2012), o envelhecimento pode ser compreendido a partir de múltiplas dimensões, que abrangem desde as transformações biológicas até os impactos sociais e psicológicos. Neste capítulo, explorarei as Políticas Públicas construídas para os corpos em processo de envelhecimento, seu significado no contexto social e suas reverberações na subjetividade.

É fundamental iniciarmos essa reflexão reconhecendo que a população mundial está passando por processo de envelhecimento acelerado. Apesar dos avanços das ciências biológicas, que buscam preservar a estética da juventude ou, ao menos, retardar os efeitos do envelhecimento (Santos et al., 2019), e da valorização cultural da jovialidade,

perpetuada pelas redes sociais e pela mídia, o contingente de pessoas com mais de 60 anos cresce de forma significativa, especialmente no Brasil. Esse fenômeno demográfico desafia as estruturas sociais, econômicas e culturais, exigindo revisão crítica dos paradigmas que associam envelhecimento a declínio e inutilidade. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho, conforme lógica neoliberal, muitas vezes hostil à maturidade, fecha portas para essa população, reforçando estereótipos que desconsideram a riqueza de experiências e habilidades acumuladas ao longo da vida.

Simone de Beauvoir (1908-1986), renomada filósofa, intelectual e escritora parisiense do século XX, publicou em 1970, *A velhice* (Beauvoir, 1970), ensaio no qual discorre sobre como o processo de envelhecimento era vivenciado e teorizado em diferentes contextos socioculturais ao longo da humanidade. Ao nos debruçarmos sobre essa obra fundamental para a literatura do tema, é crucial situarmos o lugar de onde Beauvoir parte. Embora seja uma intelectual consolidada, é importante lembrar que Beauvoir é uma mulher branca e europeia, cuja perspectiva é inevitavelmente marcada por seu contexto social e cultural. A própria autora nos recorda que a Antropologia, assim como outras ciências humanas, não é neutra, ou seja, tanto os estudos etnográficos em que ela se concentra, quanto sua obra, são atravessados pelo lugar de quem escreve. Ainda que busque o estranhamento para uma compreensão justa do "outro", ela é produzida por sujeitos que são, eles mesmos, atravessados por suas próprias histórias e subjetividades.

Além disso, é relevante destacar que a autora teve acesso ao livro traduzido, o que introduz uma camada adicional de complexidade. A tradução, por mais fiel que seja, nunca é uma transposição exata do texto original, pois os significantes carregam significados que variam conforme as culturas e os contextos linguísticos. Essa mediação entre línguas e culturas pode, portanto, alterar nuances e sentidos presentes no trabalho original de Beauvoir, reforçando a importância de uma leitura crítica e contextualizada de sua obra. Assim, ao estudarmos *A velhice* (1970), devemos estar atentos não apenas ao conteúdo do texto, mas também às condições de sua produção, reconhecendo os contornos e os potenciais de sua perspectiva.

Dito isso, em sua pesquisa etnográfica, Beauvoir investiga trabalhos antropológicos provenientes de todos os continentes, mostrando que, embora a velhice constitua questão universal, presente em todas as culturas, será interpretada e tratada de modos distintos. Em alguns grupos, como os *ojíbuas* (região do Canadá e Estados Unidos da América), *hotentotes* (África do Sul), *hopi* (Estados Unidos da América), *tongas* (Zimbabwe e Moçambique) e *sirionos* (Bolívia), ser reconhecido como uma pessoa idosa equivale à sentença de abandono: o indivíduo é marginalizado ou excluído da comunidade com aval dos costumes e da moral. Por outro lado, em culturas como as dos *arandas* (Austrália), *navajos* (Canadá e Alasca), e *miaos* (China), a velhice é associada a prestígio e cuidado, conferindo aos idosos um lugar de respeito e valorização social.

Por meio dos relatos etnográficos analisados, Beauvoir observa que os recursos disponíveis para a sobrevivência e a relação estabelecida com a natureza desempenham papel interessante na forma como o corpo do indivíduo idoso é tratado culturalmente. Em sociedades onde a subsistência depende de esforço físico intenso, por exemplo, a velhice pode ser vista como um fardo, enquanto em contextos em que o conhecimento, a magia e a experiência são valorizadas, os idosos ocupam posição de destaque. Essa análise revela como as condições materiais e simbólicas de cada cultura e agrupamento humano moldam as percepções e práticas relacionadas ao envelhecimento.

2.1.2. Quantos são a População Idosa?

A população idosa, como destacam Simone de Beauvoir (1970) e Ângela Mucida (2007), em sua obra *O sujeito não envelhece: Psicanálise e velhice*, é concebida e tratada de acordo com o contexto histórico e cultural de cada sociedade. Essa reflexão precisa abranger múltiplas dimensões de análise, tais como a saúde pública e coletiva, as questões econômicas e previdenciárias, as perspectivas antropológicas e a garantia de direitos fundamentais. Essa análise faz-se urgente diante do crescimento acelerado da população com mais de 60 anos no Brasil ao longo do presente século. Assim, enquanto sociedade,

precisamos pensar nas condições de vida oferecidas a essa população que aumenta exponencialmente e como esse crescimento impacta nossa coletividade.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE), o número de pessoas com mais de 60 anos no Brasil cresceu 56% entre 2010 e 2022, totalizando 32 milhões de idosos, o equivalente a 15,6% da população nacional (Gomes & Britto, 2023). Dado emblemático, destacado por Irene Gomes e Vinicius Britto, revela que o índice de envelhecimento saltou de 30,7 em 2010 para 55,2 em 2022, o que significa que, atualmente, há 55,2 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Esse cenário evidencia não apenas o aumento da longevidade, mas também a possível queda nas taxas de natalidade, apontando para uma inversão acelerada da pirâmide etária brasileira.

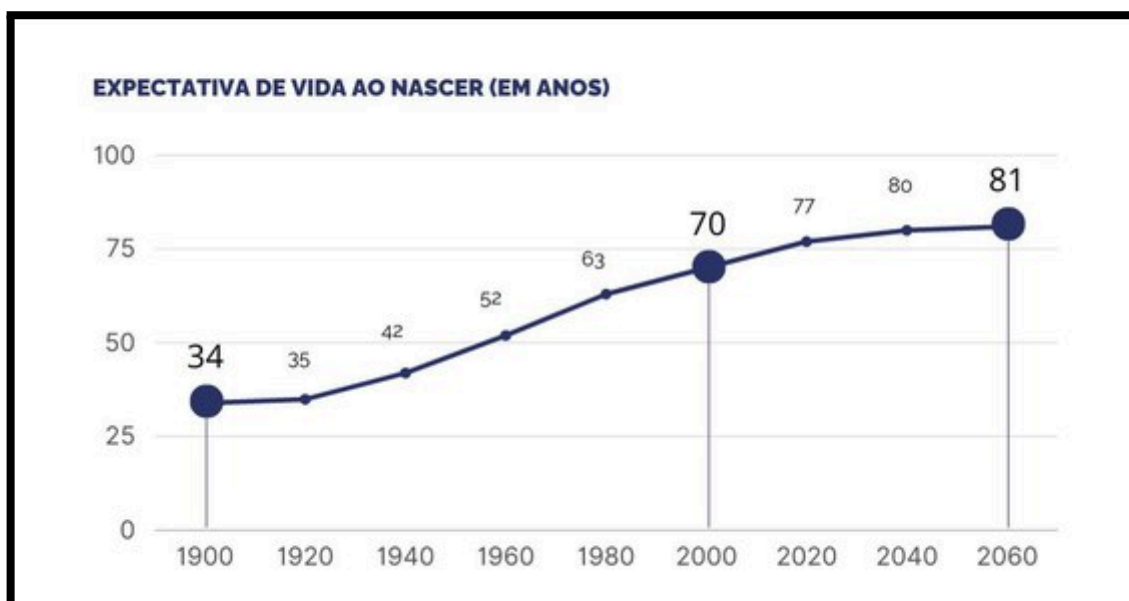
Beauvoir (1970) pontua que nas sociedades modernas, no âmbito do trabalho, há de se fazer uma escolha difícil: “ou sacrificar milhões de jovens ou deixar vegetar miseravelmente milhões de velhos” (p. 295), ela esclarece que as sociedades priorizam o trabalho para os jovens. E quando essa pirâmide não se equilibra? E quando a proporção for de milhares de jovens para milhões ou bilhões de velhos? Beauvoir destaca que, em sociedades com mercado de trabalho restrito, as vagas são prioritariamente destinadas aos corpos jovens, considerados mais aptos ao trabalho, enquanto os corpos velhos são excluídos do sistema capitalista como um excedente da força produtiva. Esse cenário corresponde à estrutura demográfica tradicional, em que a base da pirâmide populacional, representada por jovens e adultos, é ampla, sustentando economicamente parcela menor de idosos.

No entanto, em países como China, nações europeias e Brasil, essa dinâmica tem se alterado, os histogramas demográficos tornam-se mais homogêneos, com o número de idosos se aproximando e, em alguns casos, superando, o de jovens e adultos. Essa transformação traz profundas consequências econômicas, políticas e sociais, como crises nos sistemas previdenciários, o aumento da pobreza entre os mais velhos, a precarização do trabalho na terceira idade e a intensificação da discriminação etária, que marginaliza aqueles que, embora experientes, são vistos como improdutivos pela lógica capitalista.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou, em 2023, a campanha *Envelhecer é o nosso futuro* com diversas reportagens que indicam a necessidade do país preparar-se para o aumento da expectativa de vida de seus cidadãos. A partir de estimativas do IBGE, o Ministério justifica a campanha com a previsão de crescimento acentuado da expectativa média de vida de um brasileiro, em 2060, como mostra a Figura 1.

Figura 1

Expectativa de vida do brasileiro ao nascer entre 1900 e 2060



Fonte: Recuperado de Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023). *Crescimento da população idosa traz desafios para a garantia de direitos*. Governo do Brasil.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/crescimento-da-populacao-idosa-traz-de-safios-para-a-garantia-de-direitos>

Além das políticas universais de proteção social, o Estado deve implementar ações focalizadas para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assegurando equidade no exercício de direitos fundamentais. Nesse contexto, o Cadastro Único (CadÚnico) surge como instrumento estratégico, pois possibilita a identificação precisa desses grupos por meio de variáveis como localização territorial, condições de habitação, arranjo familiar e indicadores demográficos. Essa ferramenta fornece subsídios técnicos para a elaboração de políticas públicas assertivas, desde programas de transferência de renda até o planejamento de serviços sociais básicos. A Tabela 1 organiza os dados do

Cadastro Único nos níveis nacional e municipal. Adiante, apresenta-se comparação com a cidade de Piracicaba-SP, sede do estudo desenvolvido nesta Dissertação. Os números do Cadastro Único de Piracicaba estão atualizados com dados de outubro de 2025.

Tabela 1

Dados demográficos da população com mais de 60 anos

	População geral (Censo 2022)		Cadastro Único (2025)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Brasil	32.113.490		12.531.540	
	17.887.737	14.225.753	-	-
Piracicaba SP	74.437		13.163	
	42.245	32.192	7.795	5.368

Fonte: Fontes: IBGE - Censo demográfico (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514/#resultado>), Observatório Social de Piracicaba (<https://observatoriosocial.piracicaba.sp.gov.br/relatorios/pessoa-idosa/>) e Observatório Cadastro Único (<https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>)

2.1.3. Sociabilidade Digital

Em junho de 2023, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 47/2021), que prevê a inclusão digital como um direito fundamental na Constituição Federal¹. A proposta demanda que o poder público desenvolva estratégias para ampliar o acesso à internet no país. No entanto, ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua, 2024) do IBGE, observa-se que 93,6% dos domicílios brasileiros possuem esse acesso, 89,1% da população acima de 10 anos está conectada e 97% dos usuários acessam a internet

¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2326575&fichaAmigavel=nao>

principalmente por meio de telefones celulares². Esses números revelam avanço significativo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos domicílios nacionais.

A disseminação das TICs, a partir da década de 1990, marca o início de transição social e cultural nos modos de organização das sociedades. No Brasil, o governo passou a direcionar sua atenção para essas novas estruturas, elaborando políticas públicas sob a perspectiva da internet e de suas tecnologias (Santos et al., 2023). Maíra Santos e colaboradores (2023) traçam breve evolução da digitalização do governo brasileiro entre 2000 e 2023, destacando que o conceito de Governo Eletrônico (e-Gov) surgiu no início dos anos 2000 com o objetivo de modernizar a relação entre a administração pública e a sociedade. Contudo, foi apenas em 2002 que o termo passou a focar na promoção da cidadania e da inclusão digital, sendo formalizado como política pública em 2003. Apesar disso, as diretrizes para acessibilidade digital, voltadas inicialmente a pessoas com deficiência, foram estabelecidas apenas em 2005, deixando de fora, até então, a comunidade surda, que só foi incluída em 2014.

Marco significativo ocorreu em 2015, com a transição do governo eletrônico para o governo digital, que ampliou seus propósitos: além de otimizar processos internos da administração pública, passou a priorizar a simplificação do acesso a direitos e serviços pelos cidadãos (Santos et al., 2023). Em 2018, o governo federal reforçou essa agenda com a publicação de dois documentos estratégicos: a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) e a Estratégia de Governança Digital (EGD). Ambos delinearão metas para a transformação digital em três frentes, economia, governo e sociedade, com o intuito de reduzir custos operacionais, democratizar o acesso a serviços e potencializar a eficiência estatal (Brognoli & Ferrenho, 2020; Santos et al., 2023).

Para cumprir tais objetivos, é essencial abordar a inclusão digital como política pública integral, o que demanda: (a) infraestrutura adequada; (b) alfabetização digital

² Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-interne-t-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>

(domínio de competências informáticas); (c) unificação dos serviços públicos em plataformas acessíveis; (d) conteúdo adaptado às necessidades dos usuários. Entre os desafios persistentes, destacam-se a disparidade no acesso, as lacunas em habilidades digitais, a baixa motivação e a desconfiança da população em relação aos meios digitais. Como solução parcial, o governo lançou o Portal gov.br, unificando serviços públicos e incorporando assinaturas eletrônicas para facilitar a interação entre Estado e cidadão (Brognoli & Ferrenho, 2020).

No contexto da atuação no Sistema Único de Assistência Social (Suas), na cidade de Piracicaba-SP, observa-se que mesmo as famílias em situação de vulnerabilidade econômica possuem e prioritariamente mantêm, ao menos um aparelho celular com acesso à internet. Essa realidade revela mudança significativa na percepção social: o acesso à rede deixou de ser visto como bem supérfluo ou artigo de luxo para se consolidar como necessidade básica contemporânea, equiparada a outros direitos essenciais. Seus usos são diversos: entretenimento, busca por emprego, contato com a escola das crianças, acompanhamento de pagamento de benefícios sociais, contato com familiares e com a própria equipe técnica dos serviços.

Atualmente, ter um aparelho com acesso à internet e saber utilizá-lo vai além de uma simples modernização tecnológica, configurando-se como habilidade essencial para garantir o acesso à cidadania e à sociabilidade. Revisão sistemática da literatura (Rebelo et al., 2023) identificou marcadores sociais que influenciam o uso da internet entre a população idosa, destacando que idosos mais jovens e com maior escolaridade tendem a utilizar mais a tecnologia. O estudo também aponta que os benefícios percebidos pelos usuários incluem maior oportunidade de comunicação com os netos, acesso facilitado à informação e redução da sensação de solidão, reforçando o papel da internet como ferramenta de inclusão e bem-estar nessa faixa etária.

A professora Celiana Azevedo (2022) destaca a importância dessa habilidade para a cidadania, no sentido de promover inclusão ou perpetuar exclusão social. A autora aponta quem são as pessoas mais suscetíveis a essa exclusão, como aquelas com baixa

escolaridade, condições de saúde frágeis ou renda insuficiente, apontando que a exclusão tende a se retroalimentar, criando ciclo difícil de romper. À luz do conceito de capital (cultural, econômico, social, escolar), proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu, Azevedo introduz a noção de “capital tecnológico”, que se soma aos demais capitais reconhecidos como fundamentais para inclusão efetiva, político, cultural, econômico, pessoal e social. Dessa forma, "no mundo em que vivemos, onde nossas ações são, em grande medida, mensuradas por dispositivos tecnológicos, uma maneira possível de entender a inclusão social é enxergar o domínio das tecnologias digitais como uma forma de poder" (p. 54).

O estudo ressalta a necessidade de estratégias, possivelmente por meio de políticas públicas, para fomentar a inclusão digital da população idosa. No entanto, também chama atenção para barreiras subjetivas, como a autoeficácia, que podem dificultar o acesso desse grupo às tecnologias. Além disso, muitas pessoas idosas podem resistir a ocupar esses espaços digitais por acreditarem que o uso de tecnologias não se alinha à sua cultura ou identidade. Essa resistência cultural, somada a possíveis golpes virtuais, limitam o interesse e desejo em aprender e acessar outros recursos e plataformas do ambiente digital, reforçando a complexidade do desafio de garantir inclusão digital abrangente e eficaz (Azevedo, 2022).

Em 2020, Jamylle Diniz e colaboradores buscaram investigar o perfil de brasileiros com mais de 60 anos que acessavam a internet, com o objetivo de compreender as finalidades do uso e os aparelhos mais utilizados. Para isso, os pesquisadores adotaram abordagem metodológica que incluiu a participação em grupos voltados ao público idoso em redes sociais e a aplicação da técnica de "bola de neve" para ampliar a distribuição do questionário. O estudo apontou que o perfil predominante era composto por mulheres entre 60 e 63 anos, residentes nas regiões Sudeste ou Nordeste, com ensino médio completo, embora parcela significativa também tivesse ensino superior. A maioria das participantes era aposentada e casada.

Os dados coletados a partir de 384 indivíduos, em sua maioria mulheres (52,08%) e com média de idade de 64 anos, indicaram que o uso da internet estava associado a

benefícios como interação social, aprendizagem e entretenimento. O celular foi o dispositivo mais utilizado (por 90% dos respondentes), com acesso diário, principalmente para atividades como leitura, audição de música, jogos, visualização de vídeos e fotos. De modo geral, os resultados sugerem que a utilização da internet por essa faixa etária está fortemente ligada ao desejo por conexão social e a momentos de lazer, refletindo a importância das tecnologias digitais na promoção do bem-estar entre idosos (Diniz et al., 2020).

No entanto, saber acessar e utilizar as tecnologias não é suficiente. Cristiane Viviani e colaboradores (2023) contribuem para essa discussão ao apontar a importância de diferenciar alfabetização digital e letramento digital. Enquanto a alfabetização digital refere-se à capacidade de decodificar símbolos, códigos e regras (como reconhecer ícones e navegar em interfaces), o letramento digital vai além, envolvendo uma prática social e cultural, ou seja, compreender os significados, finalidades e representações simbólicas do uso das tecnologias. A alfabetização digital é, portanto, um primeiro passo para o letramento, mas não assegura que uma pessoa, apenas por dominar os símbolos na tela, consiga efetivamente inserir-se na cultura digital e em suas dinâmicas sociais.

Um ponto comum aos estudos analisados é o reconhecimento e valorização da aprendizagem ao longo da vida, fundamentada na teoria do *Life-span*. Essa perspectiva entende a velhice como uma fase em que a aquisição de conhecimentos permanece como fonte contínua de desenvolvimento, rompendo com a ideia de que capacidades cognitivas se limitam à juventude.

2.1.4. Contribuições e inquietações da Psicanálise

Partindo da teoria do *Life-Span* (Scoralick-Lempke & Barbosa, 2012), que propõe que o desenvolvimento do sujeito não cessa com a idade cronológica, mas é um contínuo, percebo que essa perspectiva se alinha à visão psicanalítica de Sigmund Freud (1856-1939) e Jacques Émile Lacan (1901-1981), que também não limita o sujeito à sua idade, reconhecendo a complexidade e a plasticidade do psiquismo ao longo da vida. Ambas as

abordagens enfatizam que as transformações e adaptações humanas ocorrem em um processo dinâmico, influenciado por fatores biológicos, psicológicos e sociais no âmbito de culturas específicas.

Neste estudo, entendo que a psicanálise se mostra um referencial adequado para o cuidado produzido nas políticas públicas, pois possui uma robusta construção teórica e ferramentas capazes de analisar a subjetividade no processo de envelhecimento, explorando conceitos fundamentais como inconsciente, desejo, sexualidade, luto e corpo. Embora o tema do envelhecimento não tenha sido o foco da teoria psicanalítica de maneira aprofundada, atualmente há um campo que se desenvolve e ganha robustez.

Revisão integrativa realizada por pesquisadores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro focalizou a produção científica sobre Psicanálise e envelhecimento entre 2011 e 2015. Os 11 artigos coligidos foram classificados em quatro categorias: (a) clínica psicanalítica com idosos, (b) abordagens psicanalíticas do envelhecimento, (c) representação do envelhecimento para profissionais de saúde à luz da Psicanálise e (d) geracionalidade e psiquismo. Os artigos, de modo geral, apontam para a contribuição de técnicas como história de vida, autobiografia e atividades de memória na reconstrução do eu na velhice. Argumentam que os sintomas não são exclusividade do idoso, mas formações atemporais que, por vezes, podem constituir uma forma de resistir, protegendo a subjetividade. Como acontece com pessoas institucionalizadas, que são condicionadas a uma homogeneização de seus corpos e hábitos, podendo formar sintomas para proteger sua individualidade (Santos et al., 2019).

Os autores avaliam que, embora houvesse pouca produção científica no período estudado, os trabalhos indicam a importância de pesquisas na área como forma de promover saúde e cuidado frente às mudanças biopsicossociais dessa fase. Compreendem que a Psicanálise poderia contribuir para a melhoria do atendimento a pessoas idosas em instituições e equipamentos que prestam serviços a esse público. Ademais, aproximam-se do Suas ao sugerir que “compreender o funcionamento familiar pode ser considerado um

trabalho de prevenção de agravos e promoção da saúde, capaz de evitar somatizações e sofrimentos psíquicos diversos” (Santos et al., 2019, p. 8).

A partir do recorte temporal mais recente, 2008-2017, a revisão integrativa da produção científica coligiu 33 artigos a partir da questão norteadora: “Qual a produção científica acerca do idoso e a clínica psicanalítica?”. Do levantamento, resultaram cinco categorias: (a) clínica de idosos com abordagem psicanalítica, (b) abordagens psicanalíticas da velhice, (c) intervenções psicanalíticas em instituições de longa permanência para idosos, (d) representação da velhice para profissionais de saúde à luz da psicanálise e (e) geracionalidade e psiquismo. De modo geral, os artigos indicam que os idosos devem assumir seu cuidado, não no sentido de responsabilização individual pela saúde, mas a partir do respeito à autonomia, considerando a dependência inerente à condição humana. Os estudos também apontam a necessidade de ressignificar o lugar social da velhice, buscando atividades que reconstruam o sentido de vida e projetem um futuro possível. Um dos artigos destaca, inclusive, o potencial de oficinas com cartas, fotografias e memórias como recursos para prática profissional (Santos et al., 2018).

Essa revisão discute dois pontos importantes. Por um lado, nem a sexualidade e tampouco os serviços sociais foram mencionados nos artigos selecionados. Embora a idade não seja impeditiva para a manutenção das relações sexuais, nem determine a diminuição do desejo erótico, há atravessamentos biológicos, como a menopausa, a andropausa e as dificuldades de ereção, que geram angústia e exigem novas formas de vivenciar o desejo e a sexualidade. Por outro lado, outra discussão apresentada problematiza os sintomas expressos em doenças, os quais podem tornar o envelhecimento trágico, acentuando a dependência interpessoal e provocando desenlace negativo com a vida (Santos et al., 2018).

Paralelamente, a análise do registro simbólico presente no discurso social, outra contribuição psicanalítica, sobre velho, velhice e envelhecimento é imprescindível para apreender como os significantes permeiam essa fase da vida. Compreender qual o lugar simbólico e social ocupado pelo sujeito velho na dinâmica familiar, considerando as

dimensões de luto, perda, desejo e tempo, auxilia não apenas na construção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, mas também no manejo de demandas complexas, como o desamparo e a confrontação com a finitude.

Na prática profissional no Suas, a atuação através da Psicanálise se traduz em intervenções que consideram a singularidade de cada indivíduo, independentemente da fase da vida em que se encontram, valorizando suas histórias, potencialidades e desafios. A teoria do *Life-Span* também reforça a importância de políticas públicas e ações socioassistenciais que acompanhem o desenvolvimento humano em sua totalidade e no social, enquanto a Psicanálise contribui com a escuta atenta aos desejos, conflitos e trajetórias inconscientes que subjazem à subjetividade e às relações sociais.

A atuação do profissional da Psicologia e do psicanalista no Suas perpassa a compreensão e valorização da subjetividade enquanto elemento fundamental para promoção da cidadania. Como pontuado por Santos (2018), o trabalho desses profissionais na Assistência Social não se restringe às consequências da pobreza ou desigualdades estruturais, embora seja responsável por apontá-las, mas abarca o impacto das violências nas subjetividades, como a fragilização dos vínculos é produzida socialmente e influencia o sofrimento individual e coletivo. Assim, a autora aponta que a prática profissional nos equipamentos desta política precisa considerar a subjetividade das pessoas atendidas e a escuta precisa estar presente em todas as atividades e intervenções do plano de acompanhamento.

Dessa forma, a Psicanálise oferece aporte valioso para pensar as práticas da Política de Assistência Social e o trabalho com os sujeitos envelhecidos, articulando dimensões subjetivas e políticas, a partir das seguintes provocações: (a) crítica à lógica do sujeito universalizado e valorização da singularidade; (b) respeito ao desejo do sujeito em lugar da lógica assistencialista e padronizadora; (c) cuidado e respeito com a importância da memória e da fala nos atendimentos; (d) olhar atento aos lutos, perdas e tempo; (e) atendimento integral, que considere dimensões como sexualidade e desejo; (f) refletir sobre os impactos das mudanças no laço social provocados pela idade e, principalmente, (g) a

defesa do sujeito enquanto corpo político, que demanda direitos, respeito ao desejo e memória.

Uma obra importante para essa interlocução é *O sujeito não envelhece* de Ângela Mucida (2023), que inicia a discussão com o discurso médico sobre envelhecimento e velhice.

O envelhecimento, em termos gerais, é definido como um processo que acompanha o organismo do nascimento à morte. A velhice é um momento específico dentro desse processo marcado pelo agudizamento de diferentes tradições e modificação do funcionamento de diversas funções, bem como determinadas modificações celulares, não implicando, todavia, um acúmulo de doenças (...) a velhice não é um amontoado de doenças (Mucida, 2023, p. 23).

Essa pontuação é necessária diante dos estereótipos que cercam essa fase da vida. Para a autora, a velhice é um momento que implica tomada de decisão por parte do sujeito que precisará responder conforme suas capacidades individuais e coletivas. Embora seja período marcado pelo encontro com os lutos das perdas, pelo posicionamento frente ao corpo envelhecido, pelo possível isolamento social, pela perda de papéis sociais e pela restrição dos vínculos, nada predetermina uma autodestruição. Segundo ela, o laço com a morte ganha forma quando as doenças se instalam no corpo.

O corpo enquanto território atravessado por significantes, cortado pelo real e construído na linguagem sofre os efeitos da cultura. É importante pontuar que Mucida relembra que o sujeito *tem* um corpo, indicando que “há um sujeito do significante e há um corpo, e os dois não são a mesma coisa” (Mucida, 2023, p.120).

Freud, em *O mal-estar na cultura* (1930[1929]/2010), teorizou sobre como o corpo e os laços são fonte de sofrimento humano. E me parece que esses dois sofrimentos se agravam no sujeito velho com o estereótipo negativo sobre as transformações da corporeidade e a fragilidade dos laços sociais, até mesmo um esquecimento desses sujeitos, em vários âmbitos como trabalho e família.

Kátia Cherix (2015) lembra que, logo no início da Psicanálise, autores como Freud, Ferenczi, Schilder, Winnicott e Balint interessaram-se pela temática do corpo e do biológico. A autora ressalta como a noção de pulsão era compreendida como uma energia que impulsiona o movimento psíquico, situando-se no limite entre o somático e o psíquico, originando-se no primeiro e sendo satisfeita no segundo. A partir dos anos 1950, o conceito ganha especial atenção com os estudos de Jacques Lacan (1901-1981). Lacan, no entanto, aprofunda a importância do corpo na subjetividade e teoriza sobre o Estádio do Espelho, indicando que a imagem combinada com a palavra produz um sujeito.

O corpo envelhecido tende a remeter à fragilidade, seja pelo ritmo mais lento do andar, pela flacidez da pele ou pela perda dos dentes. A proximidade com o corpo velho nos revela o desamparo da finitude e a impotência perante a morte e a dependência de outros, condição por vezes vista como pior que o próprio falecimento. Se, na fase adulta, o corpo é lido como fonte de prazer e produção (sexual, laboral, artística etc.), na velhice ele costuma tornar-se fonte de frustração e limite (Cherix, 2015). Segundo a autora, a contradição entre um corpo que não é mais percebido como fonte de satisfação e um psiquismo que, por não envelhecer, continua a desejar, gera angústia ao impor a aceitação de um outro corpo, “estranho e limitador” (p. 47), com ideais narcísicos distintos.

A autora aponta como a menopausa pode representar essa castração do corpo biológico no corpo simbólico, gerando angústia de castração (Cherix, 2015), momento limite da reprodução e da produção hormonal. A andropausa poderia aproximar-se desse efeito, dadas as mudanças físicas que provoca. No entanto, Cherix observa que o encontro com esse limite biológico não está restrito à determinada faixa etária; pode ocorrer em qualquer momento da vida e exige, a partir de mudanças corporais, uma nova relação do Eu com o futuro.

Aprofundando a questão da sexualidade, Vieira e colaboradores (2016) entrevistaram idosos que frequentavam grupos de convivência sobre suas representações sociais da sexualidade. Os autores destacam que, atualmente, uma velhice bem-sucedida é culturalmente associada à saúde física e mental, à atividade física, à disposição e ao

interesse pela vida. Essa perspectiva tende a responsabilizar o sujeito por suas condições de vida, promovendo a privatização do cuidado das pessoas idosas e impondo uma lógica de mercado na qual cada indivíduo é visto como exclusivamente responsável por seu sucesso e conquistas.

Embora saiba-se que vivências sexuais são positivas para a qualidade de vida das pessoas idosas, sendo uma necessidade fisiológica em diversas etapas da vida, ainda persiste estigma que considera essa população como assexual, tanto em termos de desejo quanto de atividade. Além de configurar um problema de saúde pública, já que ignorar que pessoas idosas mantêm relações sexuais pode aumentar os riscos de transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis. A sexualidade é fundamental para a manutenção da intimidade e do afeto nas relações, não se restringindo ao ato sexual ou à penetração (Vieira et al., 2015).

Entre os resultados da pesquisa, identificaram-se quatro categorias e 17 subcategorias de análise sobre as representações sociais da sexualidade na velhice. Na categoria que descreve os elementos constituintes, a relação sexual foi a mais mencionada, mas não a única, abrindo espaço para compreensões ligadas ao prazer, ao carinho, à intimidade, ao companheirismo, ao desejo, ao amor, à vida e à autoestima. Quanto às mudanças decorrentes do envelhecimento, alguns as qualificam como negativas, outros apresentam percepções positivas e há ainda quem aponte que não existem mudanças com a idade. A maioria dos entrevistados entende que as vivências sexuais são importantes e necessárias, mas reconhece que a sociedade rejeita a sexualidade dos idosos (Vieira et al., 2015).

Contudo, em uma sociedade que valoriza a juventude e seus atributos físicos, a pessoa idosa pode desenvolver percepção negativa do próprio corpo, como se não houvesse possibilidade de prazer sexual, em todas as suas nuances, ou como se seus corpos não fossem atraentes e desejáveis. Nesse sentido, é imprescindível ressignificar as mudanças corporais e as possibilidades de prazer, o que inclui orientações sobre saúde,

infecções, medicamentos, reposição hormonal, lubrificantes, entre outros, para superar a imagem negativa do corpo envelhecido.

A propósito, em 2024, Coralie Fargeat roteirizou, produziu e dirigiu o filme *A Substância* (Fargeat, 2024), estrelado por Demi Moore³, que tensiona os limites do sacrifício humano em nome da juventude. A personagem Elisabeth precisa lidar com as mudanças corporais trazidas pela idade e, em seu aniversário, é demitida para ser substituída por alguém mais jovem. Apesar de continuar desejada e de manter suas conquistas financeiras, Elisabeth enfrenta o luto da aposentadoria e a perda do papel social que desempenhou durante anos. O filme foi bem avaliado pela crítica e abriu espaço para o debate sobre a pressão estética sofrida por corpos femininos e o imperativo à juventude, norma na sociedade atual.

Nesse sentido, outra temática que permeia tanto a produção cinematográfica quanto o envelhecimento é o luto. Esse processo, entendido como afeto desencadeado pela perda de um objeto de amor (investimento libidinal), é comum na velhice, uma vez que as perdas, reais e simbólicas, de pessoas queridas tornam-se mais frequentes. Cocentino e Viana (2011) ressaltam que o desamparo diante da morte é, por vezes, suportado por meio da proximidade com a religião, cujas crenças oferecem uma forma de lidar com a fragilidade humana e explicar as forças da natureza. Assim, é comum que pessoas mais velhas se aproximem de instituições e grupos religiosos em busca de conforto.

Os autores também refletem sobre como as reflexões acerca da morte podem ser mais recorrentes ao longo da vida do que a própria velhice, já que a morte é uma possibilidade em qualquer idade, enquanto a velhice é sempre percebida como distante. Além disso, a morte de idosos parece ser socialmente mais aceita (Cocentino & Viana, 2011). Aliás, a taxa de suicídio na população idosa tende a ser a mais alta entre as faixas etárias, fatores biopsicossociais, como doenças crônicas, isolamento social, transtornos

³ Embora a atuação de Demi Moore, ícone do corpo *fitness* nos anos 1980/1990, tenha sido muito elogiada, além de premiada com o Globo de Ouro (2025), a atriz perdeu a estatueta do Oscar (2025) para Mikey Madison, por *Anora* (produtoras: FilmNation Entertainment e Cre Film), curiosamente 37 anos mais jovem que ela.

mentais, fragilidade física, sentimento de inutilidade, luto e baixa autoestima, têm sido associados aos casos de autoextermínio. Ademais, muitos desses suicídios podem ser subnotificados ou registrados como mortes naturais, especialmente quando a pessoa, na maioria homens que vivem sozinhos, negligenciam cuidados médicos de forma intencional ou passiva⁴.

Em *Ansiedade, dor e luto*, Freud (1925/1996) teoriza que a dor é uma reação à perda de objeto. Poderíamos considerar que a dor física, tão presente nas queixas de pessoas idosas, poderia estar relacionada ao luto do corpo jovem e suas capacidades perdidas? Como um sintoma do luto da imagem? Cocentino e Viana (2011) retomam:

O objeto perdido na velhice, no tocante às perdas orgânicas, pode ser, por exemplo, a acuidade visual e auditiva, o vigor físico, a beleza juvenil – extremamente valorizada na sociedade ocidental, a memória, a elasticidade e a potência sexual. Também o *status* alcançado por meio do desenvolvimento da atividade profissional, o convívio constante com colegas de trabalho e ainda a redução de proventos constituem possíveis objetos perdidos na aposentadoria. Ainda, a mudança de papel e *status* na vida em família e a perda do par amoroso e de amigos podem desencadear o processo de luto nessa fase do desenvolvimento do homem. Trata-se de perdas verdadeiramente experimentadas e o sujeito que envelhece costuma ter consciência das mesmas (p. 596).

⁴ Para aprofundamento, consultar:

- Almeida, B. L. S., Lorentz, M., & Bertoldo, L. T. M. (2018). Aspectos Psicossociais do suicídio em idosos e percepções de sobreviventes. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(1), 21-36. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2260>
- Gianvecchio, V. A. P., & Mello Jorge, M. H. P. (2023). Estudo do suicídio na população idosa do Estado de São Paulo, Brasil, segundo dados da segurança pública. *Debates em Psiquiatria*, 13, 1–20. <https://doi.org/10.25118/2763-9037.2023.v13.712>
- Santos, M. C. L., Giusti, B. B., Yamamoto, C. A., Ciosak, S. I., & Szylił, R. (2021). Suicídio em idosos: Um estudo epidemiológico. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 55, <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019026603694>

Algumas perspectivas sugerem que a entrada na velhice poderia estar relacionada à perda do desejo. Com o avançar da idade, na meia-idade, o fantasma da eternidade se enfraquece e se limita, e os planos da juventude deixam de se projetar no futuro. Significantes como "aposentadoria", muitas vezes carregados de conotação negativa, passam a não ser mais almejados, já que se tornam realidade em alguns casos, e o futuro, por sua vez, pode se apresentar incerto.

Em *Luto e melancolia*, Freud (1915/2011) elucida que o luto pode ser compreendido como a retirada do investimento libidinal de um objeto perdido, energia que, ao se liberar, pode ser reinvestida em outros objetos. No entanto, até que esse processo se complete (o que pode ou não ocorrer), o sujeito vivencia afeto doloroso, com reduzido ânimo e interesse pelo mundo, o que impacta sua capacidade de amar. Em um luto que se resolve, o sujeito reinveste a libido em outros objetos presentes na realidade. Mas como esse reinvestimento se dá em situações de perdas sucessivas, como as de trabalho, rede de colegas, amigos, cônjuges, relacionamentos, capacidades físicas e prestígio social?

Abordado também na obra *O sujeito não envelhece*, o luto pelos objetos precisa ser elaborado para que novos desejos possam surgir (Mucida, 2023). A autora esclarece que o medo da morte está culturalmente associado ao receio do luto e da falta de investimento libidinal, ou seja, ao temor da morte do desejo.

Nesse sentido, o médico epidemiologista Alexandre Kalache (2019), em entrevista ao programa Roda Viva, destacou que um envelhecimento saudável depende de quatro capitais essenciais: saúde, intelectual, financeiro e de relacionamento, os quais formam os pilares para uma velhice ativa, sendo fundamental, no entanto, ter um propósito como base para esse processo. Essa perspectiva encontra eco em falas como as de Conceição Evaristo no *podcast Escute as mais velhas* (Carneiro & Setubal, 2025) e do presidente Luís Inácio Lula da Silva (3º mandato), em 2025, no *podcast Mano a Mano* (Brown & Oliveira, 2025), por exemplo.

A questão social da pessoa idosa em relação ao cuidado é apresentada a partir da discussão sobre as instituições asilares, que embora apresentem estruturas mais dignas que

as antigas, ainda permanecem, em sua maioria, na lógica de excluir as diferenças. Há horários determinados para as tarefas e refeições, os espaços são compartilhados, visando à homogeneização dos corpos, além da sensação de abandono familiar. Cabe às pessoas ali asiladas construir espaços de demarcação das diferenças internas, por meio de sintomas, ou externamente, com objetos de decoração, por exemplo (Mucida, 2023). Parece haver apagamento da história social desses sujeitos, de suas profissões, de seus hábitos e preferências, além de uma privatização do cuidado.

Outro ponto discutido na obra *O sujeito não envelhece*, Mucida (2023) é o estatuto psicanalítico a partir das teses de Freud e Lacan, que impõem a ideia de um inconsciente que não envelhece. A autora indica, com base em Beauvoir (1970), que o contorno do real atribuído a essa fase está na cultura e em seus efeitos sobre a velhice. Isso ocorre porque o sujeito vê sua própria velhice "pelo olhar do Outro ou se vê velho pela imagem que o Outro lhe devolve" (p. 27). Assim, como indicou Beauvoir, os significantes que determinam o corpo velho emanam do social, incidindo sobre o corpo que, por sua vez, responde a essa nomeação, ou seja, o discurso social delimita e determina as experiências da velhice.

Aqui cabe uma reflexão importante: o reconhecimento da própria velhice costuma vir do mundo externo, do olhar do outro, do espelho ou de sugestões do cotidiano (Cocentino & Viana, 2011). As leituras sobre a imagem do velho e a entrada na velhice indicam que a autopercepção do sujeito é a de que ele ainda não é velho; pode ser considerado idoso (categoria social determinada por legislações), mas ainda não se vê como velho, pois "velho" é sempre o outro (Messy, 1993). Essa tentativa de distanciamento ecoa nos procedimentos estéticos que prometem preservar uma aparência jovial e na adoção de termos como "velhice extrema", além de classificações etárias como "idosos jovens", "idosos velhos" e "idosos mais velhos" (Santos, Moreira, & Cerveny, 2014).

O próprio termo "Terceira Idade" surge na década de 1970, como forma de inserir uma nova etapa entre a adultez e a velhice, atribuindo um novo significante aos mais velhos. Para Joel Birman (2015), a velhice deixou de ser espaço marcado por conotações negativas para ganhar visibilidade social, passando a ser lida como categoria social. Com o avanço

das tecnologias médicas e o surgimento da gerontologia e da geriatria, a velhice começa a ocupar um lugar de interesse social e econômico, tornando-se necessária a criação de um novo termo que anunciasse as possibilidades inéditas dessa fase.

No entanto, essa tentativa de conotar positivamente a velhice, antes associada a marcas negativas, parece ser, em grande medida, estratégia para incluir essas pessoas na dinâmica econômica. Com aumento do número de aposentados, forma-se contingente com capacidade de consumo, que passa a ser explorado por setores como turismo, estética, influenciadores digitais, entre outros.

Dessa forma, parece haver tentativa social de afastar a velhice, como se a “terceira idade” fosse um acréscimo e uma diferenciação daquilo que antes se entendia por “velho”. No entanto, ser classificado como “terceira idade” não afasta a identidade de velho no olhar do outro. Retomando o Estádio do Espelho de Lacan, Cherix (2015) aponta que, desde os primórdios, o sujeito é apresentado ao próprio corpo pelo olhar do outro, mas persiste uma separação entre a imagem que temos de nosso corpo e aquela que surge no espelho. Segundo a autora, essa imagem refletida vem carregada de aspectos negativos e do não reconhecimento de si mesmo.

“É impossível viver sem uma cota de narcisismo, pois nos reconhecemos sob determinada imagem que representa nosso corpo, nos identificamos a um nome, uma inscrição social, um lugar de trabalho etc.”, segundo Mucida (2010) (p. 46). A autora corrobora Cherix (2015) ao esclarecer que essa imagem no espelho não corresponde ao sujeito em sua totalidade, é sempre ficcional: “não somos exatamente essa imagem, não somos exatamente nosso corpo. Temos uma imagem que nos representa, temos um corpo, mas algo de nós mesmos fica fora dessas representações” (p. 47).

A relação da pessoa idosa com sua imagem no espelho pode gerar ódio, afetando diretamente o narcisismo. Sem um ideal que estabeleça a ponte entre o eu e o narcisismo, é possível que os efeitos de ódio dirigido a si mesmo se tornem nocivos ao sujeito (Mucida, 2010). Na minha atuação profissional na Assistência Social, em Piracicaba, atendi idoso que manifestava intensa rejeição por si mesmo. Em todos os encontros, queixava-se do corpo

que tinha, da impossibilidade de encontros sociais, ainda que, na realidade, fossem viáveis, da perda de prestígio social e relatava que apenas esperava a morte, pois não via felicidade nem espaço para o desejo em vida. Talvez pela situação de violência vivenciada, talvez pelo isolamento social, esse sujeito parecia preso a um luto patológico, envolto em raiva diante da própria velhice.

Sobre a relação da velhice com sua imagem no espelho, Jack Messy é um autor muito citado. Em seu livro *A pessoa idosa não existe* (1993), Messy apresenta sua teoria do Espelho Quebrado. A partir da noção de que velho é sempre o outro, Messy aponta que a imagem da velhice está fora do sujeito, provocando uma inquietação pela imagem de nossa memória ser distinta àquela vista no espelho, ocorrendo um descompasso entre a experiência e a percepção.

O autor pontua que a velhice não se configura como um processo, como entende o envelhecimento, mas um estado que caracteriza e posiciona socialmente um indivíduo. Assim, não se restringe especificamente à imagem do espelho, mas ao espelho proposto por Lacan, que abarca o corpo físico, a palavra e a imagem. Embora as marcas da velhice não sejam visíveis no corpo físico, que aponta o envelhecimento, elas são nomeadas pelos outros, que cedem assentos ou indicam aposentadoria próxima.

Estaria a velhice no repertório do real, isto é do inatingível? Não sou velho por que não me vejo velho. Isto me vem de fora. Não sou velho, pois não me sinto velho. Isto me vem de dentro. [...] Ser velho seria, acaso, temos consciência de uma fusão entre o de fora e o de dentro? (Messy, 1993, p.19)

A partir da concepção de que o inconsciente não envelhece e não tem registro da morte, Messy (1993) explica que reconhecer-se velho demandaria um reconhecimento da proximidade com a morte, assim, o inconsciente se acreditaria sempre jovem.

No entanto, Messy (1993) questiona quando seria possível identificar a entrada na velhice. Para além das determinações legais ou das marcas biológicas, ele propõe que a velhice seria demarcada por um acontecimento brutal. “Este acontecimento é identificado

com uma perda, uma a mais, que deixa o sujeito incapaz de elaborar a fase depressiva kleiniana, impossibilitando o relançamento de uma nova *objetalização* (sic)” (p. 22). Nesse momento, o sujeito se tornaria velho e mergulharia na lamentação e na hipocondria, sendo essa perda uma ruptura no equilíbrio entre perdas e aquisições.

O “tempo do espelho quebrado” corresponde a um novo estágio do espelho lacaniano, em que ocorre a antecipação de uma imagem mais velha do que aquela com a qual o sujeito se identifica, imagem envolta em lutos e próxima da morte, gerando agressividade. Ao contrário do estágio infantil, quando a criança se anima com as novas possibilidades do corpo, na velhice, essa antecipação provoca angústia, pois revive o fantasma de um corpo fragmentado, que se aproxima da morte, somando-se a todos os significantes negativos da sociedade. Esse processo é o que Messy (1993) denomina de “ego feiúra, revelado pela queda do ideal” (p. 25). O psicanalista ainda esclarece que essa entrada no espelho quebrado seria irreversível e pode ser vista na clínica por meio do fantasma da fragmentação e do medo da dependência.

No entanto, não é apenas a morte física que amedronta os sujeitos, mas também a morte social, potencializada pela aposentadoria e pela menopausa, a morte psíquica, identificada com quadros de demência ou Alzheimer (Messy, 1993). A partir do momento em que o espelho se quebra, a angústia deixa de ser predominantemente de castração e passa a ser dominada pela angústia da morte. Assim, para Messy, não haveria uma idade específica que torne o sujeito velho; esse momento pode ocorrer em qualquer fase da vida. No entanto, conforme o processo de envelhecimento avança, é mais comum que os olhares externos, os objetos perdidos e as instâncias do ego ideal e ideal de ego confluam para a construção de uma nova imagem no espelho.

De modo geral, uma das contribuições da Psicanálise para a temática é que a velhice seja escutada na individualidade do sujeito com os atravessamentos da cadeia significativa de cada um. O envelhecimento, assim como outras fases da vida, segundo Mucida (2023), é singular: atravessar esse novo cenário biopsicossocial será possível a partir da reatualização e reinscrição de cada um em si mesmo.

2.2. O ESTADO

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, representa marco legal na história brasileira ao estabelecer as bases do Estado democrático de direitos, ao instituir um sistema jurídico comprometido com a justiça social, a universalização de direitos e a definição clara dos deveres estatais. Seu texto inovador estabeleceu pacto social que redefine as relações entre Estado e sociedade, com ênfase na proteção integral da cidadania.

No campo educacional, garantiu direito à educação pública e gratuita em todos os níveis, com o compromisso explícito de erradicação do analfabetismo e democratização do acesso ao ensino superior. Na saúde, inovou ao estabelecer o Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando atendimento universal e integral como direito fundamental. No âmbito trabalhista, consolidou conquistas históricas, estendendo proteção igualitária a trabalhadores urbanos e rurais, com garantias como salário-mínimo, jornada limitada e proteção social contra riscos laborais.

A assistência social foi elevada à condição de política pública permanente, com a obrigação estatal de oferecer programas, serviços e benefícios para reduzir vulnerabilidades, como demonstra o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A proteção a grupos vulneráveis materializou-se por meio de legislações complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa Idosa, que traduzem os princípios constitucionais em mecanismos concretos de amparo.

Embora progressista, sua plena efetivação enfrenta obstáculos estruturais: desigualdades históricas, restrições orçamentárias e tensões políticas frequentemente limitam sua aplicação. Contudo, a Carta Magna mantém-se como instrumento vital para a defesa da dignidade humana, servindo tanto como fundamento jurídico para garantia de direitos quanto como horizonte ético para políticas públicas. Sua força normativa continua a inspirar avanços sociais, reafirmando que a realização dos direitos nela previstos permanece como desafio central para a consolidação da democracia brasileira.

Com ênfase em nosso grupo de análise, para além do Estatuto da Pessoa Idosa, temos as Políticas Públicas estruturadas para essa população, respondendo tanto às demandas sociais urgentes quanto ao dever constitucional de proteção integral.

2.2.1. Políticas Públicas

As políticas públicas são instrumentos fundamentais, porém não neutros, para a implementação das ações do Estado. Elas devem ser compreendidas em suas origens, que estão enraizadas nas "estruturas heterogêneas dentro do próprio Estado, nas estruturas da sociedade e em suas funções na reprodução tanto do Estado quanto da sociedade" (Brand, 2011/2016, p. 129). O cientista político alemão Ulrich Brand reflete, em seu texto *Estado e políticas públicas: Sobre os processos de transformação*, sobre alternativas às políticas neoliberais que vêm sendo construídas na América Latina, desde os anos 1980, destacando a distinção entre políticas públicas voltadas para a transição e aquelas que buscam a transformação social, segundo ele:

Na ciência política, a transição é entendida como um conjunto de estratégias e, eventualmente, de processos de mudança políticos e sociais orquestrados exclusivamente a partir de políticas públicas. Costuma-se criar um novo marco jurídico, que é dotado do financiamento necessário e identifica os problemas, para eventualmente estabelecer novas instituições políticas (ou reorientar instituições existentes) com o objetivo de promover as mudanças desejadas. Os problemas abordados costumam, em geral, emergir da ineficácia das próprias políticas públicas que se tenta mudar. (Brand, 2011/2016, p. 124)

Por outro lado, a transformação social é concebida como mudança mais profunda e abrangente, que não está restrita às estruturas do Estado e das políticas públicas. Ela demanda uma reconfiguração do laço social, envolvendo mudanças nas esferas da vida cotidiana, como a cultura, a economia, as relações de poder e as práticas sociais. Enquanto a transição opera dentro de quadro institucional e jurídico preexistente, a transformação

social exige reestruturação das bases que sustentam a sociedade, promovendo novas formas de organização e convivência.

Essa distinção proposta por Brand (2011/2016) é crucial para entender os limites e as possibilidades das políticas públicas. Enquanto a transição pode ser vista como ajuste ou reforma dentro do sistema vigente, a transformação social implica reconfiguração das lógicas dominantes, buscando construir alternativas que redefinam as relações entre Estado, sociedade e indivíduos. Assim, a análise de Brand nos convida a refletir sobre até que ponto as políticas públicas podem ser verdadeiramente transformadoras ou se estão fadadas a reproduzir as estruturas de poder e desigualdade que pretendem superar. Brand retoma a noção de Estado enquanto relação social que implica:

A função principal do Estado capitalista – patriarcal, racista, imperial e pós-colonial – é a de consolidar as relações sociais dominantes e dar-lhes certa continuidade, mas também de contribuir, de maneira controlada, para que transitem em direção a novos arranjos convenientes. Dessa maneira, a reprodução socioeconômica, cultural e política funciona aproveitando os conflitos e a crise, transformando-os em oportunidades (Brand, 2011/2016, p. 127)

Compreendemos que, embora o Estado esteja disponível para a construção e implementação de políticas públicas voltadas para lidar com demandas sociais, muitas delas fracassam por se limitarem a ações de transição, sem avançar em direção à transformação social, expediente que visa a reprodução das estruturas de poder e relações dominantes (Brand, 2011/2016). Como as políticas de transição operam buscando ajustes pontuais ou reformas setoriais, acabam por não problematizar as estruturas que perpetuam iniquidades sociais e injustiças. Por isso, acabam por reproduzir os mesmos problemas que pretendiam resolver, já que não promovem mudanças substantivas nas relações de poder, nas dinâmicas econômicas ou nas práticas culturais.

Para a transformação social, há a necessidade de novas formas de organização da vida coletiva que reconfigurem o laço social e promovam a emancipação dos indivíduos e

grupos marginalizados. Enquanto as políticas de transição podem ser importantes para mitigar crises ou corrigir distorções imediatas, elas se mostram insuficientes quando o objetivo é enfrentar as raízes dos problemas sociais. Portanto, para que as políticas públicas sejam efetivas e duradouras, é essencial que ultrapassem a lógica da transição e sejam concebidas como ferramentas de transformação, capazes de redesenhar as bases estruturais da sociedade e promover um futuro mais justo e equitativo (Brand, 2011/2016).

De acordo com Brand (2011/2016), as forças sociais posicionam-se frente ao Estado, buscando espaço no debate político por meio da organização popular e coletiva. Enquanto o Estado reflete e condensa as relações de poder dominantes, reproduzindo estruturas de desigualdade, a luta social emerge como força contrária, questionando essas determinações a partir do conhecimento produzido e da compreensão dos problemas sociais.

Nesse sentido, Brand (2011/2016) discorre sobre o papel dos funcionários do Estado, que frequentemente atuam como se tivessem pleno conhecimento dos problemas e dos atores impactados pelas políticas públicas. No entanto, essa visão limita-se ao aspecto técnico, presumindo que o Estado, por meio de seus servidores ou consultores, já detém o entendimento sobre os problemas, valores e interesses da sociedade. Essa abordagem desencoraja a participação social, ao assumir que o Estado dispõe de todo o conhecimento necessário para formular políticas, o que muitas vezes resulta em ineficiência. Diante disso, estudos como a presente Dissertação de Mestrado ganham relevância ao buscar compreender os interesses, demandas, conflitos e percepções de vida a partir das palavras da própria população em seu contexto específico, contribuindo para políticas mais alinhadas com as reais necessidades sociais.

Algumas políticas públicas têm por foco o critério de idade para determinar o início de algumas atividades, como trabalho infantil, início da vida escolar, aposentadoria. No que diz respeito à população idosa, existem políticas públicas objetivando “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação

efetiva na sociedade”, conforme a lei nº 8.842 (Brasil, 1994) como ocorre com a Política Nacional do Idoso (PNI). Ainda de acordo com a PNI em seu artigo terceiro:

A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios: I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (Brasil, 1994)

Outra política dedicada à proteção e garantia de direitos desta população é o Estatuto do Idoso, estabelecido pela Lei nº 10.741 em outubro de 2003 e, recentemente, em 2022, passou a ser denominado Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2022). Esse documento define os direitos fundamentais, medidas de proteção, políticas de atendimento, acesso à justiça e crimes, dentre eles a discriminação contra pessoas idosas, envolvendo os sujeitos com mais de sessenta anos. O etarismo, também conhecido como ageísmo ou idadismo, refere-se a essa discriminação baseada na idade do indivíduo, prática que o estatuto busca combater.

Embora a criação do Estatuto da Pessoa Idosa tenha buscado promover transformação social na percepção sobre a velhice, enquanto cidadão com direitos sociais específicos, cabe questionar se esse objetivo foi plenamente alcançado ou se o Estatuto se configura como política de transição. Isso porque as relações de poder na sociedade continuam a influenciar profundamente as condições do envelhecimento e a posição do idoso no tecido social. A persistência de práticas como o etarismo sugere que, apesar dos

avanços legais, as estruturas sociais ainda reproduzem desigualdades que impactam a vivência da velhice. Nesse contexto, é possível identificar algumas iniciativas governamentais de proteção e promoção de direitos, mas há dois pontos que precisam ser lembrados: as iniciativas devem ser pautadas pelos princípios do Desenho Universal, e precisam ter o compromisso de combate às violências estrutural e institucional.

O Desenho Universal, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.296 (Brasil, 2004), é um conceito que visa criar ambientes, serviços e produtos acessíveis a todos os corpos, sem depender de habilidades, circunstâncias ou idade. Sua base está fundamentada em sete princípios essenciais: (a) uso equitativo, de modo a ser útil e comercializável a todos; (b) flexibilidade de uso, garantindo adaptabilidade a diferentes preferências e habilidades; (c) uso simples e intuitivo, compreensão facilitada independente da experiência prévia do usuário; (d) informação perceptível, assegurando comunicação clara e acessível; (e) tolerância ao erro, minimizando riscos; (f) baixo esforço físico e mental, permitindo uso confortável e eficiente; (g) dimensão e espaço para aproximação e uso, garantia de acessibilidade independentemente do tamanho do corpo, mobilidade ou postura.

Além desses princípios, o Desenho Universal tem como objetivos principais promover a adequação corporal, o conforto, a consciência, a compreensão, o bem-estar, a integração social, a adequação cultural e a personalização. Essa abordagem não apenas beneficia pessoas com deficiência, mas também idosos, crianças, gestantes e qualquer indivíduo que possa enfrentar limitações temporárias ou permanentes. Ao seguir essas diretrizes, projetos e políticas públicas podem contribuir para uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade humana é respeitada e valorizada em todos os aspectos da vida cotidiana.

Sobre o segundo aspecto, a violência contra a população idosa é uma grave questão social que exige ações estratégicas eficazes. Em 2014, o Governo Federal publicou o *Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa* (Secretaria de Direitos Humanos, 2014), documento abrangente que analisa o contexto demográfico, cultural e de saúde dessa parcela da população, além de abordar as diversas formas de violência a que

estão submetidos. Além disso apresenta sete estratégias para enfrentamento, sendo elas: (1) Investir numa sociedade para todas as idades; (2) Segundo todas as convenções internacionais, os governos devem priorizar os direitos da pessoa idosa; (3) Contar com a pessoa idosa: “nada sobre nós sem nós”; (4) Apoiar as famílias que abrigam pessoas idosas em sua casa; (5) Criar espaços sociais seguros e amigáveis fora de casa; (6) Formar profissionais de saúde, assistência e cuidadores profissionais e (7) Prevenir dependências. Essas estratégias, quando implementadas de forma integrada, não apenas combatem a violência, mas fortalecem a rede de proteção social, promovendo dignidade, qualidade de vida e plena cidadania para a população, em consonância com os princípios dos direitos humanos e da acessibilidade universal.

Na construção da agenda das políticas públicas algumas ações foram construídas para mitigar a violência contra essa população e para promover a proteção e inclusão social, dentre elas destacam-se a Política Nacional do Idoso (PNI), o Programa Viver, a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI⁵) e o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA). Essas são algumas das iniciativas, que quando implementadas de forma intersetorial e com participação social, configuram-se como importantes instrumentos para a garantia dos direitos humanos dessa população.

A partir das reflexões de Brand (2011/2016) sobre Políticas Públicas, podemos citar como exemplo o Programa Viver (Brasil, 2019) do Governo Federal, que tem como objetivo promover um envelhecimento ativo e saudável. O Programa busca:

I - Proporcionar a inclusão digital e social, para possibilitar a participação do idoso em atividades de saúde, tecnologia digital, educação, e a mobilidade física, com a melhoria da sua qualidade de vida; e II - contribuir para a promoção do direito ao envelhecimento ativo e saudável.

Suas ações são organizadas de forma descentralizada, abrangendo os eixos de tecnologia digital, educação, saúde e mobilidade física. A implementação do programa prevê

⁵ Para mais informações consulte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa>

a doação de equipamentos como computadores, *webcams*, impressoras, projetores de imagens ou televisores. A distribuição desses recursos segue critérios populacionais: em capitais e municípios com mais de 550 mil habitantes, serão destinados dez computadores e dez *webcams*; já em municípios com população igual ou inferior a 550 mil habitantes, a quantidade será de oito computadores e oito *webcams*. Essa estrutura busca garantir que os idosos tenham acesso aos meios necessários para uma participação ativa e integrada na sociedade.

Outra política, fundamentada no artigo 28 do Estatuto da Pessoa Idosa, é o compromisso do poder público em preparar as pessoas para a aposentadoria. Para isso, foram criados os Programas de Preparação para Aposentadoria. França e colaboradores (2019) analisaram esses programas em instituições públicas e constataram que 20% deles haviam sido criados há menos de um ano no período da pesquisa. A maioria ocorria com frequência mensal, enquanto 23% tinham carga horária inferior a oito horas. Quanto à metodologia, predominavam palestras, dinâmicas de grupo e vivências. Entre os conteúdos abordados, os PPAs tratavam de:

aspectos legais da aposentadoria/legislação (63,4%), planejamento financeiro/finanças (53,7%), saúde e projeto de vida (48,8% cada), envelhecimento (31,7%) e lazer, identidade, qualidade de vida e família (19,5% cada). Pontua-se que outros temas também foram citados, porém em proporção menor: relacionamentos afetivos/sexuais (17,1%), relacionamentos sociais e voluntariado (12,2% cada), gerenciamento do tempo e espiritualidade (9,8% cada) e educação (7,3%) (p. 67-68).

Vale ressaltar que embora as questões legais e financeiras da aposentadoria sejam essenciais a organização futura, as demandas emocionais, relacionais e identitárias são cruciais para a saúde mental dos aposentados.

2.2.2. Política Nacional de Assistência Social

A Assistência Social no Brasil consolidou-se como um direito social fundamental a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nos artigos 203 e 204, a Carta Magna estabelece que a assistência social é um direito garantido a todos que dela necessitem, independentemente de sua condição econômica ou de contribuições prévias à seguridade social. Esse marco legal representa avanço significativo na proteção social dos cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo em que exige uma constante atualização das demandas e necessidades dos indivíduos, dos grupos sociais e dos territórios. Nesse contexto, a vigilância socioassistencial emerge como um componente essencial para a construção e consolidação da proteção social, aliada à produção de pesquisas que subsidiem a efetivação dessa política.

Em 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social, a Loas (Brasil, 1993), foram estabelecidas as diretrizes e bases para a organização da assistência social no país, além de propor a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como instrumento fundamental para a consolidação da assistência social como política pública. A PNAS foi aprovada em 2004, sendo publicada em 2005, durante reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em Aracaju-SE, e representa um marco na institucionalização da assistência social no Brasil. Sua construção reflete a conscientização coletiva acerca da responsabilidade do Estado na garantia da proteção social de seus cidadãos, bem como o reconhecimento das lutas históricas e movimentos sociais que pautaram a necessidade de uma política pública voltada para a redução das desigualdades e a promoção da equidade (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005).

Para garantir proteção social mais efetiva, capaz de responder adequadamente às diferentes complexidades das demandas sociais, a política de assistência é organizada em dois eixos: a Proteção Social Básica (PSB), que atende situações de vulnerabilidade, e a Proteção Social Especial (PSE), subdividida em média e alta complexidade para abordar casos de maior risco e violação de direitos. O PSB ocorre de maneira descentralizada no

território, mas tem como equipamento de referência o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), enquanto o PSE acontece nos equipamentos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e nas instituições de acolhimento. A Tabela 2 apresenta os diferentes serviços ofertados em cada nível de complexidade e em cada equipamento.

Tabela 2

Síntese dos serviços socioassistenciais por proteção

Nível de proteção	Serviços
Proteção Social Básica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
Média complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
Proteção Social Especial	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; 7. Serviço de Acolhimento para Jovens entre 18 e 21 anos; 8. Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com deficiência; 9. Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias; 10. Serviço de Acolhimento para Mulheres em situação de violência; 11. Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas; 12. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências

Fonte: Recuperado de *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013)* (Secretaria Nacional de Assistência Social); *Atualização sobre a organização: Oferta dos serviços da proteção social especial (2016a)* (Secretaria Nacional de Assistência Social).

A PNAS, portanto, não apenas organiza e estrutura as ações da assistência social, mas também reflete um compromisso ético e político com a garantia de direitos e a superação das vulnerabilidades sociais. Sua implementação demanda esforço contínuo de articulação entre os entes federativos, a sociedade civil e os profissionais da área, visando à efetivação de uma proteção social integral e universal (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005). Nesse sentido, a assistência social configura-se como um pilar fundamental do sistema de seguridade social brasileiro, pois coloca na agenda das políticas públicas a demanda por direitos básicos dos cidadãos.

Os marcos legais que regulam a Assistência Social no Brasil foram construídos por meio da colaboração entre atores governamentais, como gestores públicos, burocratas e representantes políticos, e não governamentais, incluindo organizações da sociedade civil e grupos de interesse. Essa construção coletiva reflete um consenso sobre as diretrizes e prioridades da política. Apesar de sua fundamentação teórica robusta e estrutura organizacional bem delineada, a implementação da política ainda enfrenta desafios operacionais. Nesse contexto, são as trabalhadoras do Suas, na "ponta" do sistema, que traduzem as diretrizes em ação, adaptando-as às realidades locais com os recursos disponíveis. Entre suas atribuições, destaca-se a análise crítica do território, identificando tanto suas potencialidades quanto às demandas sociais emergentes, a fim de garantir respostas adequadas às complexidades dos usuários.

Essa dinâmica revela uma dualidade desafiadora. Na prática cotidiana, os profissionais precisam responder às demandas sociais dentro dos limites estruturais existentes, com as ferramentas disponíveis, sob a lentidão da burocracia estatal, frente à escassez de recursos humanos e às decisões hierárquicas. No plano individual, precisam gerenciar os impactos dessa atuação: a exaustão da jornada de trabalho intensa, o desgaste emocional gerado pelos relatos vulneráveis e o risco concreto de adoecimento mental. Essa tensão permanente entre o institucional e o humano coloca em xeque não apenas a eficácia das políticas públicas, mas a própria sustentabilidade do trabalho socioassistencial.

2.3. A FAMÍLIA

2.3.1. Parentesco, substância e memória

*Um nome infantil é gritado no quintal,
enquanto uma dupla gargalhada enche a cozinha.
O cheiro do ensopado de peixe é abafado pelas vozes,
enquanto a anfitriã mexe o caldo dourado,
e o perfume com a farinha viram pirão.
O gingado é interrompido,
pra rir, fumar, saudar os parentes que chegam.
Todos que aparecem na casa são recebidos com um americano
de café melado e a bença.
Os tamboretos dos outros cômodos migram pra cozinha,
mas ninguém se senta: continuam andando e falando.
A casa da Madrinha Zeni é recheada de comida e parente.
(poema autoral)*

O poema acima foi escrito como parte da disciplina Antropologia Social⁶, retratando a dinâmica de uma casa na periferia de São Paulo-SP que fez parte da minha infância, espaço marcado pela constante presença de visitas sempre acolhidas com café, comida e longas conversas, seja na casa da madrinha Zene ou na casa dos meus avós. A disciplina explorou conceitos fundamentais como parentesco, substância e memória na perspectiva antropológica, temas que serão discutidos a seguir para articular o trabalho desenvolvido com a Antropologia Social, partindo da síntese apresentada por Cynthia Sarti (1992) sobre o que a Antropologia compreende como família e parentesco. A antropóloga aponta que ambos são constituídos por processos biológicos comuns como nascimento, acasalamento e morte, mas ressalta que se trata de termos distintos: enquanto a família demarca um

⁶ Disciplina “Substâncias, Memórias e Movimentos: Família e Parentesco Atravessados” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), professora responsável Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques, ministrada pela Dra. Aline Lopes Murillo e Dra. Juliana Pereira Lima Caruso, no 2o semestre de 2024.

grupo social concreto com alianças, o parentesco representa algo mais abstrato, uma estrutura de relações, sendo esta abstração que vai além da família uma contribuição importante da Antropologia para esses estudos.

O conceito de parentesco é apresentado por Sarti, a partir das ideias de Lévi-Strauss (1908-2009), antropólogo francês, que o propôs como um sistema de estruturas formais observáveis a partir de relações como descendência, consanguinidade e afinidade. No entanto, essas relações não exigem uma correlação biológica ou jurídica obrigatória, podendo ser compreendidas como laços simbólicos de parentalidade, fratria ou aliança baseados na escolha de convivência, nem mesmo se restringindo a relações entre humanos. O antropólogo americano David Schneider (1918-1995) em sua obra *Parentesco americano: Uma exposição cultural*, publicada originalmente em 1968, já apontava que os animais de estimação poderiam ser considerados parentes e que o estabelecimento de alianças de cuidado e proteção poderia estar circunscrita a amigos, demonstrando como as relações de parentesco são plurais.

Sobre a compreensão de família enquanto linguagem, simbólica e coletiva, Sarti (2009) aponta:

A família, como sistema de comunicação, tem na troca e na reciprocidade sua estrutura fundante. O objetivo das relações de parentesco, como de qualquer sistema social, é instituir a comunicação, na qual o sujeito só se define em relação a um outro. Os elementos não são pensados por suas propriedades intrínsecas (não interessa a família individualizada), mas pelas relações nas quais estão situados (p. 3).

O parentesco, tradicionalmente entendido como relação estabelecida por filiação, aliança (casamento) ou consanguinidade (laços de sangue), ganhou novas interpretações com a antropóloga Françoise Héritier (1933-2017). A partir do conceito de substância, criado por Schneider, Héritier expandiu a compreensão de substância para analisar os vínculos de parentesco, destacando três fluidos corporais fundamentais: sangue, sêmen e leite.

Segundo essa perspectiva, o parentesco se constitui precisamente pelo compartilhamento dessas substâncias que criam e regulam as relações sociais. Nesse contexto, há parentesco quando há o compartilhamento desses fluidos, por exemplo, o incesto de segundo tipo, ocorreria quando um homem, após ter relações sexuais com uma mulher, se relaciona com a irmã dela, pois isso levaria à mistura das substâncias de uma irmã ao útero da outra, via sêmen compartilhado, ou seja, esse homem passa a ser considerado parente da segunda irmã e não poderia ter relações com ela (Caruso, 2020). Dessa forma, a teoria de Hérítier demonstra como o parentesco não se limita a estruturas fixas de filiação ou aliança, mas se constitui dinamicamente por meio da circulação e mistura de substâncias corporais.

Sobre substância e parentesco, Janet Carsten (2014) propõe uma abrangência do termo:

De modo mais livre, a substância pode ser estendida de “coisas corporais” para outros tipos de coisas. Já mencionei a comida e podemos incluir outros vetores de parentesco que são ligados à alimentação, à terra, por exemplo, ou às casas. (...). E depois existem vetores ou “substâncias” do parentesco menos materiais – porém, não menos importantes: os espíritos herdados pelos informantes de Lambek são apenas um dos muitos tipos possíveis de presenças fantasmagóricas que indicam a presença persistente de parentesco após a morte. Outras formas intangíveis são memórias (...). Essas presenças menos sólidas entram em jogo quando descrevemos parentesco como mutualidade de ser. Entre a aparentemente etérea e a obviamente física “matéria do parentesco”, também podemos incluir tipos de materiais semelhantes ao papel: fotografias, cartas, certos tipos de documentos, genealogias ou os cartões de Natal. (Carsten, 2014, p.107).

As substâncias que criam parentesco estão além da procriação, podendo ser compreendidas como matérias mais superficiais do corpo (pele, unha, cabelo) e substâncias sem matéria como o tempo e a geografia. A antropóloga defende que o estudo do contexto

histórico e cultural das substâncias proporciona compreensão melhor de propriedades do parentesco, como sua dimensão política, étnica, científica e social (Carsten, 2014).

A memória se insere nesta discussão como elemento fundamental para a constituição das relações de parentesco e família, indo além dos critérios tradicionais de filiação, consanguinidade e aliança. Em estudo sobre o sertão pernambucano, Ana Claudia Marques (2013) demonstra como a memória atua como uma substância imaterial de parentesco, determinando semelhanças e conexões entre indivíduos. A autora destaca que: "o conhecimento genealógico instrumentaliza o acesso ao passado e a coletivização da memória, ao mesmo tempo que, no sentido inverso, a narração de memórias tem efeitos sobre como o parentesco é reconhecido no presente" (p. 2). Essa dinâmica manifesta-se cotidianamente em apresentações como "sou fulana, filha de Valter e Vanusa" ou "neta de Marcolino e Maria, e de Helena", onde a memória familiar opera como um dispositivo de reconhecimento e pertencimento.

Esta teorização sobre os conceitos de família torna-se fundamental quando observamos que a Política Nacional de Assistência Social (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005) estabelece o convívio familiar como princípio, coloca a centralidade da família como uma de suas diretrizes e tem como um de seus objetivos a proteção social do grupo familiar. Diante disso, compreender o que constitui família para as pessoas idosas na contemporaneidade, e especialmente para os interlocutores desta pesquisa, mostra-se uma necessidade premente. A análise revela como as formulações oficiais das políticas públicas e as vivências concretas nem sempre coincidem, e como o trabalho social precisa tomar o termo família quem é entendido e lido como tal. Talvez seja necessário considerar o parentesco quando pensamos no fortalecimento de vínculos entre as pessoas atendidas nas políticas, pois, se quisermos "judicializar" o cuidado e as responsabilidades, o conceito de família se aplica legalmente, mas se falamos em relações de afetos e proteção, suponho que estejamos falando de parentesco.

Ao analisar a família por meio da lente do parentesco, como compartilhamento de substâncias, emergem possibilidades teóricas ricamente moldadas pelas práticas sociais

cotidianas. Esta perspectiva ampliada permite reconhecer como substâncias não apenas os fluidos corporais tradicionais (sangue, sêmen, leite), mas também os atos e trocas materiais que tecem relações: o café da tarde que se divide com vizinhos, as refeições conjuntas, ou mesmo a água e o suor trocados durante os treinos de corrida ou ciclismo. Nesta perspectiva ampliada, a substância transcende seu aspecto biológico original para tornar-se processo relacional dinâmico, onde o parentesco é continuamente negociado e reafirmado por meio das interações do dia a dia. Esta abordagem revela como as relações familiares são constantemente reinventadas nas práticas sociais, desafiando definições estáticas e abrindo espaço para compreensões mais fluidas e inclusivas do que constitui uma família.

3 MEIO - MÉTODOS

Neste capítulo, abordarei os procedimentos metodológicos do estudo, detalhando desde a elaboração dos instrumentos até a aplicação dos questionários e a caracterização dos participantes. Além disso, incluirei uma análise do território onde o estudo foi conduzido, considerando sua relevância para a compreensão das dinâmicas sociais investigadas. Conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social, o território não apenas influencia a implementação de políticas públicas, mas também se configura como elemento fundamental para a análise de realidades específicas, das populações que as vivenciam, das relações sociais e do convívio comunitário.

3.1. A CIDADE

Piracicaba, o lugar onde o peixe para.

Em Tupi-Guarani, o nome “Piracicaba” alude às majestosas quedas do rio que interrompem a piracema, o ritual migratório que faz com que os peixes parem na cidade. Para os piracicabanos, no entanto, o nome carrega um sentido afetivo, o apreço pela cidade e sua qualidade de vida, aludindo ao desejo das pessoas de permanecerem na cidade quando a conhecem. Ao chegar em Piracicaba, um morador local brincou com a etimologia do nome da cidade, explicando que a “parada do peixe” não se referia apenas às quedas do rio, mas também ao efeito quase mágico de suas águas: “Quem bebe dessa água, nunca mais quer partir”.

A crença popular difundida pelos moradores da cidade parece encontrar eco nos números dos dados demográficos. Segundo o Censo de 2022, a cidade contava com 423.323 habitantes, tendo registrado um crescimento populacional de 16,12%⁷ desde o último levantamento em 2010, taxa quase duas vezes superior à média do estado de São Paulo. A população estimada para 2025 é de 440.835 habitantes. Com um incremento

7

Disponível

em:

<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2023/06/28/censo-2022-com-4233-mil-habitantes-piracicaba-supera-quatro-capitais-e-e-a-54a-maior-cidade-do-brasil.ghtml>

médio de 1,25% ao ano, Piracicaba consolida-se como a 54ª maior cidade do país. Atualmente, a estimativa é de 438.827 mil habitantes, de acordo com o Observatório Socioassistencial⁸.

A data oficial de fundação é 1º de agosto de 1767, sobre o registro de povoado de Piracicaba. Apenas em 11 de agosto de 1822 se torna autônoma administrativamente, com a instalação da Câmara de Vereadores, e em abril de 1856 é elevada à categoria de cidade, com o nome de Vila Nova da Constituição. Apenas em 1877 que o nome é oficialmente mudado para Piracicaba⁹. Dados de 2019 apontam que a cidade tem extensão territorial de 1.378,50 km², sendo 245,44 km² de área urbana e 1.133,06 de área rural¹⁰. A cidade está localizada a Noroeste da capital do estado e é referência para a população dos municípios vizinhos que a visitam para trabalhar, em busca de serviços, comércio, lazer e atividades culturais.

A migração na cidade é um tema relevante para análise. Embora o Observatório registre 476 imigrantes em 2024, é importante destacar que esse número reflete apenas a população inserida no Cadastro Único, não representando de forma completa o real contingente migratório. Entre os imigrantes registrados, os principais países de origem são Venezuela (43,4%), Haiti (16,6%) e Peru (8,4%). Além disso, a cidade também atrai fluxos migratórios devido à presença de instituições de ensino superior, como o *campus* da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (com a Faculdade de Odontologia) e da Universidade de São Paulo (USP) (que oferece os Cursos de Graduação em Administração, Ciências Biológicas, Ciências de Alimentos, Ciências Econômicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Licenciatura em Ciências Agrárias e Biológicas).

⁸ Disponível em: <https://observatoriosocial.piracicaba.sp.gov.br/>

⁹ Disponível em: Câmara Municipal de Piracicaba. <https://m.camarapiracicaba.sp.gov.br/historia-de-piracicaba-24663>

¹⁰ Disponível em: <https://piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Cartilha-PLANO-DIRETOR-PIRACICABA-LC-405-19.pdf>
<https://piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/Localizacao-Relevo-Extensao-Territorial.pdf>

No contexto dos espaços de formação informal, em específico a educação digital, o município implementou, em 2008, o Centro de Educação Digital "Olavo Pianelli"¹¹ no bairro Vila Sônia, uma iniciativa originalmente focada na inclusão digital de estudantes, embora a unidade já não esteja em funcionamento. Posteriormente, o projeto foi reestruturado e expandido, passando a atender ao público geral com o objetivo de democratizar o acesso aos serviços digitais essenciais. Esses espaços oferecem desde suporte para estudos e pesquisas até orientação para criação de currículos, serviços de impressão, cursos formativos, *workshops* e atividades de recreação digital¹². Como tentativa de redução das desigualdades, a prefeitura mantém onze desses centros estrategicamente localizados em bairros de maior vulnerabilidade socioeconômica, buscando garantir acesso digital mais democrático às populações dos territórios. Atualmente, os centros não estão em funcionamento.

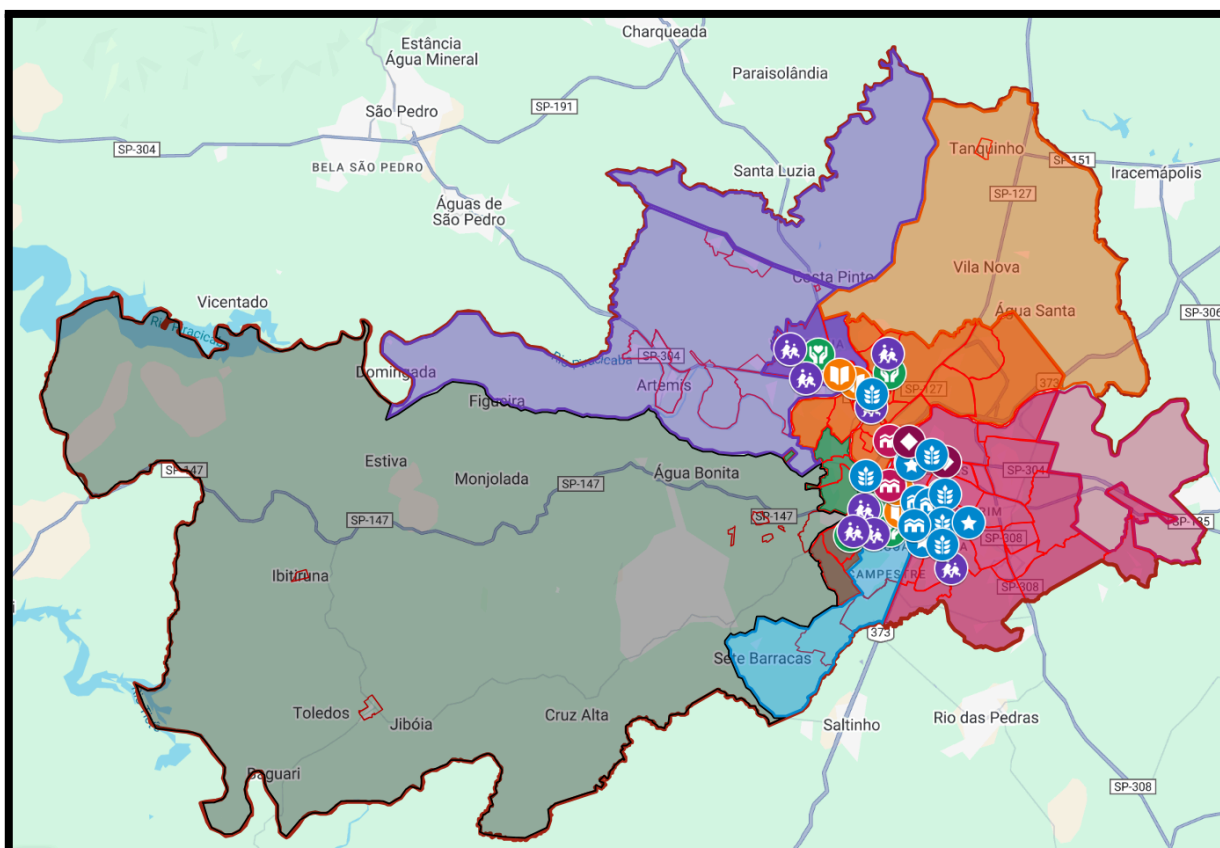
A cidade é dividida em seis regiões referenciadas a Assistência Social, como mostra a Figura 2.

¹¹ Disponível em: <https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/centro-de-educacao-digital-do-jardim-orientado-6-de-maio/>

¹² Disponível em: <https://ced.educacao.piracicaba.sp.gov.br/>

Figura 2

Mapa da rede socioassistencial do município de Piracicaba



Fonte: site do Observatório Social de Piracicaba¹³.

O presente estudo concentra-se na região norte de Piracicaba, área popularmente conhecida como Santa Terezinha ou Vila Sônia. Esta delimitação espacial corresponde à região representada na Figura 3, caracterizada por uma população de 60 mil habitantes em 27,94 km². A escolha deste território como objeto de estudo justifica-se por três dimensões: (1) trata-se do local onde desenvolvo minhas atividades profissionais na PNAS, tanto na PSB quanto na PSE, o que me proporciona inserção privilegiada no cotidiano comunitário; (2) constitui meu espaço de residência, permitindo observação participante prolongada das dinâmicas sociais; e (3) oferece condições únicas para articular conhecimento técnico e vivência pessoal, conforme preconizam os estudos sobre pesquisa qualitativa (Patias & Hohendorff, 2019).

¹³ Disponível em: <https://observatoriosocial.piracicaba.sp.gov.br/relatorios/mapas/>

Figura 3

Mapa da região Santa Terezinha e Vila Sônia de Piracicaba



Fonte: site do Observatório Social de Piracicaba¹⁴.

A região objeto desta Dissertação de Mestrado é referenciada ao Cras Vila Sônia (Figura 4) que atende aos bairros conforme a proximidade com o equipamento ou sua equipe volante (Tabela 3).

¹⁴ Disponível em: <https://observatoriosocial.piracicaba.sp.gov.br/relatorios/mapas/>

Figura 4.

Equipamento Centro de Referência da Assistência Social Vila Sônia



Fonte: site da Prefeitura Municipal de Piracicaba¹⁵

¹⁵ Disponível em:

<https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/revitalizados-cras-do-novo-horizonte-e-do-vila-sonia-retomam-atendimento-em-sedes-proprias/>

Tabela 3*Divisão do território por bairros e equipe de atendimento*

Cras Vila Sônia						
Equipe fixa	Jd. Sônia	Jd. Três Marias	Resid. Piracicaba I, II e II	Jd. Campos Elíseos	Santa Terezinha	Vem Viver
	Humberto Venturini	Pq. N. Sr. das Graças	Res. Ipês Branco, Aml e Roxo	Jd. Diana	Vila Sônia	Conquista
	Jd. dos Antúrios	Colina Verde	Jd. Manacás	Jd. Maria Helena	Jd. Vila Rio	Jd. Maria Cláudia
	Jd. N. Sr. do Carmo	Jd. Vila Bessy	Pq. Bella Vista	Jd. Castor	Pq. Monte Rey I e II	Boa Esperança
	Jd. Nova Capri	Pq. das Indústrias	Jd Santa Ephigênia	Jd Taiguara I e II	Pq. Piracicaba	Jd. São Matheus
	Jd. São Luís	Jd. Lídia	Jd. São Benedito	Jd. Irapuã	Jd. Javary I, II e III	Pq Orlanda I, II e III
	IAA	Jd. Conceição	Loteamento Colina Verde	Pacaembu	Jd. Maria	
Equipe volante	Vila Belém	Frio	Fazenda São Roque	Vivendas Bela Vista	Glebas Primavera	Fazenda Lagoa Seca
	Santana	Ártemis	Gran Park	Colinas do Piracicaba	Jd. Colorado	Costa Pinto
	Santa Olímpia	Bange	Vida Nova I, II, III e IV	Dini	Pitanga	Fazendo Gloria
	Itaperu	Bernardos	Vila Belém	Estância Lagoa Azul	Recreio Itaporanga	Fazenda Negri
	Jd. Itaiçaba	Vale do Sol	Fazenda São Roque	São Matheus	Santa Lídia	Boavinha
	Limoeiro	Fazenda Santa Adélia	Fazenda Santo Antônio	Bange	Costa Pinto	Altos do São Francisco
	Paredão Vermelho	Vila Brieda	Caiapiá	Bernardos	Fazendo Gloria	

Fonte: Cras (Centro de Referência de Assistência Social) atualizado em 06/03/2024¹⁶

3.2. OS PARTICIPANTES

Para participar dos grupos de convivência promovidos pela Política de Assistência Social, é importante estar inscrito no Cadastro Único. Embora não seja um requisito obrigatório, a inscrição no sistema é altamente recomendada, pois permite aprimorar a vigilância socioassistencial, contribuindo para melhor conhecimento do público atendido em

¹⁶ Disponível em:

<https://piracicaba.sp.gov.br/servicos/Cras-centro-de-referencia-de-assistencia-social/#lightbox>

cada território. Além disso, estar cadastrado facilita o acesso a outros direitos e benefícios sociais, como programas de transferência de renda, tarifas sociais de água, de energia e isenções em processos seletivos.

De acordo com os registros da Vigilância Socioassistencial da Prefeitura Municipal de Piracicaba, o território atendido pelo Cras Vila Sônia apresentava, até fevereiro de 2024, um total de 2.158 pessoas idosas cadastradas, distribuídas em 1.790 famílias. Desse total, 763 famílias eram unipessoais e 1.027 eram famílias compostas. Os termos "família unipessoal" e "família composta" são adotados de acordo com a classificação do Cadastro Único, origem dos dados analisados. Para os fins das políticas públicas, esses arranjos são caracterizados conforme sua estrutura, não cabendo a avaliação de laços afetivos ou outros marcadores. Uma família unipessoal é caracterizada por apenas uma pessoa residente na moradia e responsável por seus gastos. Já as famílias compostas abarcam os arranjos diversos: monoparental, nuclear, extensa ou ampliada, anaparental e pluriparental.

Já no acumulado até janeiro de 2025, o equipamento havia referenciado 19.039 pessoas, organizadas em 7.372 famílias, com recorte específico da população idosa mostrando 2.213 pessoas com 60 anos ou mais, integrando 1.745 famílias, sendo 1.058 famílias unipessoais e 687 famílias compostas.

A Tabela 4 apresenta algumas comparações.

Tabela 4

Comparação entre as famílias, unipessoais e compostas, com pessoas idosas do Cras Vila Sônia entre 2024 e 2025, em porcentagem

	UNIPESSOAL		COMPOSTA	
	2024	2025	2024	2025
Número famílias	763	1.058	1.027	687
Mulher	69,4%	75,0%	57,0%	48,8%
Homem	30,6%	25,0%	43,0%	51,2%
Fundamental Incompleto *	61,8%	64,2%	68,4%	69,0%
Pobreza 1 *	13,4%	9,6%	3,6%	2,3%
Baixa renda *	2,2%	11%	25,4%	17,6%
Acima de 1/2 SM *	80,8%	76,2%	68,9%	77,7%

Nota. *Esses recortes sobre a escolaridade (fundamental incompleto) e a faixa de renda (pobreza 1, baixa renda e acima de meio salário-mínimo) foram escolhidos por apresentarem as maiores porcentagens.

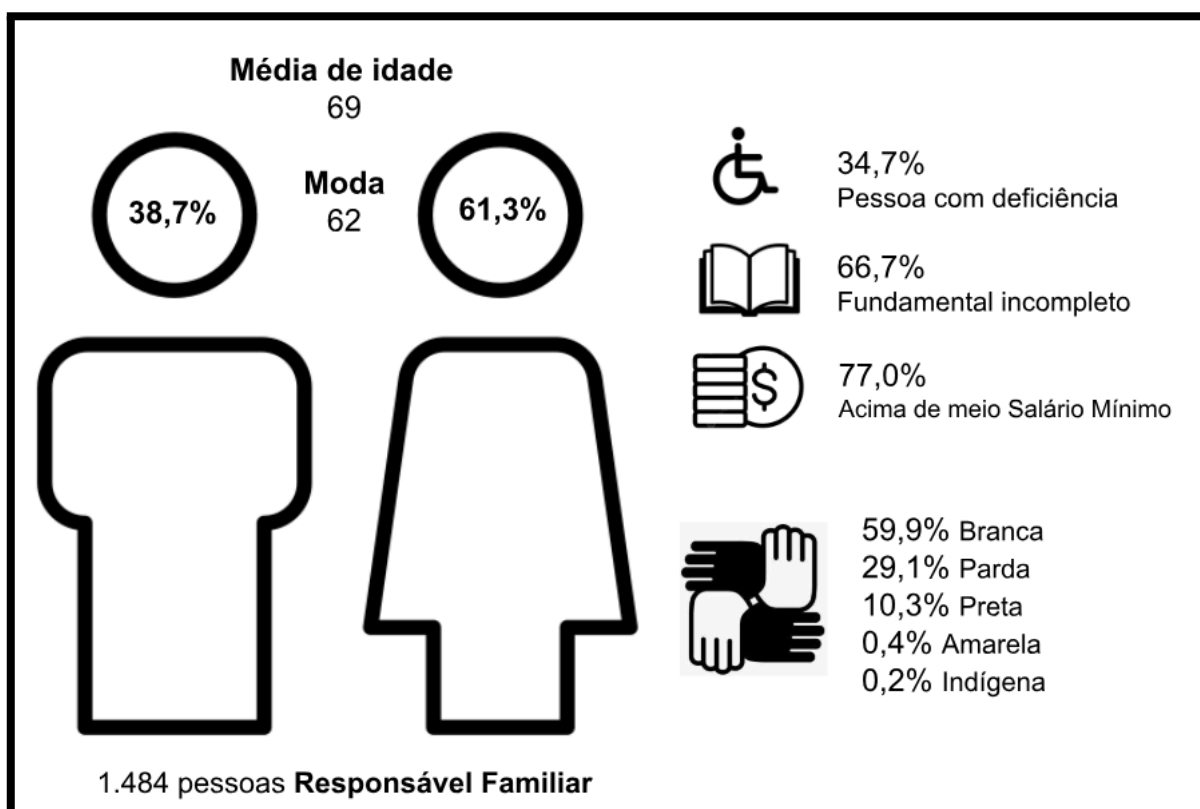
Os dados do Cadastro Único referentes a janeiro de 2025 (Tabela 4) mostram que, das mais de 2.000 pessoas idosas cadastradas no território do Cras Vila Sônia, 1.484 eram consideradas Responsáveis Familiares, ou seja, eram a principal fonte de renda em seus domicílios. Essa população idosa do território apresenta média de idade de 69 anos, sendo 62 anos a idade mais frequente, em uma faixa que varia de 61 a 101 anos. A análise sociodemográfica revela que mais de 60% se entendem do sexo feminino e quase 60% se autodeclararam brancas. Em termos socioeconômicos, a maioria das famílias declarou possuir renda per capita superior a meio salário-mínimo (R\$759,00 em 2025), valor limite que define a elegibilidade para inscrição no CadÚnico. Quanto à escolaridade, predomina o ensino fundamental incompleto, seguido pela falta de instrução formal, fator que pode dificultar o acesso a direitos e benefícios sociais. Um dado relevante é que 34,7% dessas pessoas apresentam algum tipo de deficiência.

De modo geral, o perfil sociodemográfico comum à população idosa no território do Cras Vila Sônia, conforme Figura 5, é de brancas mulheres, com 62 anos, sem deficiência, com baixa escolaridade e renda superior a meio salário-mínimo. Vale destacar que,

conforme dados do Cadastro Único de novembro de 2024, 528 pessoas do território recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado a pessoas idosas, com idade mínima de 65 anos, enquanto 777 eram beneficiárias do BPC para pessoas com deficiência, que não possui limite de idade e pode incluir parte da população idosa.

Figura 5

Características das pessoas idosas referenciadas ao Cras Vila Sônia até janeiro de 2025



3.3. OS INSTRUMENTOS

Este estudo está fundamentado em amostra de conveniência do tipo exploratório, descritivo, quantitativo e qualitativo. De acordo com Minayo (2017) delineamentos qualitativos e quantitativos se complementam por observarem pontos distintos do mesmo objeto de pesquisa. A investigação qualitativa permite abordagem aprofundada acerca do tema de estudo, a partir da identificação de conjuntos de aspirações, motivos, significações, crenças e valores, esta metodologia abarca nível sociocultural da realidade que escapa às

investigações quantitativas (Minayo, 2008). Ao passo que a metodologia quantitativa busca inferências de homogeneidade e repetição dos fenômenos estudados (Minayo, 2017). Como tentativa de complementar a investigação da realidade em sua totalidade, instrumentos quantitativos são importantes para caracterização do grupo estudado, tanto em sua perspectiva sociodemográfica quanto aos aspectos descritivos de comportamentos e atitudes.

Os instrumentos foram pensados a partir do paradigma da pesquisa qualitativa discutido por Naiana Patias e Jean Von Hohendorff (2019), segundo os autores:

Um paradigma relaciona-se a diferentes visões, crenças ou padrões de pensamentos sobre quatro principais aspectos, a saber: (a) Ontologia: natureza da realidade; (b) Epistemologia: o que é válido como conhecimento e como estas afirmações são justificadas; (c) Axiologia: papel dos valores na pesquisa e, por fim, (d) Metodologia: o processo de condução de pesquisa (p. 2)

No paradigma qualitativo, compreende-se que não há neutralidade na produção do conhecimento científico, uma vez que a realidade deve ser analisada em sua complexidade e totalidade, considerando a multiplicidade de atores e contextos que a constituem. Dessa forma, os participantes da pesquisa e pesquisadora são reconhecidos como sujeitos ativos, que tanto influenciam quanto são influenciados pelo meio social, tendo suas experiências e subjetividades valorizadas na construção do saber. Como destacam os autores, Patias e Hohendorff (2019), a realidade investigada é construída na interação entre pesquisadora e participantes, o processo analítico segue uma lógica indutiva, partindo de casos particulares para reflexões ampliadas sobre o fenômeno do coletivo.

Foram construídos os seguintes instrumentos:

(1) *Formulário Sociodemográfico* (Apêndice A). Estruturado para coletar dados a respeito da condição sociodemográfica dos participantes e dados sobre sua percepção sobre envelhecimento, relações sociais e acesso à internet.

(2) *Roteiro entrevista clínica semiestruturada* (Apêndice B). Este instrumento coligiu associações simbólicas acerca dos vínculos afetivos familiares, das identificações dos papéis sociais desempenhados pelos membros, das percepções acerca da velhice e da influência das redes sociais na relação estabelecida e no acesso às políticas públicas e seus direitos sociais. Dado o caráter semiestruturado da entrevista, o roteiro utilizado guiou a interação entre pesquisadora e entrevistados, baseado nas técnicas de escuta da abordagem psicanalítica.

(3) *Diário de associações*. Durante o recrutamento das participantes e da coleta de dados, leituras cotidianas e disciplinas realizadas, a pesquisadora registrou suas impressões e percepções a respeito da interação com o tema de estudo e os grupos estudados e suas interações. Também foram registrados aspectos da interação com os interlocutores durante o processo de pesquisa.

3.4. A COLETA

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) da UFSCar (CAAE No. 78529324.6.0000.5504) (Anexo 1). A coleta e a análise dos dados seguiram os procedimentos éticos de respeito aos participantes segundo a Resolução No. 510/2016 - Normas Aplicáveis a Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016). A fim de resguardar o anonimato e o sigilo quanto à identidade dos colaboradores, os nomes serão substituídos por elementos fictícios. A realização do estudo foi aprovada pela então Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Piracicaba que, em 2025, foi renomeada para Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Família.

Os encontros para aplicação dos Formulário Sociodemográfico (Apêndice A) ocorreram em oito momentos distintos: dois no CCInter Vem Viver, dois na Policlínica, um no CCInter Parque Piracicaba, além de duas sessões no Com Vivência (Ártemis) e uma no Com Vivência (Parque Orlanda). No processo, foram coletados 86 questionários, para

participar era necessário estar vinculado e frequentar as atividades desenvolvidas pelo grupo. Todos os participantes formalizaram sua concordância com os termos do estudo via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). No CCInter Vem Viver participaram 3 pessoas, na Policlínica foram cinco participantes, no Parque Orlanda tivemos 18 respostas, em Ártemis foram 22 interlocutores e no Parque Piracicaba foram 38 respostas ao questionário (Tabela 5).

Tabela 5

Número de participantes em cada local de coleta

	Local de coleta	Número
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CCInter Vem Viver	3
	Policlínica	5
	CCInter Parque Piracicaba	38
Com Vivência	Ártemis	22
	Parque Orlanda	18

Inicialmente, pensei em alguns critérios de exclusão para participar da pesquisa, como os analfabetos. No entanto, dados do estudo Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)¹⁷ nos mostram que esse critério poderia excluir pessoas importantes. O INAF tem como objetivo medir o nível de analfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos, a partir de habilidades como reconhecer e decodificar, localizar e identificar, compreender e inferir, avaliar e refletir, incluindo também competências pertinentes ao campo digital.

O relatório do INAF de 2024, coordenado pelas organizações da sociedade civil Ação Educativa e Conhecimento Social, aponta um cenário alarmante, especialmente quando consideramos nossa população de interesse. A avaliação é feita em níveis progressivos: analfabetismo, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. No recorte

¹⁷ Indicador fruto de iniciativa da Fundação Itaú em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Unibanco, a Unicef e a Unesco. Para maiores informações, consultar: <https://alfabetismofuncional.org.br/>

de gênero, os índices são próximos: cerca de 66% dos homens estão entre os níveis de analfabetismo e elementar, enquanto entre as mulheres, o percentual é de 65%. No quesito raça, a população negra apresenta os maiores indicadores (69% para população preta e 69% para os pardos). Quando o recorte é a faixa etária, entre 50 e 64 anos, o índice de pessoas entre os três primeiros níveis de analfabetismo chega a 51% da população. Assim, excluir as pessoas que são analfabetas poderia impactar os dados e a coleta, dado que não saberíamos em qual dos níveis de alfabetismo os participantes se encaixam. Durante a coleta, algumas pessoas solicitaram apoio para responder ao questionário por não estarem com seus óculos, o que as impedia de ler e escrever. No entanto, não é possível afirmar que esses participantes estariam confortáveis para indicar alguma dificuldade na habilidade de leitura e escrita, ou se era apenas a falta de óculos.

A etapa de aplicação dos questionários aconteceu entre novembro de 2024 e maio de 2025. Inicialmente, as coordenadoras dos serviços e projetos apresentaram a proposta aos grupos de idosos e, após a concordância deles, compareci presencialmente para conduzir a coleta de dados. Os grupos participantes dividem-se em dois tipos: (a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado no Centro de Convivência Intergeracional; (b) Com Vivência, programa de promoção do convívio comunitário, realizado em espaços públicos como igrejas e centros comunitários. Ambas as iniciativas são desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil (OSC), mas com diferenças importantes: o SCFV é vinculado ao Cras, enquanto o Com Vivência recebe financiamento do Fundo Municipal do Idoso¹⁸.

A experiência de coleta de dados no CCInter Vem Viver revelou desafios significativos. Durante a primeira visita, apenas uma idosa estava presente, situação que exigiu um segundo encontro para completar a amostragem. Localizado em área periférica da Zona Norte, este serviço atende extensa área que inclui sete conjuntos habitacionais (Piracicaba I, II e III, Ipês Amarelo, Roxo e Branco, além do Conjunto Conquista) e bairros

¹⁸ Disponível em:

<https://piracicaba.sp.gov.br/noticias/projeto-com-vivencia-deve-atender-460-pessoas-idosas-com-oficinas-nos-bairros/>

próximos, totalizando aproximadamente 1.100 famílias apenas nos condomínios. Apesar de situado em território com marcantes vulnerabilidades sociais, especialmente no que diz respeito ao acesso a atividades culturais, de lazer e esportivas, o SCFV enfrentava uma paradoxal baixa adesão, cujas causas permaneciam indeterminadas pela equipe técnica à época.

O grupo da policlínica também está referenciado ao CCInter Vem Viver, que executa oficinas de atividade física e dança. Embora aconteça no espaço físico de uma unidade de saúde, o grupo tem como objetivo o fortalecimento de vínculo e convívio comunitário. Este grupo é pequeno e conta com cerca de 6 pessoas matriculadas.

Em contraste, o CCInter Parque Piracicaba apresenta dinâmica diferente: atualmente conta com cerca de 40 participantes regulares em suas oficinas. Originalmente, o grupo começou com 20 inscritos, mas após articulação estratégica com líderes comunitários dos Residenciais Vida Nova I, II, III e IV, observou-se não apenas crescimento significativo no número de participantes, mas também a manutenção de assiduidade satisfatória. Nesse serviço foi necessário realizar apenas um dia de coleta.

O grupo Com Vivência, por sua vez, passou por processo particularmente interessante de revitalização. Após o período de recesso, seu retorno em fevereiro de 2024 contou com apenas três participantes, número que colocava em risco a continuidade do projeto. Diante desta situação crítica, as próprias participantes tomaram a iniciativa de divulgar o grupo na igreja local, ação que resultou em uma notável recuperação, alcançando quarenta matrículas. Para acomodar este crescimento e melhorar a dinâmica das atividades, a equipe reorganizou o funcionamento, dividindo os participantes em dois grupos menores com vinte pessoas cada e sessões reduzidas para uma hora, em substituição ao formato original de um único grupo com atividades de duas horas de duração.

O processo de coleta de dados foi adaptado às particularidades de cada grupo. Nos grupos do Vem Viver e da Policlínica, que tinham menor número de participantes, realizamos coleta simultânea e mais interativa, permitindo que as idosas compartilhassem suas percepções em conversas coletivas durante a aplicação dos questionários. Já nos

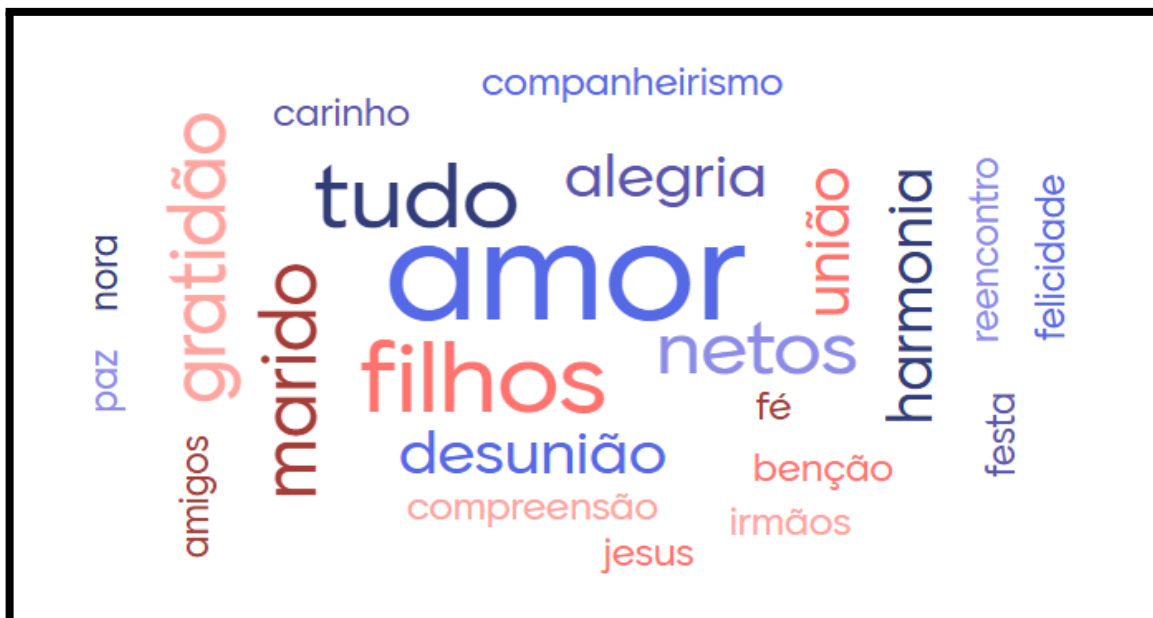
serviços do Com Vivência, onde os grupos eram mais numerosos, o professor responsável adaptou a dinâmica: dedicou os primeiros minutos da aula para as atividades regulares e reservou o último período para a coleta de dados. Nesse contexto, os participantes organizaram-se em mesas com quatro lugares cada, criando ambiente intimista para o preenchimento dos questionários. Durante o processo, eles solicitaram auxílio quando necessário, o que permitiu interação personalizada mesmo com maior contingente de pessoas.

A coleta realizada no grupo do Parque Orlanda foi uma experiência curiosa. Inicialmente, o professor conduziu uma atividade física e, em seguida, fez um convite aos participantes, destacando a importância de contribuir para o desenvolvimento da ciência. Em suas palavras, seria uma honra ser parte da pesquisa e ter sua voz ouvida. Todos os membros do grupo aceitaram participar, mas alguns demonstraram certa dificuldade durante o processo. Houve quem reclamasse discretamente sobre a extensão do questionário, não diretamente à pesquisadora, sugerindo que seria melhor levá-lo para casa e devolvê-lo preenchido posteriormente. Outros solicitaram auxílio para preencher as respostas, já que não tinham familiaridade com leitura, interpretação e escrita. Nesses casos, todos foram devidamente assistidos, garantindo que ninguém ficasse sem contribuir.

A experiência no Parque Piracicaba adotou configuração espacial distinta: organizamos as 38 pessoas presentes em uma grande roda, formato que potencializou a interação grupal. Segundo relatos das orientadoras do serviço, o grupo caracteriza-se por apresentar vínculos consolidados e boa comunicação embora com subgrupos mais coesos. Após a conclusão dos questionários, conduzi atividade complementar: solicitei que cada participante registrasse em papéis distribuídos a primeira associação que lhe ocorria ao pensar no termo "família". Esta dinâmica breve revelou-se particularmente produtiva, permitindo captar representações sociais compartilhadas pelo coletivo. Foi ofertada, a quem se sentisse confortável, a possibilidade de compartilhar com o coletivo sua palavra de associação. A Figura 6 sistematiza os resultados obtidos, apresentando o universo vocabular gerado.

Figura 6

Mapa de palavras associadas conforme a incidência de palavras após aplicação da atividade "Escreva a primeira palavra que te lembra família" no Grupo CCIInter Parque Piracicaba



É relevante destacar que, embora o número de participantes tenha sido 38, houve um total de 54 associações vocabulares. Essa diferença ocorreu porque alguns participantes registraram mais de uma palavra associada ao conceito de "família". O vocábulo "amor" destacou-se com expressiva frequência (15 citações), configurando-se como elemento central nas percepções coletadas. Um achado particularmente relevante foi a igual incidência dos antônimos "união" e "desunião", sugerindo a coexistência de visões paradoxais sobre as dinâmicas familiares na amostra estudada. Além disso, a palavra "nora" foi citada uma vez, ao passo que "genro" não foi associado.

Do ponto de vista qualitativo, as respostas podem ser agrupadas em duas dimensões complementares, como proposto por Laurence Bardin (2009). A primeira engloba afetos e valores familiares, com as seguintes palavras: Amor, Gratidão, Alegria, União, Desunião, Harmonia, Benção, Compreensão, Companheirismo, Carinho, Reencontro, Tudo, Felicidade, Festa, Fé e Paz. A segunda dimensão abarca especificamente as relações de

parentesco e vínculos, contemplando tanto laços consanguíneos (filhos, netos, irmãos, nora) quanto relações afetivas (marido, amigos) e, Jesus, figura do contexto religioso. Esta categorização evidencia a complexidade semântica do conceito de família, que se manifesta simultaneamente como rede de afetos e estrutura de relações sociais. A Tabela 6 indica a frequência de palavras associadas com a família nesta atividade.

Tabela 6

Incidência de palavras associadas com família, após aplicação da atividade “Escreva a primeira palavra que te lembra família”, no Grupo CCInter Parque Piracicaba

Palavra	Frequência
Amor	15
Filhos	5
Tudo	4
Gratidão	
Marido	3
Netos	
Alegria	
Desunião	
União	2
Harmonia	
Amigos	Benção
Compreensão	Companheirismo
Carinho	Felicidade
Festa	Fé
Irmão	Jesus
Paz	Nora
Reencontro	

De modo geral, a coleta não foi uniforme devido às particularidades de cada grupo: como tamanho, objetivos iniciais e o grau de abertura da instituição responsável. Um dos maiores obstáculos à participação plena foi a “questão dos óculos”, ou melhor, a falta deles: muitos participantes não os levaram ao grupo, o que dificultou a leitura do questionário. Além disso, várias pessoas solicitaram ajuda para preencher as respostas, seja por falta de prática em escrever, seja por insegurança de "errar" ou desviar do que foi solicitado, mesmo

após ser reforçado reiteradamente que não havia respostas incorretas. De todo modo, todos que solicitaram foram por mim assistidos.

Vale retomar o Relatório INAF, elaborado pelas organizações Ação Educativa e Conhecimento Social (2024), no qual os dados apontam que mais da metade das pessoas entre 50 e 64 anos possui níveis de alfabetismo classificados entre analfabeto, rudimentar e elementar. Os grupos estudados podem ser constituídos por pessoas que tiveram escolaridade regular, mas não desenvolveram habilidades plenas de leitura e escrita, como ficou evidente em um dos relatos das entrevistas, no qual uma pessoa com histórico escolar declarou não saber ler ou escrever.

3.5. AS ENTREVISTAS

A expectativa inicial era realizar dez entrevistas. Para isso, entre agosto e novembro de 2025, enviei 38 convites por aplicativo de mensagem instantânea a pessoas que haviam preenchido o formulário sociodemográfico e deixado um contato telefônico, demonstrando interesse em participar da segunda etapa, a entrevista. No entanto, apenas oito pessoas demonstraram interesse e confirmaram participação. O total de entrevistados foi de oito, divididos em sete encontros, pois um casal preferiu ser entrevistado em conjunto, aproveitando que estavam juntos no local. É importante mencionar que outras pessoas manifestaram interesse, porém não puderam participar por indisponibilidade de agenda ou por não fazerem mais parte do projeto de convivência. Além disso, alguns contatos não responderam e 16 pessoas não tinham fornecido um telefone para contato.

A princípio, a diversidade de perfis foi um critério de inclusão para a entrevista, foram convidadas pessoas com diferentes características sociodemográficas: por exemplo, número de filhos, gênero, naturalidade, idade, território, grau de instrução, raça ou etnia, entre outros. Porém, a partir do retorno dos contatos (ou ausência dele), apenas dois critérios puderam ser preservados: (a) território (em virtude da variedade sociocultural, da oportunidade de acesso a equipamentos culturais, de saúde e de lazer, tempo de residência

na cidade e possibilidade de inserção comunitária) e (b) gênero (uma vez que a maioria dos participantes disponíveis eram mulheres).

A maioria das entrevistas foi agendada nos próprios espaços dos serviços de convivência, com destaque para o CCInter Parque Piracicaba, que teve a maior adesão. A pedido dos entrevistados, três encontros foram realizados em residências particulares. Antes de cada prosa, as respostas ao questionário foram revisitadas, o Roteiro entrevista clínica semiestruturada (Apêndice B) e o Diário de Associações foram levados aos encontros.

A expectativa inicial era de entrevistas com cerca de uma hora de duração, para respeitar o horário de funcionamento dos locais de coleta e não sobrecarregar os participantes. No entanto, a duração se estendeu: embora um dos encontros tenha durado 45 minutos, a média foi de uma hora e meia. Isso ocorreu porque os entrevistados demonstraram conforto em compartilhar memórias e narrar suas histórias de vida. Nas conversas, fotos foram mostradas, houve momentos de emoção, uma pausa por causa de uma câibra, a chegada dos filhos em casa e, até mesmo, caronas oferecidas para prolongar a troca.

Segundo reflexões metodológicas propostas por Benjamin e lembradas por Samir Mortada (2022), três orientações destacam-se nas entrevistas: (a) a delicadeza e a dificuldade inerentes à arte de narrar e ouvir, que demandam tempo e entrega, elementos cada vez mais escassos no ritmo de vida contemporâneo; (b) a entrevista como encontro interpessoal que afeta tanto quem narra quanto quem escuta, configurando-se como intervenção psicossocial, como pudemos observar nas falas das entrevistadas; e (c) a importância de considerar a totalidade da entrevista, com seu caráter e estrutura singulares, acolhendo suas lacunas, esquecimentos e contradições como partes constitutivas do processo.

A construção do vínculo com as participantes foi se revelando por meio do que Gonçalves Filho (2003) denomina provas de ingresso que, assim como propõe o autor, só identifiquei posteriormente. Estas provas que indicaram minha vinculação àquelas mulheres vieram por meio de: cuidado com a alimentação durante a entrevista, compartilhar

(posteriormente) sobre um resultado de exame e sobre eventos familiares; convites para atividades física e carona (também como forma de estender a conversa) e mensagens de bom-dia eventuais. Embora extremamente efêmeros, me parece que no ciclo temporal daquelas conversas, naquele intervalo de tempo em que se prontificaram a se apresentar a mim, foi possível experimentar laços de amizade como indicado por Ecléa (2003c), que também podem acabar.

As transcrições integrais dos áudios foram realizadas com o auxílio do software *Turbo Scribe*, seguidas de verificação da acurácia e de uma revisão para separar as falas da pesquisadora das falas de cada entrevistada. A partir disso, realizou-se Análise Temática Reflexiva, seguindo os passos metodológicos propostos por Virginia Braun e Victoria Clarke (2013). Na primeira fase, deu-se a familiarização com os dados por meio de escutas e leituras exaustivas, visando a um estudo aprofundado que considerasse tanto os detalhes quanto o contexto geral do material. Na segunda etapa, procedeu-se à construção dos temas, agrupando-se códigos recorrentes e semelhantes para assegurar sua coerência e significância. Em seguida, na terceira fase, revisaram-se os temas, garantindo que representassem adequadamente os códigos e a totalidade dos dados. Na quarta fase, definiram-se e nomearam-se os temas de forma clara. Por fim, na quinta e última etapa, analisaram-se os temas relacionando as vinhetas das entrevistas com a literatura previamente apresentada (Braun & Clarke, 2013).

A partir da Análise Temática Reflexiva, destacaram-se os seguintes temas: (a) sociabilidade digital, (b) família e comunidade, (c) religião, (d) corpo e sexualidade, (e) envelhecimento e luto, (f) trabalho e estudos. Ademais, outros assuntos foram mencionados em entrevistas específicas, como: solidão, ditadura e atendimento psicológico.

3.6. O DIÁRIO DE ASSOCIAÇÕES

No debate sobre metodologias qualitativas, as pesquisadoras Maria Nascimento e Flávia Lemos (2020) destacam o diário de campo como instrumento fundamental para uma análise que se afasta dos paradigmas positivistas tradicionais. Segundo as autoras, esse

recurso possibilita a construção de um espaço investigativo coerente, "no qual a pesquisa não se separa da intervenção e o espaço de investigação inclui tanto o pesquisador quanto o objeto da pesquisa" (p. 241). Essa perspectiva ressalta o caráter histórico e político do diário, que registra não apenas eventos, mas as relações e vivências que constituem o campo de pesquisa.

Essa abordagem se justifica pela compreensão de que o campo não se limita a um local físico ou a uma fase específica da pesquisa, como um espaço ao qual se vai apenas para coletar dados e que depois é abandonado. Neste estudo sobre vivências do envelhecimento, o campo se manifesta de forma contínua e multifacetada: durante as diferentes etapas da coleta de dados, mas também nas notícias sobre a temática, nos *podcasts* ouvidos, nos momentos que antecedem os encontros com grupos e até nas dinâmicas de estranhamento e acolhimento.

Um exemplo disso ocorreu no Parque Orlanda, quando uma participante questionou minha presença no grupo de atividade física para pessoas maiores de 60 anos, argumentando que eu era "muito jovem" para estar ali. Esse estranhamento mostrou-se acolhedor, pois ela me convidou para permanecer, e promoveu um destaque e curiosidade sobre minha função ali. Em uma entrevista que ocorreu em residência particular, a pessoa compartilhou que havia comprado sorvete para nossa conversa e indicou que estava curiosa com o evento. Esses episódios, registrados no diário de campo, revelam como o campo de pesquisa se constrói justamente nessas demarcações de pertencimento e diferença. Uma temática esperada por mim era a questão da racialidade. Entrevistando mulheres negras, esperei que essa temática fosse emergir dado a racização desses corpos, mas não foi um tema importante naquelas conversas.

Essa multiplicidade de situações e interações confirma o argumento de Nascimento e Lemos (2020) de que "a multiplicidade dos objetos que investigamos em uma pesquisa nega a possibilidade de apreendê-los de forma objetiva e neutra" (p. 243). Por isso, a pesquisa qualitativa exige não apenas a aceitação, mas a ativa incorporação de diversas fontes de conhecimento e saberes. O diário de associação revela-se, assim, como

instrumento extraordinário para capturar essa complexidade, registrando tanto os dados formais quanto as microdinâmicas que constituem o verdadeiro tecido da investigação qualitativa. Para além de ser suporte para memória e lembranças, o diário de campo, ou de associações, é um “processo de subjetivação” (p. 244).

4 COMEÇO - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados alguns resultados obtidos a partir dos questionários, das entrevistas e do diário de associações. Inicialmente, abordar-se-ão as experiências com os grupos de convivência e, posteriormente, com as entrevistas.

4.1 OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Participaram desta etapa do estudo todos os grupos de convivência vinculados à Política de Assistência Social do território do Cras Vila Sônia, incluindo os grupos do SCFV, as unidades Vem Viver, Policlínica e Parque Piracicaba, além do projeto Com Vivência nas unidades Ártemis e Parque Orlanda. A adesão foi expressiva, com participação próxima ao total de inscritos em cada grupo, demonstrando o engajamento da população idosa nas atividades ofertadas. No entanto, devido à quantidade de participantes em alguns grupos e ao tempo limitado disponível, nem todos os itens do questionário foram respondidos. Por essa razão, as análises apresentadas consideram os números absolutos das respostas obtidas.

O perfil dos participantes (Tabela 7) revelou faixa etária entre 60 e 88 anos, com média de 69 anos. Quanto ao aspecto familiar, apenas sete pessoas declararam não ter filhos, enquanto as outras 79 relataram ter descendentes diretos, sendo três filhos a média e a moda. Cinco participantes destacaram-se por terem famílias numerosas, com cinco ou mais filhos. É importante ressaltar que alguns não souberam informar as idades exatas de todos os filhos. No total, foram mencionados 223 filhos, dos quais cinco já são falecidos.

Tabela 7*Estatística descritiva da idade dos participantes e seus filhos*

Frequência descritiva	Idade participantes	Idade filhos	Quantidade de filhos
Média	69	43	3
Moda	66	47	3
Mínimo	60	25	1
Máximo	88	62	7

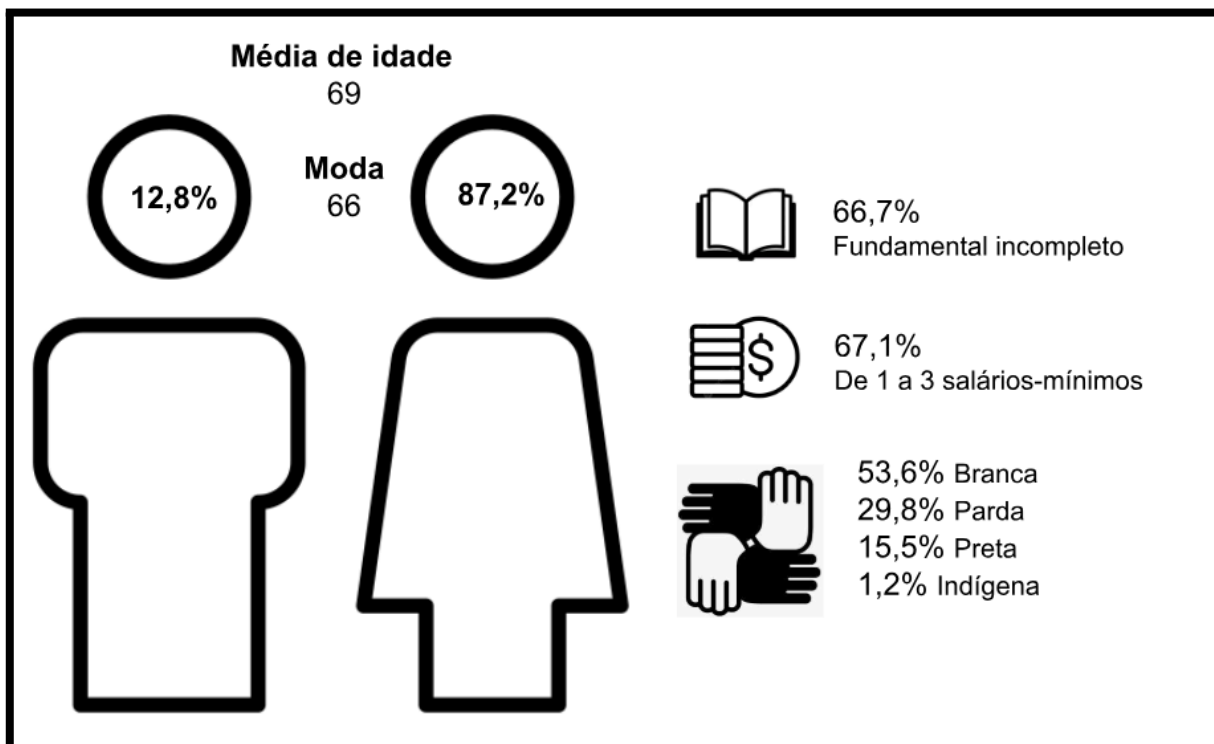
A partir da noção antropológica de substância, descrita previamente, um relato emblemático foi o de uma das participantes, que, ao ser questionada sobre quem considerava seus filhos, revelou uma distinção significativa entre laços biológicos e relações afetivas de parentesco. Embora tivesse três filhos biológicos, ela não os via como filhos de fato, em contrapartida, considerava uma vizinha como "mais que uma filha". Essa percepção estava ancorada nas dinâmicas concretas do cuidado e do cotidiano: enquanto seus filhos raramente a visitavam e ela não percebia demonstrações de afeto, a vizinha a incluía em viagens e passeios, preocupava-se com seu bem-estar, compartilhava refeições e a acompanhava em consultas médicas e tarefas burocráticas. Ao definir quem considerava sua família, a pessoa idosa mencionou apenas a irmã, a vizinha, o filho caçula e uma neta, justificando que família, para ela, é composta por quem "está sempre junto, manda mensagens para saber como estamos e faz visitas sempre que possível". Esse depoimento ilustra como a substância do parentesco se constrói menos pelo sangue e mais pelos atos cotidianos das relações, com outras substâncias sendo compartilhadas.

O perfil mais comum das participantes é de mulheres brancas, com 66 anos e baixa escolaridade (Figura 7). Em sua maioria, são casadas ou viúvas e naturais de Piracicaba, aproximando-se do perfil geral do Cadastro Único. Não houve participação de nenhuma pessoa autodeclarada amarela. Quanto à naturalidade, um dado interessante surgiu durante a coleta de dados em Ártemis, área rural: ao refletirem sobre seu local de nascimento,

muitas mulheres se referiram a pontos geográficos específicos, como "no morro X", "no sítio Y" ou "naquela região Z", demonstrando forte ligação e senso de pertencimento à terra.

Figura 7

Características dos interlocutores dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculo



A maior parte dos participantes é natural de Piracicaba, reforçando o perfil local da amostra. Contudo, também houve naturais de outros estados brasileiros, com um participante de cada um dos seguintes: Rio de Janeiro, Ceará, Paraíba, Tocantins e Alagoas, evidenciando uma pequena, mas significativa, diversidade geográfica. Essa diversidade, ainda que limitada, sugere a presença de migrações internas ou deslocamentos antigos no grupo estudado. A Tabela 8 apresenta os números absolutos de modo mais detalhado das características sociodemográficas do grupo, incluindo escolaridade, estado civil, naturalidade e renda familiar.

Tabela 8*Distribuição das participantes por escolaridade, estado civil, renda e naturalidade*

Escolaridade	Frequência
Sem instrução	1
Fundamental incompleto	37
Fundamental completo	22
Médio incompleto	11
Médio completo	7
Técnico	1
Superior incompleto	1
Superior completo	3

Estado civil	Frequência
Solteiro(a) com relacionamento	1
Solteiro(a) sem relacionamento	3
Casado(a)	39
Divorciado(a)	7
Separado(a)	4
Viúvo(a)	32

Renda familiar (salário-mínimo)	Frequência
Menor um	13
Entre um e três	47
Entre três e cinco	7
Entre cinco e oito	3

Naturalidade	Frequência
São Paulo	49
Minas Gerais	12
Pernambuco	8
Bahia	5
Paraná	4

Sobre a moradia, 57 participantes (68,7% dos respondentes) residem com familiares, principalmente com os cônjuges (37 relatos). Em segundo lugar, a coabitação ocorre com os filhos (24 relatos) ou netos (7 relatos). Um caso específico inclui uma participante que mora com o marido, a sogra e uma sobrinha. Contudo, apesar da predominância dos cônjuges na composição domiciliar, eles não foram apontados como a principal fonte de apoio em momentos de necessidade burocrática ou emocional. Quando questionadas sobre “Quando você tem um problema ou quer desabafar, você pede ajuda para quem?”, as respostas se dividiram em cinco categorias: (a) parentesco, (b) religião, (c) profissionais, (d) vínculos sociais e afetivos e (e) não busca ajuda.

Na categoria parentesco, os filhos foram os mais citados (37 menções), seguidos pelos cônjuges (9) e irmãos (8). O termo genérico “família” foi mencionado em cinco respostas, enquanto figuras específicas, como neta e nora, foram indicadas duas e uma vez, respectivamente. Quanto à religião, Deus foi citado por dez participantes, e uma pessoa mencionou o padre como apoio. Algumas respostas sugeriram que apenas a fé religiosa era vista com esperança, indicando possível desconfiança ou ausência de outras redes de apoio. Nos vínculos sociais e afetivos, amigos (6 menções), vizinhos (5) e “pessoas de confiança” (1) foram referências. Já entre os profissionais, destacaram-se o Cras e psicólogos, com uma menção cada. Por fim, cinco participantes não souberam, ou não quiseram, indicar alguém como possível rede de apoio e suporte, revelando um possível isolamento ou dificuldade de reconhecer redes de ajuda.

Além disso, no recorte populacional estudado, observa-se que a maioria (67%) dos participantes declarou auferir renda familiar total entre um e três salários-mínimos. Em contraste, parcela significativa (18,6%) encontra-se em situação de maior vulnerabilidade, com renda familiar inferior a um salário-mínimo. É importante destacar que esses valores referem-se à renda familiar total, enquanto o CadÚnico utiliza a renda *per capita* (renda total da família dividida pelo número de membros) como critério para elegibilidade em programas sociais. A maior parcela (57 pessoas) tem a aposentadoria como a principal fonte de renda, seguida por pensão (14), salário (5) e BPC (3). Destaca-se que quatro interlocutoras

mencionaram depender financeiramente do marido, seja por entender que a renda era do companheiro ou por receber "mesada", demonstrando não reconhecer esse valor como parte da renda familiar compartilhada. Essa percepção pode refletir dinâmicas de gênero patriarcais, em que a origem do recurso financeiro é centralizada na figura masculina, mesmo quando são usados para sustento coletivo.

Em *A família operária: Consciência e ideologia*, Eunice Durham (1980), antropóloga e professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, falecida em 2022, aponta que a família, além dos laços de parentesco, deve ser concebida como unidade de reprodução social. Isto é, unidade de produção de valor de uso (lavar, limpar, preparar refeições etc.), responsável pela sobrevivência da força de trabalho. Este artigo é bastante importante, pois há cerca de 50 anos, no início da década de 1980, Durham apontava como o trabalho doméstico sem remuneração, realizado em casa, ao manter a força de trabalho, possibilita a geração de riqueza/capital, ao mesmo tempo em que a divisão sexual do trabalho estrutura desigualdades de gênero. Este debate tem sido apresentado atualmente como uma "novidade", sem dar crédito devido à sua autora, que há 50 anos, denunciava a exploração da mulher e do trabalho doméstico não remunerado.

Ao abordar as profissões ou ocupações desempenhadas ao longo da vida, uma constatação significativa emergiu: muitas interlocutoras demonstraram dificuldade em identificar os cuidados com a casa e com a vida reprodutiva da família como ocupação formal, reforçando a noção do que hoje intitula-se como "trabalho invisível". Após momentos de hesitação, frequentemente marcados por expressões de dúvida, recorriam à designação "dona de casa" ou "do lar". Um relato particularmente interessante veio de uma mulher que, incomodada, compartilhou: "mas naquela época era muito caro estudar. Meu marido foi estudar e eu precisava ficar em casa cuidando das crianças. Mas tá tudo bem, eu estou satisfeita com meus filhos, não me arrependo", revelando um misto de resignação e sonho adiado quanto ao desejo de ter se tornado enfermeira.

A relação mais detalhada das profissões ou ocupações consta na Tabela 9, importante pontuar que muitas interlocutoras relataram ter profissões com "carteira

assinada”, além de cuidar da casa, dos filhos e do companheiro. Cabe destacar que não foram todos os participantes que indicaram as ocupações desempenhadas ao longo da vida, houve apenas 70 respostas.

Tabela 9

Principal ocupação dos interlocutores desempenhada ao longo da vida

Ocupações	Frequência
Dona de casa	16
Empregada Doméstica	15
Diarista	6
Lavrador ou Trabalhador rural	6
Cuidadora ou acompanhante (crianças e pessoas idosas)	5
Cozinha	3
Professor/ Serviços gerais	2
Pedreiro/ Comerciante/ Costureira/ Policial/ Ajustador Mecânico/ Inspetor de qualidade/ Soldador/ Lactarista/ Enfermeiro/ Técnico de enfermagem/ Corretor de imóveis/ Auxiliar de limpeza/ Tecelã/ Merendeira/ Servente de escola	1

No que se refere aos momentos de lazer e diversão, os entrevistados responderam à pergunta "Com quem você se diverte?" com predominância para a família (72 menções), mencionada verbalmente como parentes em geral (cônjuge, filhos, netos, irmãos, pais, sogros, cunhados, entre outros) em contextos coletivos. Os amigos apareceram em segundo lugar (56 citações), seguidos por companheiros amorosos (23) e por aqueles que indicam se divertir sozinhos (20). Chamou atenção o fato de três participantes mencionarem animais de estimação, como cachorros e galinhas, como companhia em momentos de lazer. Como os respondentes podiam assinalar múltiplas opções, observou-se que 32 pessoas (37,2%) indicaram apenas duas categorias, sendo família e amigos a combinação mais frequente,

enquanto 29 (33,7%) marcaram apenas uma opção, e apenas 3 entrevistados (3,5%) selecionaram quatro ou mais possibilidades de companhia para momentos de diversão.

Dentre as atividades de lazer, a principal mencionada foi frequentar a igreja (74 citações), seguida por encontros com a família (64). Neste item, os participantes também podiam assinalar múltiplas opções, sendo a maior frequência de seis atividades por pessoa. Vale destacar que apenas 14 respondentes listaram mais de 10 atividades. Chama a atenção que, na opção "outros", foram citadas atividades como bingo, passear (de forma genérica), conversar com amigas na calçada e frequentar restaurantes e lanchonetes. Além disso, uma pessoa mencionou que cuidar das galinhas é uma atividade prazerosa, enquanto outra destacou assistir a vídeos no YouTube como forma de diversão, conforme detalhado na Tabela 10.

Tabela 10*Atividades de lazer e sua frequência apontadas pelos interlocutores*

Categoria	Atividade	Frequência
Atividades de grupo	Igreja	74
	Encontro com a família	64
	Atividades físicas	52
	Viajar	49
	Grupos e oficinas	39
	Dançar	29
	Jogos	13
	Bares	6
	Praça	5
	Bingo	3
	Passear	
	Restaurantes e lanchonetes	2
	Conversar com amigos na calçada	
Excursão com a igreja	1	
Atividades doméstica	Assistir televisão	50
	Cozinhar	48
	Ouvir música ou rádio	47
	Caminhada ou corrida	37
	Jardinagem	26
	Arte ou artesanato em casa	15
	Cantar	
	Cuidar das galinhas	
	Acompanhar Youtube	1
	Andar de bicicleta e moto	
Instrumentos musicais		

Diante da crescente digitalização dos serviços e das relações sociais, o acesso à internet foi um tema relevante no questionário. Cerca de 9 em cada 10 participantes (89,3%) afirmaram possuir celular, mas nem todos especificaram se tinham acesso à internet ou se utilizavam o aparelho apenas para ligações telefônicas. Vale a atenção para o fato de que alguns entrevistados inicialmente declararam não usar a internet, mas mencionaram utilizar o WhatsApp para comunicação, demonstrando não considerar esse aplicativo como acesso à internet. Os aplicativos mais utilizados e suas frequências de citações estão detalhados na Tabela 11, juntamente com as atividades desempenhadas no ambiente virtual.

Tabela 11

Acesso e uso de plataformas digitais e atividades realizadas no ambiente virtual

Acesso às redes sociais	Frequência
WhatsApp	66
Youtube	50
Facebook	49
Aplicativos de banco	28
TikTok	23
Instagram	23
Telegram	2
Jogos de aposta	0
O que faz no virtual	Frequência
Conversar	62
Assistir vídeos	41
Assistir novela, série, filme...	31
Resolver coisas do banco	23
Compartilhar fotos e vídeos	23
Postar fotos e vídeos	22

Ao investigar as principais dificuldades no acesso aos serviços públicos digitalizados como MEU INSS, Poupatempo e SUS Digital, observou-se que muitos

entrevistados tinham dificuldade de apontar problemas específicos. As respostas revelaram desafios variados, desde a falta de habilidade digital até questões físicas como baixa visão, passando pela simples preferência por não usar celulares ou computadores para tal finalidade.

Embora todos os participantes relataram possuir telefone celular e utilizá-lo para comunicação, consumo de plataformas de vídeo e participação em redes sociais, o que demonstra alfabetização digital básica, nem todos apresentavam efetivo letramento digital. Essa distinção é essencial para compreendermos que a inclusão digital não se restringe ao uso limitado de algumas funções do aparelho, mas requer o desenvolvimento real de habilidades digitais (Viviani et al., 2023). Sobretudo, é papel das políticas públicas, em especial da assistência social, promover essa inclusão de forma substantiva no âmbito do governo digital, garantindo o acesso pleno à informação e aos direitos.

Todavia, o letramento digital é atravessado por fatores sociais. Além do receio de golpes, mencionado pelos participantes, que temiam acessar plataformas governamentais e serem enganados, observou-se também baixa autoestima, expressa em falas que indicavam crença na incapacidade de aprender coisas novas, como se a idade limitasse o desenvolvimento cognitivo. Somam-se a isso os dados do Relatório de Alfabetização, que apontam que a escolaridade formal nem sempre garante alfabetização funcional (Ação Educativa & Conhecimento Social, 2024). Articulando as reflexões de Viviani e colaboradores (2023) com o relatório citado, é possível inferir que as pessoas entrevistadas se consideram aptas a codificar símbolos e navegar em interfaces conhecidas, mas não se sentiam capazes de resolver questões burocráticas ou compreender instruções complexas, como muitas vezes exige o acesso a plataformas governamentais.

Muitos relataram optar pelo atendimento presencial por hábito ou comodidade, enquanto outros mencionaram depender da ajuda de familiares, vizinhos ou conhecidos para acessar esses serviços, condição que embora resolva a necessidade imediata, acaba por perpetuar sua exclusão digital. Esses depoimentos mostram como, além das barreiras técnicas, fatores culturais e geracionais influenciam profundamente a relação da população

com a digitalização dos serviços públicos, criando um paradoxo onde a rede de apoio social simultaneamente facilita o acesso e impede a autonomia digital.

Ao questionar "O que você acha que ajudaria a superar as dificuldades?", as respostas revelaram perspectivas diferentes. Enquanto alguns participantes mencionaram que cursos de capacitação poderiam lhes proporcionar maior autonomia no uso das plataformas digitais, outros explicitamente declararam não ter interesse em aprender, Azevedo (2022) havia apontado essa causa como possibilidade do desinteresse em desenvolver essas habilidades.

Notavelmente, parte dos entrevistados não associou a pergunta especificamente às dificuldades tecnológicas, interpretando-a de forma mais ampla como desafios cotidianos. Nessa visão, as soluções apontadas incluíam desde melhorias materiais - como aumento de recursos financeiros, acesso à moradia própria e alimentação adequada – até questões relacionais, como maior diálogo familiar, ampliação do círculo social, acesso a grupos de apoio e espaços religiosos, além de mais paciência e suporte no convívio familiar. Foram também mencionadas demandas por serviços públicos, como ampliação do número de profissionais de saúde. Essa variedade de respostas demonstra como a percepção sobre "dificuldades" e suas possíveis soluções pode variar significativamente, indo desde necessidades práticas até anseios por suporte emocional e social.

Partindo deste cenário em que as relações sociais e familiares podem estar fragilizadas e a população idosa tende a ser estigmatizada social e culturalmente, foram realizadas duas questões abertas: quais as coisas boas do envelhecimento e quais as coisas ruins do envelhecimento? Algumas interlocutoras refletiram sobre aspectos de suas vidas e outras apresentaram desejo do que consideram ser uma boa velhice. Dentre os aspectos positivos podemos citar sete categorias, sendo a palavra "saúde" a mais mencionada, algumas pessoas não souberam indicar algo positivo do processo:

1. **Corpo e saúde:** ter boa saúde, independência medicamentosa (não tomar remédio), vitalidade (força física), exercício físico (como os grupos de convivência, atividades domésticas);
2. **Sabedoria e experiência de vida:** desenvolvimento pessoal (maturidade), conhecimento acumulado (sabedoria), conhecimento;
3. **Sentimentos:** afetividade (amor), contentamento (alegria), equilíbrio interior (paz);
4. **Relacionamentos e convívio social:** reconhecimento social (respeito), vínculos familiares (boa família, ter uma família), interação intergeracional (netos e bisnetos), sociabilidade (receber visitas, convivência); encontros coletivos;
5. **Lazer:** turismo; atividades recreativas (passear), tempo disponível para lazer;
6. **Direitos e garantias sociais:** renda garantida e digna (aposentadoria), benefícios por idade (preferencial, prioridade), políticas públicas (vagas para idoso), mobilidade urbana (passagem grátis dos ônibus), acesso cultural (entrada grátis nos eventos);
7. **Independência:** autonomia e liberdade de escolha.

Dado relevante foi o relato de algumas pessoas que mencionaram não se considerar velhas (ao responder sobre envelhecimento). Eles relataram sentir-se “um pouco jovem ainda” e apenas permitirão serem declarados velhos quando não puderem fazer suas tarefas sozinhos e precisarem da ajuda de terceiros. No entanto, responderam sobre as coisas boas e ruins do envelhecimento.

Quando questionados sobre os aspectos negativos do envelhecer, as respostas mais frequentes (30%) giraram em torno das dores corporais, muitas vezes mencionadas de forma genérica como "dores da idade" ou, como alguns brincaram, "cantar a música do ai-ai-ai", sem necessariamente correspondências diagnósticas, apenas como se o corpo estivesse se transformando. Vale destacar que parte dos entrevistados não conseguiu identificar claramente aspectos ruins nessa fase da vida. Além de metade da amostra relatar

o corpo como símbolo da percepção da velhice. Três pessoas relataram não perceberem coisas ruins do envelhecimento.

1. **Corpo e saúde:** dores no corpo, doenças ou enfermidades, cansaço, declínio cognitivo (esquecimento), aparência (surgimento de rugas), redução da mobilidade física e dos sentidos;
2. **Sentimentos:** tristeza, depressão, perdas e lutos, nostalgia;
3. **Relacionamentos e convívio social:** isolamento, desunião familiar, solidão, esquecimento, abandono, impaciência da família com o novo ritmo;
4. **Dependência:** precisar de outras pessoas, deixar de realizar tarefas com autonomia.

Interessante observar como o corpo aparece nas duas respostas como um dos principais testemunhos da velhice, ecoando as reflexões de Beauvoir e Mucida. O corpo, esse território onde experienciamos o mundo, guardamos memórias, nos apresentamos e vivemos os marcadores sociais, aparece como representante que traduz a passagem do tempo. Ele é lido como o maior dos triunfos da velhice, caso você seja considerado saudável, ou como o denunciador do tempo. Os marcadores físicos como rugas e cabelos brancos foram apontados pelas mulheres, reforçando que a aparência física testemunha da passagem do tempo pode se tornar uma preocupação para esse gênero.

Por outro lado, o corpo que aparece como o denunciante do velho pode surpreender ao se aproximar do que seria esperado para o corpo jovem. Uma cena vivida durante a visita a Ártemis ilustra bem como o social determina o que é e o que pode ser o velho. O professor, depois das despedidas afetuosas e promessas de retorno, pediu que o dono de um carro estacionado ali o ajudasse, afastando o veículo para que ele pudesse sair. O senhor de 82 anos logo se prontificou pegando a chave do carro. No retorno, ele contou, rindo, como surpreendeu seu médico ao entrar no consultório sem apoio, caminhando com passos firmes e sem acompanhantes, como se a expectativa social reservasse aos seus anos apenas fragilidade e dependência.

4.2. AS CONVERSAS

Este estudo visou também compreender quem são as pessoas idosas que frequentam os serviços de convivência do território, para melhor identificar suas necessidades e desejos. Almeja-se também uma reflexão acerca da população idosa de Piracicaba, dado que apesar de particularidades das pessoas entrevistadas, os significantes relacionados ao processo de envelhecimento são construídos e mantidos socialmente. Para tal, foram realizadas entrevistas com pessoas que se dispuseram a conversar sobre sua experiência e compreensão de vida, velhice, família e sociabilidade digital.

O objetivo foi realizar conversas que permitam a afetação dos interlocutores, onde a escuta psicanalítica seja uma escuta participante, como propõe Ecléa Bosi (2004) e José Bairrão (2005). Como aponta Bairrão (2005), a teoria psicanalítica propõe um psiquismo que não se limita ao indivíduo, está implicado no social. Quando consideramos um sujeito, não restringimos sua constituição a uma categoria limitada pelos contornos do corpo ou a interioridade, há de se considerar a relação dialética com o social, com a cultura e com o tempo. Bairrão (2005) aponta:

Os significantes circulam socialmente, atingindo de modo singular cada sujeito, mas inter-relacionando e estabelecendo laços entre um número enorme de pessoas. Delineiam campos de identidade e de diferenças, cimentam laços culturais e intergeracionais, inscrevem a possibilidade de lembranças intra e intersubjetivamente dadas e criptografam a memória de glórias e de misérias. Guardam gozos, lutos e conflitos. A marca significante não é propriedade privada de um ego ou de um grupo de egos acionistas. Está na rua, em públicos segredos íntimos, em histórias pessoais que são atualizações de memórias históricas mais ou menos maltratadas e, por isso, o inconsciente não precisa ser concebido em termos estritamente psíquicos nem individuais. Abriga-se num horizonte que também é intrinsecamente social, cultural e histórico. (...) A narrativa do inconsciente pressupõe interlocução. (p. 442)

Destarte, a escuta psicanalítica, mediada pela etnografia busca capturar os significados construídos pelas vozes desses sujeitos enquanto representantes de um contexto histórico-cultural específico. A partir da Psicanálise lacaniana, especialmente de autores como Ângela Mucida e Jack Messy, buscou-se compreender de que modo concepções como a atemporalidade do inconsciente, um novo estágio do espelho, o lugar do corpo, a importância do desejo e a elaboração do luto estavam presentes na linguagem dos sujeitos ouvidos. Cabe pontuar que a obra de Jacques Lacan não foi utilizada diretamente, uma vez que a opção recaiu sobre autores que, fundamentados em sua teoria, pensam especificamente o processo de envelhecimento e a condição da velhice.

Com base nos autores que partem das reflexões lacanianas, busquei aproximar-me da dimensão histórica e coletiva do inconsciente, captando a linguagem em seu contexto próprio, sem reduzir sua expressão ou a pretensão de impor a teoria psicanalítica. Trata-se, antes, de observar como a linguagem se institui e se enuncia em sua dinâmica singular, seguindo sua lógica própria. Ademais, seguindo o exemplo de Bairrão (2005), em seu estudo sobre as religiões afro-brasileiras, onde delimita a construção coletiva de sentidos aos momentos de cultos, no caso do presente estudo a interpretação do cotidiano se restringirá à interação com os grupos e às entrevistas individuais.

Nesse caminho, Jeanne Favret-Saada (1990/2005) apresenta a dimensão e importância do afeto, convidando-nos a repensar seu lugar em nossas pesquisas, especialmente em contextos etnográficos, e a revisitar o que entendemos por observação participante. Em seu trabalho sobre enfeitiçaria, a autora demonstra como foi fundamental deixar-se imergir nas situações sem buscar compreendê-las racionalmente ou submetê-las a teorias prévias. Essa abordagem ressoa com as reflexões de Bairrão (2005), ao defender que ingressemos no campo sem racionalizar imediatamente os acontecimentos, permitindo-nos vivenciá-los em sua plenitude para só então, em momento posterior, organizar as experiências e relacioná-las ao arcabouço teórico que emerge dessas vivências. Ambos os autores destacam a necessidade de abertura de afetação ao campo,

em que a teoria não precede a experiência, mas dela se alimenta, revelando a potência de uma pesquisa que se deixa afetar pelo seu objeto antes de tentar explicá-lo.

Além disso, Favret-Saada (1990/2005) compartilha sua experiência com a utilização de diário de campo, onde buscava escrever pequenos relatos do que viveu nos espaços de feitiçaria, com espaço para suas afetações e não uma descrição da situação. Outro ponto essencial apresentado pela autora é o papel fundamental das imagens como meio de apreensão e comunicação do mundo, sugerindo que elas operam além da linguagem verbal, traduzindo dimensões que escapam às palavras, mas que são essenciais para a compreensão dos fenômenos estudados.

Dessa forma, a partir das inquietações de Bairrão (2005) e Favret-Saada (1990/2005), busquei ser sensível à afetação do campo, principalmente das entrevistas já que será um momento mais íntimo e calmo. Estar sensível para as imagens e expressões não verbais dos interlocutores, mantendo o diário como dispositivo de registro e cumplicidade.

4.2.1. As memórias

Durante a disciplina sobre Memória Social¹⁹ fui apresentada ao trabalho de Ecléa Bosi em *Memória e sociedade* (Bosi, 1995) e a partir das discussões suscitadas e das leituras complementares realizadas, identifiquei a importância de incorporar a função social da memória nas análises das entrevistas e como perspectiva de tensionamento no fazer técnico da Política Nacional de Assistência Social.

Ressalto, desde o início, que meu objetivo sempre foi ouvir as pessoas e suas histórias a partir de suas próprias palavras e trajetórias, sem a intenção de homogeneizar um grupo social por meio de poucos representantes, mas pensar teoricamente como aproximar a academia da prática na ponta da política. Para isso, busquei realizar entrevistas que se assemelhassem a longas conversas (Bosi, 2004), onde os interlocutores se

¹⁹ Disciplina “A Pesquisa em Memória Social: Fundamentos, Implicações e Método” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP), docentes responsáveis Dr. Bernardo Parodi Svartman e Dr. Samir Perez Mortada, no 2o semestre de 2025.

sentissem à vontade, nas quais a duração do encontro fosse condizente com o tempo necessário para lembrar, conforme proposto por José Moura Gonçalves Filho (2003).

Com base na concepção de “comunidade de destino”, discutida por Ecléa Bosi (2013) e Gonçalves Filho (2003), é importante destacar que houve uma tentativa de aproximação com essa comunidade por meio de visitas regulares e construção de vínculos, algo essencial para o trabalho social, ainda que em período anterior ao da pesquisa. Nos meses iniciais de 2024, desempenhei a função de técnica de referência dos Serviços de Convivência, quando me reunia com as equipes dos serviços para pensar os eixos a serem trabalhados, podia participar dos grupos com mais disponibilidade e tinha maior contato com os participantes. Porém, em maio de 2024, migrei para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, o que distanciou-me desses espaços e delimitou minha presença ao papel de psicóloga-pesquisadora.

Nesse novo contexto de trabalho, infelizmente absorvida por outras demandas do serviço público, vi-me com visitas e tempo reduzidos para inserção na comunidade. Quando retornei ao campo de pesquisa, já não mais como técnica de referência que está sempre presente para acompanhar as atividades, foi no lugar de pesquisadora que visita seus interlocutores: não pude mais estar presente no cotidiano, vivenciando as relações e criando vínculos para além do estudo. Por outro lado, creio que mantive algo desta comunidade de destino ao residir e trabalhar no território, conhecendo parte de suas demandas públicas e dos espaços de referência, como a Praça do Quilombo e Hospital Cesário Motta. Além disso, a maioria das entrevistas aconteceram nos equipamentos da Assistência Social, mantendo a atmosfera comunitária.

Para essas entrevistas, foi utilizado Roteiro entrevista clínica semiestruturada (Apêndice B) com questões que considerei relevantes, baseadas tanto no referencial teórico quanto na minha vivência como trabalhadora do Suas. Contudo, nas primeiras experiências, percebi que o roteiro funcionaria mais como um guia orientador da condução do que como um questionário rígido. Tornou-se claro que não seria produtivo realizar entrevistas engessadas, mas sim formular perguntas a partir do que as entrevistadas me contassem e

que favorecessem uma conversa genuína entre pessoas, transcendendo a dinâmica tradicional de pesquisadora-depoente. Essa abordagem dialoga diretamente com Gonçalves Filho (2003), que recomenda o uso de questões abertas que incentivem a construção de narrativas, em vez da mera coleta de informações. Na mesma direção, Ecléa Bosi (1993; 2004) defende a preferência por histórias de vida, que permitem compreender a construção dos sujeitos por meio de perguntas exploratórias.

Ao longo das conversas, compreendi e testemunhei que aqueles momentos, ainda que pontuais e sem a construção de um vínculo consolidado, foram importantes como rupturas no cotidiano, espaços genuínos de fala e escuta, nos termos propostos por Halbwachs (Schmidt & Mahfoud, 1993). Algumas interlocutoras ressaltaram como a pausa para conversar, naquele breve encontro, foi significativa para reorganizar sua perspectiva sobre a própria história de vida e para elaborar aspectos de suas experiências, além de aliviar angústias não compartilhadas. Esse ponto ganha relevância quando consideramos a importância do cotidiano, das crônicas do dia a dia e daquilo que é lembrado e registrado na vida comum, especialmente ao investigarmos um fenômeno social.

Diante das entrevistas realizadas, coube a mim, como pesquisadora, duas tarefas: analisar as conversas em sua totalidade, considerando suas múltiplas camadas de sentido (Bosi, 1993; Mortada, 2022) e refletir como a Psicanálise lacaniana poderia provocar reflexões sobre a concepção de sujeito, adotada nos equipamentos do Suas, a noção de família e desejo e a construção de vínculo, tão cara a esta política pública.

De modo geral, as entrevistas iniciavam-se com um convite para que os participantes contassem sobre suas vidas. As memórias da infância emergiram em todas as conversas, seja para revelar o prazer de tempos mais simples, marcados por maior liberdade (em relação à percepção de segurança pública) e alegria genuína, seja para denunciar as violências sofridas, as formas de resistência e os caminhos que lhes foram possíveis percorrer.

Atrelado às possibilidades e às dificuldades da infância, o desejo pelos estudos atravessou todas as lembranças. Foi inclusive momento de choro, quando uma das

entrevistadas relatou ter interrompido os estudos por falta de recursos financeiros para o material escolar. Outra pessoa entrevistada mencionou que, como não tinha recurso financeiro para comprar os materiais escolares necessários, utilizava folhas rasuradas por outras pessoas, sendo necessário apagar o conteúdo escrito anteriormente para reutilizá-las. Relatos de trabalho infantil (na agricultura, doméstico ou análogo à escravidão) também foram apontados como impeditivos para a conclusão da escolaridade. A única pessoa que concluiu o ensino superior compartilhou sua experiência profissional ao longo de toda a entrevista, demonstrando orgulho por ter ocupado um lugar social valorizado, por ter memórias para compartilhar e uma vida pública de prestígio. Àqueles que não tiveram tamanha oportunidade, restou orgulharem-se da escolaridade dos filhos, uma conquista que foi exibida e vangloriada com apreço.

É importante registrar que, embora todas as entrevistas tenham sido iniciadas com a retomada dos objetivos da pesquisa e de sua temática, o assunto do envelhecimento não surgiu de forma espontânea. Foi necessário perguntar diretamente aos interlocutores como percebiam a passagem dos anos, como vinham experienciando esse processo e, o que se mostrou mais difícil de responder, quais eram suas expectativas ou desejos para o futuro, para o envelhecimento à frente.

Ademais, o cuidado e vínculo que valorizam a memória é importante ferramenta de lembrança de tempos históricos e compreensão da sociedade. Uma das entrevistadas compartilhou sobre o impacto da ditadura civil-militar (1964-1985) em sua família, não na perspectiva de militância, perseguição ou resistência, mas de pessoas comuns que temiam o momento histórico.

Eu não conheci, não lembro de nada assim da ditadura. Lembro de muita pouca coisa, mas naquela época, a minha mãe corria, chegasse da vacina, da área da saúde, pra dar a vacina. Ela corria pro mato, porque ela tinha medo, porque ela não tinha estudo, não tinha ensinamento de nada, não tinha instrução. E as pessoas que tinha mais, assim, que sabia um pouquinho mais, as que falava que

se tirasse documento, e era a forma que o governo queria saber o que estava fazendo, que ia matar, quando passava aqueles aviões, era uma coisa muito assim, sabe?

Ao vincular as narrativas ao diário de associações, percebi que, para as pessoas entrevistadas, revisitar suas histórias de vida foi mais fácil do que o esperado. Muitas começaram dizendo que não sabiam o que contar, por onde começar ou quais memórias interessar-me-iam. No entanto, foram justamente essas pessoas que mais falaram. O papel social de pesquisadora e psicóloga contribuiu para criar um espaço de segurança e favoreceu uma transferência no sentido psicanalítico, a ponto de algumas mencionarem o interesse de continuar ou iniciar um acompanhamento psicológico. Ao que me pareceu (e algumas verbalizaram) que essas mulheres desejavam ter com quem conversar para além do cotidiano, sujeitos que testemunhassem suas vidas para além do círculo familiar, espaço muitas vezes atravessado por pudores e vergonhas. Ademais, indicando o potencial de cuidado no ato de compartilhar memórias.

Os relatos indicaram que temas como sexualidade ou separações conjugais eram vistos como tabus entre as gerações e não constituíam assuntos abertos à conversa. Por isso, as entrevistadas relataram sentir vergonha de compartilhar com seus filhos angústias e tristezas relacionadas ao fim de relacionamentos ou à vida sexual. O acesso às memórias desses sujeitos mostrou-se, contudo, recurso potente para organizar afetos e repensar possibilidades. Negar a sexualidade dessa população é, afinal, um equívoco em múltiplos níveis, ao ignorar a necessidade de atendimento em saúde, seus desejos e suas necessidades fisiológicas (Vieira et al., 2015).

Além disso, o compartilhamento de memórias foi identificado como forma de manter contato com a própria história, de ser reconhecido como pessoa de interesse para o outro e de poder apresentar-se como alguém de grande valor. Nesse sentido, a memória mostra-se coletiva, como propôs Halbwachs (Schmidt & Mahfoud, 1993), tanto por ser construída na

coletividade e na comunidade quanto por requerer, para ser evocada, um outro-testemunho que queira ouvir, interessar-se e afetar-se.

Embora alguns relatos fossem carregados de afetos difíceis de lembrar, seja pela dor das violências ou pela saudade das pessoas, havia muita beleza quando elas me contavam sobre alguma história do passado, era como se estivessem descrevendo um filme a que acabaram de assistir, com detalhes e carinho, como o trecho a seguir:

Eu lembro que minha mãe levava eu para a beira do ribeirão lá. E eu sinto até o ardor dos capim. Até hoje eu sinto quando os capim passam na perna da gente. Eu sinto aquele ardor de vez em quando.

4.2.2. Os sujeitos

As pessoas que aceitaram participar das entrevistas mostraram-se solícitas desde o primeiro contato, ainda que quase todas tenham mencionado não se lembrar dos objetivos da pesquisa ou mesmo de ter participado da primeira fase. O grupo foi composto por sete mulheres e um homem; apenas uma das entrevistadas não têm filhos e outra declarou não residir em casa própria. Quanto à situação previdenciária, sete estão aposentadas e uma recebe pensão por morte do cônjuge. O perfil sociodemográfico completo das participantes está detalhado na Tabela 12.

Tabela 12*Características das pessoas entrevistadas na segunda fase*

Quesito	Característica	Número de pessoas
Idade	64 a 67 anos	5
	71 a 75 anos	3
Raça	Pardas	3
	Branca	
	Preta	2
Renda	1 a 3 salários-mínimos	5
	menos que um salário-mínimo	2
	5 a 8 salários-mínimos	1
Escolaridade	Médio incompleto	3
	Fundamental incompleto	1
	Fundamental completo	
	Médio completo	
	Superior completo	
Estado civil	Casadas	4
	Viúvas	3
	Separada	1

A entrevista, como uma prosa interpessoal, despertou diversos afetos ao longo do encontro. Ainda que atuando no papel de pesquisadora-psicóloga, por vezes emocionei-me e espantei-me, compartilhei risos, vi fotos de família, acariciei cachorros, gatos e maritacas. As conversas eram permeadas de risadas quando elas contavam como se divertiam, dançando e cantando sozinhas em casa, conversando ou “dirigindo” com seus animais de estimação, ou quando relataram desavenças familiares, encontros em bailes e outros assuntos que traziam à tona tanto pudores quanto uma sensação de liberdade.

A seguir seguem os eixos temáticos identificados a partir da Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2013), a saber: (a) Sociabilidade digital, (b) Família e

comunidade, (c) Religião, (d) Corpo e sexualidade, (e) Envelhecimento e luto, e (f) Trabalho e estudos.

4.2.2.1 Sociabilidade digital

A categoria "Sociabilidade digital" partiu de uma não identificação nos discursos. Embora a dissertação se propusesse a compreender os espaços de socialização dos sujeitos no ambiente virtual, considerando o governo digital e a proliferação de aparelhos celulares, essa temática não surgiu de forma espontânea nos relatos, sendo necessário realizar indagação direta sobre o tema.

O uso da internet foi relatado como pontual, restrito a momentos específicos do dia e para entretenimento, não surgiu nos relatos como ferramenta essencial no cotidiano. Tanto os relatos quanto os resultados dos questionários indicaram que seu uso se concentrava em aplicativos de vídeo, por meio dos quais aprendiam danças, receitas e ouviam orações. Por um lado, isso ocorria porque preferiam dedicar-se a outras tarefas (domésticas ou assistir à televisão), por outro lado, devido ao receio de serem vítimas de golpes. Assim, burocracias bancárias, chamadas suspeitas ou o uso de aplicativos menos familiares (MeuINSS, SUS etc.) eram evitadas, nestas ocasiões, pessoas mais jovens eram acionadas como apoio. Uma alternativa era ir presencialmente aos equipamentos e serviços para resolução de problemas. Por vezes essa opção era escolhida por ser uma oportunidade de sair de casa e de manter contato com outras pessoas.

Muitas vezes, o contato com a família limitava-se aos aplicativos, com mensagens diárias de cumprimento, chamadas de vídeo ou ligações de voz. Esse contato, ainda que virtual, foi descrito como único meio viável de comunicação naquele momento da vida, devido à distância geográfica dos familiares e de suas rotinas, conforme identificado em outros estudos (Diniz et al., 2020; Rebelo et al., 2023). No entanto, alguns relatos apontavam que apenas trocar mensagens de texto era suficiente e as ligações, principalmente por vídeo, não eram realizadas.

A participação em grupos de WhatsApp foi apontada como uso importante do aparelho celular a fim de compartilhar eventos e fotos. Algumas pessoas receberam a divulgação dos grupos de convivência pelos aplicativos de mensagens e outras participavam de grupos religiosos importantes no cotidiano. No entanto, os grupos foram relatados como espaços de divulgação de informação, mas não foram apontados como possibilidade de comunidade. As relações significativas restringiam-se ao contato individual.

4.2.2.2 Família e comunidade

Este tema foi o mais comum nas entrevistas, tanto pelo interesse da Dissertação, quanto pelo interesse das entrevistadas. Nele estão concatenados os relatos sobre a família ascendente, descendente e a “possível” (aquela que é atual e escolhida). Os desejos dessas pessoas quando crianças, os planos futuros, as violências sofridas, as redes de apoio construídas ao longo da trajetória e o que elas fizeram com as possibilidades no contexto familiar.

A questão familiar foi o ponto de partida de todas as conversas. Curiosamente (ou não dada a época em que cresceram), duas mulheres relataram o desejo não concretizado de ser freira. Seja por pressão familiar, que demandava delas a maternidade, ou por aspirações profissionais, ambas não puderam seguir o desejo de juventude e precisaram lidar com a frustração. Nesse sentido, as representações tradicionais de gênero estavam muito presentes nos relatos, havia uma demanda por serem mães e pais, pessoas casadas e donas de casa ou provedores financeiros, indicando que a concepção de família estava relacionada às substâncias corporais (Caruso, 2020) e determinavam as possibilidades de experiência para os corpos.

Essas representações também se associam a concepção da família operária burguesa, que determina o núcleo familiar para além dos vínculos de parentesco, mas estabelecendo-a como unidade de reprodução social (Durham, 1980). As pessoas entrevistadas relataram como os entendimentos e demandas familiares determinaram as possibilidades de existência, principalmente na procura por emprego, em sua maioria foram

empregadas domésticas e quando criança trabalharam na roça ou no cuidado da casa e de outras crianças. Assim como apontava Durham (1980), o trabalho doméstico não era remunerado, por vezes tampouco valorizado, fortalecendo desigualdades de gênero.

As mulheres que trabalhavam durante a idade reprodutiva e tornaram-se mães relataram que precisavam deixar seus empregos para cuidar dos filhos: “Depois, quando logo engravidava de novo, aí parava para cuidar do filho, sabe?”, indicando que não recebiam apoio de outros familiares e que não havia uma rede de apoio para esses cuidados. Mesmo quando não havia criança para cuidar, o trabalho remunerado fora de casa, por vezes era negado, indicando a dependência financeira como forma de mantê-las em relacionamentos abusivos, como foi relatado por uma entrevistada: “Não, ele não aceitou nada, nada, nada. Eu não podia ter... independência financeira. Eu tinha que depender dele”.

Um objetivo curioso surgiu na fala de duas entrevistadas que compartilharam suas relações com os relógios. Ambas entendiam que o objeto era fonte de controle por parte de seus cônjuges, como ilustram os relatos: “Eu não uso mais relógio porque meu tempo, quando ele era vivo, era controlado pelo relógio” e “Tudo que era de errado, eu atrasasse os cinco minutos, eu estava fazendo coisa errada. Eu tinha que estar em casa”.

Assim, o casamento constitui parte significativa da vida das pessoas entrevistadas. Em alguns casos houve valorização de aspectos positivos, a saber: cuidado mútuo, melhoria nas condições de vida, conquistas materiais, parentalidade, amizade e companheirismo. Contudo, também foi avaliado como uma instituição que permitia abusos, desamparo, solidão e manutenção de papéis sociais, sendo fonte de muito sofrimento.

Para lidar com o sofrimento gerado nas relações amorosas e sexuais, os descendentes foram apontados como um saldo positivo de toda a situação. Em especial, os netos foram descritos como afetos mais intensos que os vínculos parentais, conforme ilustra o relato que segue: “É inexplicável, sabe? Claro que o amor dos meus filhos é incondicional, né? Eu amo demais os meus filhos. Mas é inexplicável os netos. Eu não sei, eu não consigo explicar a diferença.”. Outra entrevistada comenta que o filho brinca que sente ciúmes da

relação dela com os netos: “Eu amo meus netos. Ainda meu filho fala: ‘Ah mãe, depois dos meninos, você nem liga pra mim’. Eu falo, primeiro eu vou ligar pros meus netos.”.

Os cuidados com os netos acabaram por ocupar espaço de trabalho e função social. Algumas entrevistadas mencionaram que são responsáveis pelos cuidados cotidianos das crianças, no contraturno escolar, realizando transporte e acompanhamento na educação e na saúde, o que foi descrito como cansativo, mas prazeroso, por se sentirem úteis na dinâmica familiar, por ajudarem seus filhos e por estarem próximas às crianças. No entanto, esse contato parece se afrouxar conforme eles crescem: “A cozinha é grandona, onde recebo os netos. Quando aparece algum. Que eles já não têm tempo para estar vindo. Eu tenho que entender.”

Curiosamente, a casa constitui tema comum e espontâneo em todas as entrevistas. Havia nos relatos orgulho pela moradia conquistada, em sua concretude, indicando esforço físico e recompensa pelo trabalho, e em seu simbolismo, dado que a casa é considerada ambiente totalmente administrado por essas pessoas. Elas ficam responsáveis por seu gerenciamento financeiro, pela decoração e pela limpeza. Além disso, apenas uma pessoa entrevistada residia em casa alugada para a qual havia mudado recentemente, as outras sete tinham uma relação muito antiga com suas residências (de construção, criação dos filhos, vivência de casamento, herança de seus pais). Mucida (2010) aponta que o apego por objetos (casa) como forma de manutenção de si.

Na carência de laços sociais, familiares e afetivos, pelos quais o sujeito se vê susceptível de ser amado, sem um ideal a ser cumprido e aberturas de novas maneiras de enlaçar o desejo, oferecendo certa consistência à imagem de si, alguns idosos fazem um retorno ao eu ideal representado pela identificação aos objetos. Por isto se torna comum o apego aos objetos em alguns idosos. Agarrando-se aos objetos que trazem algo do espelho de si ou representem parte de sua história alguns idosos tentam manter certa consistência de si mesmos. (p. 51)

A condição de residir sozinha e de receber poucas visitas é vista como prazerosa por algumas entrevistadas, que descrevem seu cotidiano com liberdade: “É porque, chegando em casa, eu ligo o meu rádio. Minha filha, eu canto, danço. Eu gosto de dançar (risos)”. O tempo também surgiu como fator importante para adaptação:

Mas eu vivo sozinha, não me sinto sozinha, graças à Deus, não me sinto sozinha, mas no começo foi bem difícil para mim, foi muito difícil, porque a minha casa era cheia. Às vezes eu ficava brava, eu chegava do serviço e estava com aquela bagunça, porque tinha oito, eu morava em oito na minha casa [...], então a casa estava sempre cheia, e de repente eu me vi sozinha, do nada, assim, de um dia para o outro. Eu dormi hoje e me acordei sozinha, sozinha, foi assim que aconteceu.

Contudo, enquanto relatavam a escassez de visitas e compreendiam a situação atual, seis das oito entrevistadas alegraram-se ao falar sobre seus animais de estimação. Algumas mostraram fotos, outras contaram a história de como haviam conhecido seus companheiros caninos ou felinos, e, em muitos momentos, esse foi o primeiro instante em que sorriram. Uma das participantes enviou-me, como prometido, uma foto do animal, já falecido, para mostrar o quanto ele era companheiro e como faz falta.

Por fim, o conceito de família foi associado às substâncias corporais e vínculos de parentesco, mas não se restringiu a isso. Nas respostas das pessoas entrevistadas, familiares eram pessoas com quem estabeleciam afeto, respeito, presença e cuidado. Pessoa com quem podiam contar em situações importantes, como uma entrevistada que compartilhou ter organizado seu velório e ter informado suas vizinhas. Os animais são identificados como membros da família, aparecendo em fotos e acompanhando as viagens.

4.2.2.3 Religião

O vínculo religioso surgiu em todas as entrevistas. Cabe recordar que as atividades na igreja foram apontadas por 74 participantes como lazer, sendo a atividade mais apontada

(Tabela 10). As instituições onde as entrevistadas praticam sua fé foi plano de fundo para algumas das histórias contadas e o tema surgiu durante a análise dos dados por configurar um espaço significativo para a população ouvida. Conforme Cocentino e Viana (2011) propuseram, o vínculo com a religião surge como possibilidade de lidar com o desamparo da morte e fragilidade da vida humana.

O contato com instituições religiosas nem sempre esteve presente no cotidiano das entrevistadas, mas revelou-se importante em algum momento de suas vidas. Inclusive, uma das entrevistas foi realizada dentro de uma igreja. Ao ser perguntada como lidava com o fato de residir sozinha, a participante respondeu: “A igreja. Eu me fortaleço aqui, sabe?”. Vários relatos mostraram como o vínculo com instituições religiosas proporcionou espaços de comunidade, conforto e oportunidades, desde viagens até trabalho voluntário. Esses espaços estavam presentes desde a infância e promoviam oportunidades de trabalho e sonhos.

Atualmente, a relação com a religião se mantém. Para algumas entrevistadas, o dia começa e termina com uma oração e um agradecimento à divindade que cultuam pela oportunidade de viver mais um dia. O único pedido que algumas mencionaram fazer em oração é que a divindade “tire tudo de mim, mas não tire a minha língua nem a minha perna”. O medo de depender de outros para o autocuidado ou para as tarefas da vida diária assusta todas as entrevistadas: por um lado, para não perderem a autonomia que valorizam; por outro, para não “dar trabalho” aos filhos. Nesse sentido, as dores no corpo preocupam algumas, seja pela necessidade de intervenções médicas, seja pelo recurso financeiro necessário ao tratamento.

A religião, principalmente a católica, foi apontada como fonte de paz e de ensinamentos de amor ao próximo, além de configurar um compromisso frequente e um lugar onde são esperadas e necessárias, seja para comparecer aos cultos e encontrar familiares, seja para auxiliar nas tarefas comunitárias. Isso porque as entrevistadas atribuem à divindade a oportunidade de estarem vivas, sendo necessário que demonstrem gratidão, declarando que estão envelhecendo porque “Deus quer” ou que continuarão vivas até que

Ele deseje. Não é por terem planos ou desejos futuros; sua existência se dá pela vontade alheia.

Esta relação com a religiosidade é tão fortalecida que uma das pessoas do grupo de convivência quando questionada com que palavra associava à família, mencionou Jesus. Infelizmente, não foi possível identificar quem escreveu e qual a associação estabelecida.

4.2.2.4 Corpo e sexualidade

A temática do corpo surgiu quase como um fardo para as entrevistadas. Embora algumas relatassem não ter problemas com seus corpos envelhecidos, foram levantadas apenas queixas. Ainda que tenha sido um tema de meu interesse, e várias perguntas tenham sido feitas para compreender como o corpo atravessa suas existências, a partir da perspectiva proposta por Cherix (2015), tratou-se de um assunto incômodo. No entanto, esse eixo temático se revelou fundamental diante dos dados coletados, que destacavam as mudanças, as dores e os medos associados ao corpo envelhecido.

Apesar das queixas, as dores corporais me pareceram ser uma forma de fazer laço com o outro. Se por um lado há o medo de dependência e perda da autonomia, para não atrapalhar ou demandar cuidados dos filhos (como mencionado por algumas entrevistadas), por outro, a partir da dor física, as entrevistadas demandam atenção, empatia, afeto e cuidado. Indicar que determinada parte do corpo dói, parece que serve de laço com atores sociais, pois cria rotina de tratamento (contato com profissionais da saúde), é assunto entre os familiares e gera empatia e interesse nas pessoas com quem estabelecem vínculos (pessoas oferecem cadeiras por saberem de dores no joelho, perguntam se elas estão se cuidando, se alimentando bem ou fizeram os exercícios em casa). Até mesmo comigo, quando falavam sobre as demandas de dor do corpo, as entrevistadas parecem requerer empatia e cuidado.

Acerca do medo de ser dependente de outras pessoas, podemos retomar o tempo do espelho quebrado de Jack Messy (1993), que propõe que o fantasma do corpo fragmentado, e próximo da morte, se apresenta na clínica pelo medo da dependência.

Talvez o que as entrevistadas temessem é essa proximidade. A compreensão era de que a dependência é como um caminho sem volta, uma vez que dependam de terceiros para seus cuidados, não poderiam se recuperar e retomar sua autonomia, sendo a morte o que estaria no horizonte.

Uma das entrevistadas menciona que devido a suas dores nas articulações, não pode parar de fazer atividades físicas e por isso começou a frequentar o serviço de convivência. A dor, nesse caso, também parece servir como um impulso para sair de casa, se relacionar com outras pessoas, exercitar o corpo para além das tarefas domésticas. Além de motivar o cuidado dos filhos, que se mostram preocupados e atentos: “Às vezes nem falo que eu saio, porque quando eu falo que eu saí sozinha, já começa: ‘Cuidado quando subir no ônibus’, ‘Cuidado não cair’, cuidando não sei o quê. Ah, tá chovendo...”.

Entretanto, outras marcas corporais que sinalizam o envelhecimento não as incomodam. Cabelos brancos, rugas e a pele flácida foram relatados como aceitos e bem-vindos, por indicarem a passagem dos anos, inclusive, respostas sobre esses sinais chegaram a gerar riso.

Apesar da preocupação e do cuidado com o corpo, a sexualidade restringe-se ao cuidado com a aparência, à alimentação (comer o que gostam quando têm desejo), aos cuidados médicos e ao bem-estar. As relações sexuais não foram mencionadas como parte da rotina, principalmente entre as mulheres casadas. Uma das entrevistadas compartilhou que não mantém relações sexuais com o parceiro por decisão dele e que, embora sinta falta ocasionalmente, não verbaliza essa necessidade. Outra declarou frustração com a distância afetiva do companheiro, segundo ela, causada por mudanças ao longo da vida, que a fazem sentir-se emocionalmente distante.

4.2.2.5 Envelhecimento e luto

O envelhecimento serviu como plano de fundo das entrevistas e o luto permeou as histórias relatadas. Embora não fosse nomeado como tal, o luto por pessoas queridas, aspirações profissionais, desejos conjugais e planos para a velhice foi narrado por todas as

entrevistadas, misturando sofrimento e resignação. O envelhecimento, contudo, não se apresentava como um tema atual; a velhice em si não era objeto de reflexão ou pensamento cotidiano.

Quando perguntadas se sentem a idade que têm, todas as entrevistadas negaram ou responderam: “Eu nem parei pra pensar ainda.”. A justificativa é que se sentem joviais: “Pra mim, é como se eu tivesse os 18, 19 anos, sabe?”; “Porque na verdade eu não sinto. A minha criança não envelheceu. O que eu gosto mais é passear. Se eu sair de ônibus, vou embora. A criança já está viva de novo”. Apesar da jovialidade estar presente “Tem dia que pesa, tem dia que eu não me sinto com essa idade, mas tem dia que ela se faz presente, né?” ou que o incômodo dos familiares pelo tempo de resposta para determinadas atividades as faz se sentir mais lentas. Foram comuns os relatos de não identificação com o significante velho, conforme também pontuou Cherix (2015).

Ainda que se sintam jovens e dispostas, a idade vem acompanhada de lutos. No grupo entrevistado tínhamos quatro viúvas, quase todos já haviam perdido seus pais, seus animais de estimação mais recentes, outros perderam filhos, sobrinhos, netos e bisnetos, e expunham que a lembrança dessas pessoas está sempre presente. Ainda que o luto pelas relações perdidas fosse identificado como doloroso, o luto do que não foi possível vivenciar parecia incomodar tanto quanto. Uma das pessoas que havia perdido o companheiro mencionou que “Sonhava que eu ia ficar velhinha com meu marido na praça, sabe?” e a impossibilidade de realizar esse sonho a emocionou.

O luto, como propõe Freud (1915/2011), parece não ter sido elaborado pelas entrevistadas. Apesar de haver aceitação referente às perdas, a libido parece não ter sido reinvestida em outros objetos. Os relatos indicavam mais uma resignação das situações de perdas (pessoas, planos, corpo) do que outros objetos investidos ou um investimento na religião, como que possibilidade de fortalecimento espiritual. De modo geral, não ouvi novos desejos surgindo, não havia indicativos de planos futuros ou sonhos a realizar, como propõe Mucida (2023).

4.2.2.6 Trabalho e estudos

A escolaridade foi o tema que surgiu espontaneamente e logo no início das entrevistas, principalmente, quando mencionaram a impossibilidade de conclusão dos estudos. A organização desse eixo temático se fez necessário dada a importância que lhe foi atribuída pelas participantes e os afetos envolvidos.

Um desapontamento comum foi no campo do trabalho e das conquistas materiais. Por falta de qualificação e conclusão dos estudos, muitas entrevistadas sentiam que tinham perdido a oportunidade de desempenhar uma função pública. Os desejos profissionais deram lugar a demandas sociais e possibilidades da época: “Eu queria ser freira, eu queria ser psicóloga, mas eu fui mãe, fui avó, fui esposa, né?”. Em seus trabalhos como domésticas, também não encontraram apoio externo:

Foi difícil porque eu trabalhava e eu perdi na época, e eu acabei entrando em depressão, porque o meu patrão não aceitou que eu voltasse a estudar. Ele falou que ele precisava de uma empregada que fizesse a comida, mas não precisava ter estudo.

Para além da falta de incentivo e apoio, algumas entrevistadas relataram satisfação com o trabalho, seja por gostarem da atuação (principalmente relacionadas ao cuidado de terceiros) ou pela rotina desempenhada. O retorno ao trabalho foi apontado como desejo remoto em algumas entrevistas, pois as mulheres desejavam ter horários para sair de casa, funções estabelecidas para desempenhar e construir relações interpessoais de trabalho, mas quando pensavam na obrigatoriedade, nos conflitos do ambiente de trabalho e na demanda física, logo mudaram de ideia.

O trabalho infantil foi relatado como violência sofrida por quase todas as entrevistadas. Também foi denunciado como o que impossibilitou o avanço da escolaridade e como fator que intensifica as lesões e dores atuais. Mesmo aposentados, muitos precisam continuar trabalhando. Uma das entrevistadas, por exemplo, produz artesanato, atividade que a ajuda a lidar com a insônia e a pagar contas pequenas; outras, no entanto, estão em

situação precarizada. Houve relatos de escalas de trabalho “seis por um”, demissões em massa por falta de instrução tecnológica e a experiência de atuar como Pessoa Jurídica: “Sem registro na firma não pode trabalhar. Uma vez trabalhei, teve que abrir firma, tomei a maior ferrada, num paguei, depois veio tudo de uma vez.”

Uma das pessoas entrevistadas continua trabalhando, mesmo com aposentadoria garantida há 25 anos, outras já consideraram retornar ao trabalho formal e remunerado. Sobre as razões para continuar, apresentaram dois extremos. Para as atividades precarizadas e de baixa remuneração, a explicação foi direta: “Porque a renda não dá mesmo. Tenho que trabalhar.” Todavia, para quem trabalhava com cuidado ou desfrutava de prestígio social, o desejo de permanecer ativo foi justificado pelo contato com as pessoas, pelo prazer nas atividades desenvolvidas e pelas histórias vividas.

Ainda que pequena, há uma parcela que não gostaria de retomar atividades laborais e se satisfaz com a aposentadoria. A entrevistada com maior proteção previdenciária e escolaridade, por exemplo, relatou que desejava aposentar-se e tinha diversos planos para esse período livre, todos viabilizados pelos recursos financeiros disponíveis, tanto para viagens e cursos pagos quanto para o acesso a equipamentos públicos da Assistência Social.

4.3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CUIDADO

O filme *O Último Azul* (2025), de Gabriel Mascaro, articula-se de forma pertinente à preocupação central desta dissertação, que busca investigar: como construir e implementar uma política pública que atenda às necessidades da população idosa, pensando o cuidado, o direito e o afeto? Qual é a nossa real preocupação com a população que envelhece? Quais ofertas de políticas públicas lhes são destinadas e como ocorrem os atendimentos? Objetivamos compreendê-la em suas particularidades ou a pensamos de forma homogênea? A narrativa distópica do filme serve como um espelho exagerado e reflexivo das questões reais que este estudo se propõe a analisar.

Premiado no Festival de Berlim, o longa acompanha dona Tereza (interpretada por Denise Weinberg), que vive em uma cidade amazônica distópica de um Brasil com um projeto voltado para o “Patrimônio Nacional Vivo”, ou seja, para pessoas acima de 80 anos. No entanto, aos 77 anos, Tereza é informada sobre a mudança de idade imposta pelo governo. A nova regra determina que os idosos sejam encaminhados a uma colônia governamental, onde seriam cuidados e zelados pelo Estado, apartados do convívio social. A partir dos 75 anos, os idosos deixam de ser responsabilidade de suas famílias, que até então recebiam uma pensão estatal para custear seus cuidados, com o objetivo de que pudessem se dedicar integralmente às crianças e ao trabalho, terceirizando assim o cuidado com a pessoa idosa. No filme, embora sua filha receba o auxílio, Tereza não era diretamente beneficiada por tal política pública, sendo a principal responsável por seu cuidado.

Na trama, Tereza é demitida do emprego (mesmo afirmando não desejar parar de trabalhar) por ocasião da mudança etária do programa, de um cargo que parece ter exercido por longo tempo, onde construiu relações sociais e uma rotina, mas recebe a ordem do governo para “descansar”, perde sua independência e fica sob a guarda da filha, que precisa autorizar as locomoções da mãe, com quem não parece ter vínculos fortalecidos.

O movimento popular e social é representado discretamente ao longo do enredo. De um lado, vê-se a repressão e o controle estatal, que utiliza os “catavelhos” para caçar idosos fugidos do sistema, representado por um automóvel com grades e autoridades policiais. De outro, há manifestações populares com gritos de “devolva meu vovô” e “idoso não é mercadoria”. Com a ordem de descanso, mas sem saber exatamente o que acontece nessas colônias, o imaginário das pessoas idosas é capturado: há quem almeje ser contemplado com a oportunidade de finalmente descansar e ter uma vida digna, ao passo que outros estão apáticos e apenas obedecem às determinações dos mais jovens, mas Tereza escolhe uma terceira opção.

O filme mostra como as colônias, lugares dos quais ninguém retorna, objetivam homogeneizar os corpos que lá habitam, obrigando-os, por exemplo, a usar fraldas geriátricas mesmo contra a vontade e a necessidade dos futuros moradores. Tereza resiste.

Inicialmente, ela justifica sua rebeldia com a realização de sonhos passados que foram adiados, dada sua história e suas possibilidades de vida; logo, porém, compreende que seu desejo mais profundo é ser livre e se reinventar. E então, começa a viver de verdade.

A beleza e a delicadeza do olhar sobre o corpo envelhecido se destacam e encantam. Tereza demonstra a força das relações sociais de amizade, laços com os quais pode contar, reconstruir-se e onde não é vista com um olhar reduzido à sua idade, como ocorre na relação com sua filha. A sexualidade também surge, mas é marcada de maneira sutil e realista, retratando corpos que aceitam a beleza dos cabelos brancos, das rugas e que estão confortáveis com a flacidez da pele. São corpos que dançam, usam substâncias por curiosidade e prazer, se desafiam e se tocam, simplesmente porque desejam.

A Tereza de Weinberg e de Mascaro cruza com diversos personagens que mostram como a prisão autoritária do Estado e do capital não está restrita ao corpo mais velho, mas afeta a todos, com a diversidade de sua perversidade. Há quem tenha restringido relações amorosas e afetivas em nome do trabalho e do recurso financeiro; há os que não têm alternativas aos vícios; mas há também os que resistem. Ao conhecer outra pessoa livre da colônia, que a entende e com a qual se identifica, Tereza se apresenta com mais leveza: sorri, banha-se, diverte-se, sem um rumo determinado, mas com um caminho certo. A beleza do filme aponta para as vias de escape da realidade buscadas pelos personagens, seja por meio de substâncias psicoativas, adrenalina, artes, contato com o rio, território, religião ou baba de caracol.

O filme de Mascaro (2025) apresenta, com sensibilidade artística, uma preocupação social relevante: como cuidar, promover direitos e assegurar uma vida digna para a população que envelhece no Brasil, cada vez mais numerosa. No longa, a política pública imaginada não parece atender às necessidades nem respeitar os desejos dos idosos, suprimindo sua autonomia. Talvez isso ocorra porque a política pensada parte de uma lógica de transição, e não promove uma transformação social efetiva, que altere a estrutura e o laço social para além da legislação, abarcando também a cultura e as relações interpessoais, como propôs Brand (2011/2016). Não considera a pessoa idosa como sujeito

de direitos e desejo, e a reduz a um corpo inapto ao trabalho e demandante de cuidados, sendo necessária uma intervenção estatal.

A Política Nacional de Assistência Social tem um papel importante nessa transformação. Logo no acolhimento das pessoas que buscam ou são encaminhadas aos serviços, os profissionais precisam estar aptos a recebê-las considerando suas particularidades e oferecendo informações que vão além das supostas violações que enfrentam. É necessário considerar a situação em sua totalidade: quem é essa família? Considerando tanto os vínculos sanguíneos, uma vez que obrigações legais devem ser cumpridas, quanto às relações de parentesco construídas por outros afetos, como compartilhar um café, ser apoio para acolher as lágrimas ou participar de um grupo de atividade física que faça sentido.

Além disso, é preciso indagar: quais são as necessidades de seus membros? Há rede de apoio? Com quem essa família pode contar em momentos de necessidade? Todos tiveram acesso à educação, saúde, trabalho e renda? O que essas pessoas fazem para se divertir? E, principalmente, compreender como os serviços públicos podem contribuir para sanar necessidades e atender aos desejos dos sujeitos.

Outro fator importante a ser considerado é o uso do ambiente virtual. Embora uma parcela significativa da população idosa tenha acesso a aparelhos eletrônicos e às TICs, a relação estabelecida com o ambiente digital não necessariamente abrange o letramento completo, podendo limitar-se à alfabetização básica, como pontuam Viviani e colaboradores (2023). A população idosa atendida nos serviços da assistência social pode, assim, não estar efetivamente inserida na prática social e cultural de acesso aos direitos por meio dos aplicativos do governo digital, sendo necessária uma articulação entre os implementadores da política e os usuários. Uma possibilidade seria oferecer oficinas ou grupos educativos para promover o acesso aos direitos viabilizados virtualmente.

Além disso, durante as entrevistas, a convivência comunitária mostrou-se uma potente ferramenta de cuidado e proteção. As instituições religiosas me parecem extremamente potentes, por serem espaços de confiança dessas pessoas, estarem em

contato frequente (semanal, quiçá diário) e pela oportunidade de criação de grupos. Acredito ser essencial que os implementadores das políticas públicas, de nível de rua e da gestão, saibam quais são os espaços religiosos do território, se há demandas que suas políticas possam atender e que sejam promovidas ações comunitárias coletivas.

Outros atores sociais importantes foram a vizinhança, a família consanguínea e os profissionais dos serviços de convivência, apontados como pessoas de confiança, capazes de atuar como mediadores para informações e encaminhamentos, tanto no ambiente virtual quanto no presencial. É imprescindível que esses espaços de fortalecimento de vínculos comunitários sejam promovidos com recursos e profissionais incentivados (e dignamente remunerados), a fim de ampliar e qualificar sua oferta.

No entanto, nos relatos coletados sobre a intergeracionalidade, uma das modalidades de grupo que podem ser ofertadas nos SCFV (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016b), não foram mencionadas experiências ou atividades conjuntas com crianças e adolescentes atendidos nos serviços. Seria interessante promover maior compartilhamento entre diferentes faixas etárias, a fim de incentivar o intercâmbio cultural e fortalecer a construção da memória do território, tema caro à Assistência Social.

É imprescindível reiterar que o âmbito comunitário extrapola os muros dos serviços públicos e deve ser considerado em sua totalidade. Nesse sentido, aproximar-se das lideranças religiosas do território configura uma possibilidade potente de proteção e promoção de direitos, como exemplifica o caso do grupo de Ártemis, revitalizado por meio da divulgação e articulação com a igreja local. A promoção comunitária precisa fazer sentido para a própria comunidade, buscando parcerias efetivas nos espaços já ocupados e significativos para os moradores.

Esse contrato coletivo, entre pessoas que compartilham histórias de vida, é fundamental para o trabalho social, funcionando como um ator social de proteção. No que se refere à população idosa, essa proteção pode ser um desafio devido ao isolamento social que algumas pessoas vivenciam. Dessa forma, a comunidade pode atuar como um elo importante, aproximando os implementadores das políticas públicas das pessoas que

necessitam dos serviços. Durante as entrevistas, alguns participantes relataram ter conhecido os grupos de convivência por meio de indicações de vizinhos; outros destacaram sentir-se protegidos e cuidados por vizinhas mais próximas geograficamente do que suas próprias famílias.

Talvez a família seja com quem trocamos a substância da memória, seja ao lembrar histórias de lugares e pessoas, seja na construção cotidiana de outras histórias. Ecléa Bosi (2013) trata do caráter de substância da memória, aproximando a autora da antropologia do parentesco e ouvindo as pessoas ao longo desse percurso, percebo que a substância da memória também cria parentesco. Ter pessoas para quem denunciar sua vida pelo relato da lembrança, compartilhar a mesma terra (terreno, rua, bairro), dar carona e criar memórias, me parece que cria um laço social de parentesco muito mais forte e significativo do que apenas os fluídos corporais. E assim como Halbwachs nos alerta que a memória é um trabalho do sujeito, mas é construída em grupo e sua lembrança se faz em um processo coletivo (Schmidt & Mahfoud, 1993).

De modo geral, este estudo suscita reflexões sobre os direitos das pessoas idosas, incluindo o direito de compartilhar e narrar suas experiências significativas, de participar de discussões sobre uma concepção ampliada de sexualidade, de integrar-se à vida comunitária e de acessar políticas públicas adequadas. Além disso, busca refletir sobre como a noção de família, conceito fundamental na Política de Assistência Social, precisa ser considerada de forma mais abrangente, para além dos vínculos legais, valorizando também os laços afetivos e, sobretudo, não se restringindo a relações exclusivamente humanas, mas respeitando também as famílias que incluem seres vivos não humanos.

Aos profissionais responsáveis pela implementação das políticas, cabe um olhar atento ao sujeito, para além da violência ou da idade. É necessário um acolhimento que escute o sujeito do inconsciente, aquele que não envelhece, que vive e deseja. Especialmente, é fundamental construir programas, grupos e atividades em conjunto com os usuários dos serviços, de modo que atendam verdadeiramente às suas necessidades e desejos.

4.4. PRODUTOS TÉCNICOS

Ao longo do estudo, das respostas aos questionários e das entrevistas, surgiram duas oportunidades práticas de propor materiais técnicos propostos que pudessem dar suporte para os atendimentos ao público com mais de 60 anos. Estes materiais serão aperfeiçoados após o aceite da presente Dissertação. Segue breve relato dos materiais desenvolvidos:

(A) *Panfleto para divulgação dos serviços disponíveis para a população com mais de 60 anos.* Este material apresenta alguns dos serviços disponíveis para pessoas com 60 anos ou mais, de acordo com as restrições de idade e território. Entre eles estão: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Carteira da Pessoa Idosa, Estação do Idoso e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outros.

(B) *Protocolo de atendimento.* Ainda incluímos sugestões de questões para momentos de acolhida ou atendimento individual para garantir a totalidade dos direitos, com temas como: educação, renda, lazer, sexualidade, saúde, família, rede de apoio, religião e memória, que podem orientar e enriquecer o diálogo durante os atendimentos.

Os produtos técnicos aqui propostos resultam da atuação da pesquisadora nos equipamentos da assistência social, do contato com grupos de convivência e das entrevistas realizadas. Durante esses encontros, evidenciou-se que as pessoas desconhecem a PNAS, seus serviços, programas e equipamentos. Além disso, com base em contribuições da Psicanálise lacaniana, as questões visam abranger a totalidade dos sujeitos, de modo que os temas relevantes para a assistência social sejam contemplados nos acolhimentos, atendimentos individuais e nos Planos de Acompanhamento Familiar. É importante ressaltar que se trata de sugestões para abordar determinados conteúdos, respeitando a autonomia dos implementadores das políticas públicas, os burocratas de nível de rua, que estão em condições de avaliar as particularidades de cada encontro e a qualidade do vínculo estabelecido com as pessoas atendidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira versão desta dissertação foi dividida em: concepção, passado, presente e futuro. Na época, pensando em uma aproximação com a cronologia da vida humana, entendia-se que a vida se organizava em uma linha reta, onde precisávamos valorizar o passado das pessoas mais velhas, respeitar seu presente e estimular o futuro. No entanto, após algumas leituras acadêmicas, filosóficas e literárias, e principalmente, após o contato mais próximo com a população com quem me relacionei (no estudo e na atuação pública) entendo que na verdade somos todos começo-meio-começo. A geração mais velha é o começo. A geração mais nova também. Partindo da reflexão psicanalítica de que somos sempre o velho de alguém, dado que velho é sempre o outro (Messy, 1993), entendo que sempre podemos estar no começo de algo.

O percurso desta Dissertação de Mestrado oportunizou diversas experiências e criou memórias, desde o contato com outras áreas do conhecimento e pensadores pelas trocas acadêmicas (em disciplinas e eventos), até o contato com o campo e os sujeitos. Embasada na Psicanálise lacaniana, li autores que propõem que o inconsciente não envelhece (Messy, 1993; Mucida, 2023), que é necessário um olhar atento, específico e respeitoso ao processo de luto desses sujeitos, que precisam lidar com diversas perdas simbólicas, imaginárias e reais, que talvez seja possível refletir sobre um novo estágio do espelho (Messy, 1993).

Mostrou-se imprescindível a valorização da memória das pessoas envelhecidas, tanto como respeito à sua história de vida quanto como direito à existência e a uma voz autônoma. Ouvir memórias, enquanto sociedade, permite-nos uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimento social e do lugar onde estamos hoje. Pisar em gramas que estavam na infância é nostálgico, saudoso e constituinte, mas precisa ser compartilhado e ouvido para não ser esquecido. Todavia, enquanto começo-meio-começo, a criação de memórias não termina com a entrada legal na “terceira idade”, ser uma pessoa idosa não limita esses sujeitos a apenas compartilhar suas lembranças, mas o envelhecimento implica

a criação de novas memórias, que se mantém até o momento da morte do corpo e para que isso aconteça, o coletivo é indispensável.

Ao ouvir as memórias dessa população, ouvi também o desejo por novas histórias e novas lembranças. Entendo que a Política de Assistência Social tem muito a contribuir com essa tarefa coletiva, por meio da proteção dos vínculos familiares (aqui atualizados para além da consanguinidade, abrangendo seres não humanos, vínculos afetivos diversos e outras configurações), da garantia de direitos (acesso à cultura, lazer, renda, moradia, saúde, educação, memória e existência) e da promoção do comunitário (grupos religiosos, praças públicas e outras aglomerações). Isso porque na outra ponta da diáde, com a memória, está o coletivo (Schmidt & Mahfoud, 1993): as políticas públicas precisam das comunidades para acontecer.

Evidentemente, a relação entre os trabalhadores e as pessoas atendidas precisa ser afetiva, mas embasada teoricamente, aplicando esses conhecimentos aos encontros com os sujeitos, considerando que os corpos velhos ainda demandam e desejam. Ainda que esse desejo não seja grande propósito de vida como propôs Kalache (2019) ao identificar um envelhecimento saudável, mas que haja desejo no cotidiano e que ele seja ouvido, protegido, promovido e movimentado. Os produtos técnicos propostos, são uma tentativa de colocar em prática as reflexões realizadas e o conhecimento interdisciplinar adquirido. Funcionando como ferramenta que poderá potencializar a vinculação entre os sujeitos.

Embora o estudo tenha ouvido um grupo restrito de pessoas de um território delimitado e não possa (nem se proponha a) ser uma generalização, o envelhecimento apresenta-se como uma parte pequena de suas existências. As mudanças corporais impõem a passagem do tempo, que afasta as pessoas queridas e os planos de outrora, mas não limitam as pessoas. Não é possível falar em pessoas idosas sem cair em um reducionismo, como propõe Messy (1993), deveríamos usar o termo entre aspas, dada a diversidade de formas de experienciar e expressar a velhice. Talvez em vez de negar ou não reconhecer a velhice, poderíamos propor uma nova constituição subjetiva, um novo estádio do espelho (ou espelho quebrado, como propôs Messy, em 1993), a partir desse novo corpo

que irá se fragmentar com o tempo, que viverá o luto, que precisará se reconhecer com outra imagem no espelho.

Dentre as limitações experienciadas durante a realização da presente Dissertação de Mestrado, destaco a falta de tempo para conviver no campo de pesquisa, criar vínculos e ter compreensões mais aprofundadas das relações sociais em virtude de minhas atividades remuneradas como servidora pública do município de Piracicaba-SP. Ademais, o recorte da população também fez-se necessário para viabilizar a coleta e análise de dados, mas acabou por restringir as concepções de vida a um território específico.

Para futuros estudos, seria importante diversificar a amostra com outros grupos de convivência, grupos comunitários desvinculados à Assistência Social, de outras regiões da cidade, e principalmente, garantir diversidade de gênero, raça, classe e naturalidade das entrevistadas. Seria interessante propor metodologia, com apoio institucional, que garanta a presença em campo, com mais tempo de contato e criação de vínculo que acompanhasse outros momentos da história social dos sujeitos.

Enquanto pesquisadora, as reflexões construídas até o momento, instigam-me a pensar a velhice com o atravessamento do Alzheimer e outras demências, instiga-me a possibilidade de investigar como a questão da memória, do desejo e do luto organiza-se em pessoas diagnosticadas com algum tipo de demência ou comprometimento cognitivo. Pessoalmente, continuo refletindo sobre como a velhice relaciona-se com o registro lacaniano do real, do simbólico e do imaginário e sobre como, enquanto implementadora de uma política pública e psicóloga clínica, o trabalho com a velhice pode ser aprofundado, associando as reflexões da academia com a prática de burocrata de nível de rua.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, C. (2022). Idosos e tecnologias digitais: A relação entre inclusão social e digital no Brasil. *Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 27(1), 47-69.
- Ação Educativa & Conhecimento Social. (2024). RELATÓRIO INAF BRASIL 2024 - Alfabetismo: do analógico ao digital. https://alfabetismofuncional.org.br/2024_Relatorio_Inaf_DIGITAL.pdf
- Bardin, L. (2009) *Análise de conteúdo: Edição revista e actualizada* (4a ed. L. A. Reto & A. Pinheiro Trad.). Edições 70.
- Bairrão, J. F. M. H. (2005). A escuta participante como procedimento de pesquisa do sagrado enunciante. *Estudos de Psicologia*, 10(3), 441-446. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300013>
- Beauvoir, S. (1970). *A velhice* (5a ed., M. H. F. Martin Trad.). Nova Fronteira.
- Birman, J. (2015). Terceira idade, subjetivação e biopolítica. *História, Ciências, Saúde*, 22(4), 1267-1282. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400007>
- Bosi, E. (1993) A Pesquisa em Memória Social. *Revista Psicologia USP*, 4(1/2), 277-284.
- Bosi, E. (1995) Memória e Socialização. In E. Bosi, *Memória e Sociedade: Lembranças de velho*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (2004) Sugestões para um jovem pesquisador. In E. Bosi, *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social* (pp. 59-67). São Paulo: Ateliê.
- Bosi, E. (2013) A Substância Social da Memória. In E. Bosi, *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social* (pp. 13-48). São Paulo: Ateliê.

Brand, U. (2016). Estado e políticas públicas: Sobre os processos de transformação. In G. Dilger, M. Lang & J. Pereira Filho (Orgs.), *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* (pp. 123-137). Editora Elefante.

Brasil. Presidência da República. (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Seção 1*, 233. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

Brasil. Presidência da República. (1994). Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm

Brasil. Presidência da República. (2003). Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Seção 1*, 192. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

Brasil. Presidência da República. (2004). Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta prioridade de atendimento às pessoas que especifica e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Série I, 232*
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Brasil. Presidência da República. (2019). Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019. Institui o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável. *Diário Oficial da União, Série I, 229*
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10133.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.133%2C%20DE%2026,que%20lhe%20confere%20o%20art.

- Brasil. Presidência da República. (2022). Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 139. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14423.htm
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). Teaching thematic analysis: overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The Psychologist*, 26(2), 120-123. <https://uwe-repository.worktribe.com/preview/937606/Teaching>
- Brogno, T. S., & Ferenhof, H. A. (2020). Transformação digital no governo brasileiro: desafios, ações e perspectivas. *Revista Navus*, 10, 01-11. <http://dx.doi.org/10.22279/navus.2020.v10.p01-11.989>
- Brown, M., & Oliveira, S. (Apresentadores). (2025, 19 de junho). Presidente Lula. [Episódio de *podcast* em áudio e vídeo]. In Mano a Mano. Spotify Studios. <https://open.spotify.com/episode/54EI86LwIC7QqoS3doFfnT?si=fdaf2524e1074c99>
- Carneiro, S., & Setubal, N. (Apresentadoras). (2025, 8 de abril). Conceição Evaristo. [Episódio de *podcast* em áudio]. In Escute as mais velhas. Fundação Tide Setubal, produzido pela Rádio Novelo. <https://open.spotify.com/episode/4TliaoWE61DnAW3Legtvzt?si=66aec6961bed4f91>
- Carsten, J. (2014). A matéria do parentesco. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 6(2), 103-118.
- Caruso, J. P. L. (2020). Sangue e suas partículas: Sobre a não homogeneidade fluídica do sangue no parentesco. *Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7(14), 37-54.
- Cherix, K. (2015). Corpo e envelhecimento: uma perspectiva psicanalítica. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 18(1), 39-51.

- Diniz, J. L., Moreira, A. C. A., Teixeira, I. X., Azevedo, S. G. V., Freitas, C. A. S. L., & Maranguape, I. C. (2020). Inclusão digital e o uso da internet pela pessoa idosa no Brasil: Estudo transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(Suppl. 3), <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0241>
- Durham, E. R. (1980). A família operária: Consciência e ideologia. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 23(2), 201-214.
- Fargeat, C. (Diretora). (2023). A Substância [Filme]. MUBI. Working Title Films; A Good Story
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado, de Jeanne Favret-Saada (P. Siqueira, Trad.). *Cadernos de Campo*, 13(13), 155-161. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- França, L. H. de F. P., Leite, S. V., Simões, F. P., Garcia, T., & Ataliba, P. (2019). Análise dos Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) desenvolvidos por instituições públicas brasileiras. *Revista Kairós-Gerontologia*, 22(1), 59-80.
- Freud, S. (1996). *Um estudo autobiográfico, inibições, sintoma e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos (1925-1926)*. Imago. (Trabalho original publicado 1925)
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado entre 1930-1936)
- Freud, S. (2011). *Luto e melancolia*. (M. Carone, Trad.). Cosac Naify. (Trabalho original escrito em 1915 e publicado 1917)
- Gomes, I., & Britto, V. (2023). Censo 2022: Número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em->

- Mucida, A. (2023). *O sujeito não envelhece: Psicanálise e velhice*. (2a ed.). Autêntica.
- Nascimento, M. L., & Lemos, F. C. S. (2020). A pesquisa-intervenção em psicologia: Os usos do diário de campo. *Barbarói*, 57, 239-253. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>
- Patias, N., & Hohendorff, J. V. (2019). Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 24(e43536), 1-14. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.43536>
- Rebelo, D. L., Ribeiro, G. S. N., Brito, V. M., & Aguiar, V. M. Q. F. (2023). Impacto da inclusão digital na vida das pessoas idosas: Uma revisão de literatura. *Revista FT*, 27(122). <https://doi.org/10.5281/zenodo.7930441>
- Santos, Á. S., Santos, V. de Á., Albino, A., Silveira, R. E., & Nardelli, G. G. (2019). Sobre a Psicanálise e o envelhecimento: Focalizando a produção científica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35423. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35423>
- Santos, Á. S., Albino, A., Santos, V., Granero, G. S., Barros, M. T. M., & Farinelli, M. R. (2018). Abordagens da psicanálise no atendimento ao idoso: Uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 21(6), 793–803. <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.180149>
- Santos, D. F., Moreira, M. A. A., & Cervený, C. (2016). Velhice – considerações sobre o envelhecimento: Imagens no espelho. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23(48), 80–94.
- Santos, M. A., Oliveira, V. H., Peres, R. S., Risk, E. N., Leonidas, C., & Oliveira-Cardoso, E. A. (2019). Corpo, saúde e sociedade de consumo: A construção social do corpo saudável. *Saúde e Sociedade*, 28(3), 239–252. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170035>

- Santos, M. R., Figueiredo, R. M. C., & Gomes, M. M. F. (2023). Evolução das perspectivas sobre a digitalização do Governo no Brasil de 2000 a 2023. *Revista Relações Sociais*, 6(4), <https://doi.org/10.18540/revesvl6iss4pp17777>
- Santos, T. M. (2018). O trabalho do psicólogo no Cras: Diferentes formas de cuidar. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(1), 1-11.
- Sarti, C. A. (1992). Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicologia USP*, 3(1/2), 69-76.
- Sarti, C. A. (2009). Parentesco e família. *ComCiência (UNICAMP)*, 108, p. 552-552.
- Schmidt, M. L. S. & Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4(1/2), 285-298.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasil). (2014). *Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/manual-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-pessoa-idosa>
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). *Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (2013). *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

Secretaria Nacional de Assistência Social. (2016a). *Caderno para curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços da Proteção Social Especial*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20do%20Aluno-%20PSE-05-07-2016.pdf>

Secretaria Nacional de Assistência Social. (2016b). *CADERNO DE ORIENTAÇÕES- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/Cartilha_PAI_F_1605.pdf

Scoralick-Lempke, N. N., & Barбора, A. J. G. (2012). Educação e envelhecimento: Contribuições da perspectiva Life-Span. *Estudos de Psicologia*, 29, 647-655. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500001>

Spindola, C. S., & Risk, E. N. (2025). What is the perfect match? Neoliberalism, dating apps and development of affectional bonds in middle age. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 42, e230037. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202542e230037>

Vieira, K. F. L., Coutinho, M. P. L., & Saraiva, E. R. de A. (2016). A sexualidade na Velhice: Representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 196–209. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002392013>

Viviani, C. B. R. M., Pessoa, L. P., Ikuta, L. S. M., Batistoni, S. S. T., & Silva, T. B. L. (2023). Inclusão digital e seus benefícios para os idosos. *Revista Kairós-Gerontologia*, 26(33). <https://doi.org/10.61583/kairs>

APÊNDICES

APÊNDICE A

Formulário Sociodemográfico

Você está sendo convidado(a) a participar da minha pesquisa de mestrado sobre a população idosa, envelhecimento e família, e o acesso à internet. Inicialmente, peço que responda às questões a seguir, se tiver alguma dúvida pode me chamar. Depois, se você quiser, deixe seu contato para que eu possa te entrevistar e conversarmos mais sobre sua história de vida. Será um prazer te escutar e te conhecer mais.

Muito obrigada pela atenção, sua participação na pesquisa é muito importante.

ENVELHECIMENTO

1. Quais as coisas boas do envelhecimento?

2. Quais as coisas ruins do envelhecimento?

3. O que você faz para se divertir?

Grupo e oficinas	Viajar	Atividades físicas
Bares	Assistir televisão	Igreja
Encontro com a família	Dançar	Cozinhar em casa
Arte ou artesanato em casa	Jardinagem	Caminhadas ou corrida
Ficar na praça	Ouvir música ou rádio	Jogos

OUTROS: _____

4. Com quem você se diverte?

Família	Amigos
Companheiros amorosos (marido, esposa, namorado)	Sozinho/a

OUTROS: _____

ACESSO À INTERNET

5. Você tem celular?

SIM	NÃO
-----	-----

6. Você costuma entrar na internet?

Sim, pelo wifi de casa	Sim, pelo 4G	Não
------------------------	--------------	-----

7. Se sim, o que você costuma acessar?

YouTube	WhatsApp
Instagram	Telegram
TikTok	Aplicativo de banco
Facebook	Jogo de aposta

OUTROS: _____

8. O que você costuma fazer?

Ver vídeos	Postar fotos e vídeos meus
Conversar	Compartilhar fotos e vídeos
Assistir novela, série, filme...	Resolver coisas do banco

OUTROS: _____

9. Quais as maiores dificuldades para usar serviços públicos digitais (MEU INSS, Poupatempo, SUS Digital acompanhar resultado de exames médicos)?

10. O que você acha que ajudaria a superar as dificuldades?

11. Você já foi no Cras ou Creas?

DADOS DEMOGRÁFICOS

12. Idade: _____

13. Em que cidade e Estado você nasceu: _____

14. Raça (Classificação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

Preta	Parda	Amarela	Indígena	Branca
-------	-------	---------	----------	--------

15. Sexo:

Feminino	Masculino	OUTROS:
----------	-----------	---------

16. Renda:

Aposentadoria	Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)	Salário	Pensão
---------------	--	---------	--------

Outras: _____

17. Nível socioeconômico (renda familiar)

Menos que 1.412 reais	de 1.412 a 4.236 reais	de 4.236 a 7.060 reais
de 7.060 a 11.296 reais	de 11.296 a 14.120 reais	Acima de 14.120 reais

18. Grau de escolaridade

Sem instrução	Ensino fundamental (1º grau) incompleto	Ensino fundamental (1º grau) completo
Ensino médio (2º grau) incompleto	Ensino médio (2º grau) completo	Ensino técnico
Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação

19. Grau de escolaridade do seu pai:

Sem instrução	Ensino fundamental (1º grau) incompleto	Ensino fundamental (1º grau) completo
Ensino médio (2º grau) incompleto	Ensino médio (2º grau) completo	Ensino técnico
Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação

Não sei

20. Grau de escolaridade da sua mãe:

Sem instrução	Ensino fundamental (1º grau) incompleto	Ensino fundamental (1º grau) completo
Ensino médio (2º grau) incompleto	Ensino médio (2º grau) completo	Ensino técnico
Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação
Não sei		

21. Sua profissão (a que fez durante a maior parte da vida):

22. Estado civil:

Solteiro(a) sem relacionamento	Solteiro(a) com relacionamento	Casado(a)
Divorciado(a)	Separado(a)	Viúvo(a)

23. Onde você reside?

Casa própria	Casa alugada	Casa cedida	Casa de parentes
--------------	--------------	-------------	------------------

24. Com quem reside atualmente:

Sozinho	Com familiares Quem?	Com não familiares
---------	-------------------------	--------------------

Familiares: filhos, noras, genros, netos, sobrinhos, enteados, primos, irmãos, pais, tios.

25. Quando você tem um problema ou quer desabafar, você pede ajuda para quem?

26. Você tem filhos? Se sim, quantos e qual a idade de cada um?

Nome: _____

Endereço: _____

Contato: _____

APÊNDICE B

Roteiro entrevista clínica semiestruturada

Constituição Subjetiva

- Resuma brevemente como foi sua vida até agora.
- Como você se divertia quando era jovem?
- Como você se diverte agora?
- Como achou que seria sua vida na velhice? E como é agora?
- Como é o processo de envelhecer?

Família

- Quem faz parte da sua família?
- Como são suas relações familiares?
- Você foi casado(a)?
 - SIM: Como foi?
 - NÃO: Por quê?
- Você teve filhos?
 - SIM: Como é sua relação com ele(s)?
 - NÃO: Por quê?
- O que facilita suas relações familiares?
- O que dificulta suas relações familiares?

Assistência Social

- Como acessou a Assistência Social?
- Você tem conseguido utilizar a Assistência agora que está online?
- Como você acha que a Assistência poderia te ajudar mais?
- Você gosta de morar dessa forma (sozinho, com outras pessoas)?
- Você moraria em uma residência para pessoas idosas?

Acesso à internet

- Você usa a internet?
 - SIM: O que você faz?
 - NÃO: Gostaria de saber usar e ter aparelhos para isso?
- Você usa/usaria a internet para se conectar com outras pessoas?
- Como são essas relações virtuais?
- O que você acha que usar a internet facilitaria seu contato com familiares?

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
(RESOLUÇÃO No 510/2016 - Conep/CNS)

Você está sendo convidado(a) para participar, de forma livre e voluntária, da pesquisa Envelhecendo: experiências de pessoas idosas, vínculos familiares, serviços sociais e exclusão digital. Meu nome é Caroline dos Santos Spindola e sou aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisadora responsável por este estudo. Esta pesquisa faz parte das atividades do meu mestrado sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Name Risk, docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSCar.

Por favor, leia com atenção e calma este documento. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de consentir sua participação, você poderá esclarecê-las comigo ou com meu orientador por meio dos contatos informados abaixo. Você não sofrerá nenhum tipo de penalização ou prejuízo caso não aceite participar desta pesquisa.

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a percepção do envelhecimento de pessoas idosas, atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social (Cras) de Piracicaba-SP, seus vínculos familiares e suas experiências de interação digital. Pretende-se identificar também os possíveis fatores de risco e de proteção para manutenção de suas relações familiares e de amizade, analisar os recursos e dificuldades para manutenção dos vínculos familiares, compreender a forma de acesso aos programas, benefícios e serviços da Assistência Social e o impacto da digitalização destes serviços.

Na primeira fase da pesquisa, você será convidado(a) a responder a um questionário socioeconômico que objetiva recolher informações gerais a respeito de suas condições de vida (idade, gênero, raça, escolaridade, renda etc.). Caso alguma pergunta do questionário lhe cause incômodo, basta não respondê-la. O tempo estimado para resposta ao questionário é de 10 minutos. Eu estarei ao seu lado durante o período em que você responder este questionário impresso (“no papel”) acompanhando-o para auxiliá-lo em caso de dúvidas.

Na segunda fase da pesquisa, alguns/algumas participantes que responderam ao questionário, serão convidados(as) a participar de uma entrevista individual na qual eu, Caroline dos Santos Spindola, conversarei com você com base em um roteiro de perguntas. Esta entrevista será agendada em dia e horário que lhe for mais conveniente e terá duração aproximada de 60 minutos. A entrevista será realizada presencialmente, em sala reservada,

com condições de conforto, privacidade e sigilo, do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou em sua residência, conforme sua escolha. O roteiro de perguntas versará sobre aspectos relacionados à sua carreira profissional, às suas relações familiares, ao uso das redes sociais, à sua experiência de vida, além de questões sobre sua relação com a Assistência Social e o Centro de Referência de Assistência Social. Você poderá falar à vontade a respeito dos temas que forem por mim mencionados/perguntados e terá liberdade para evitar conversar sobre o que não deseja compartilhar comigo.

Esta entrevista será realizada presencialmente e será gravada em áudio com a finalidade de registrar o que você disse. Solicito sua autorização para gravação em áudio desta entrevista. Esta gravação será transcrita na íntegra por mim e por mais um profissional experiente nessa ação.

Ao aceitar participar desta pesquisa, será assegurado sigilo e confidencialidade quanto à sua identidade e quanto a pessoas, grupos ou instituições que você vier a mencionar ao responder o questionário ou ao responder a entrevista. Nos relatórios, publicações científicas e demais materiais relacionados à pesquisa, você não será identificado(a) em momento algum, serão empregados nomes fictícios a quaisquer grupos de pessoas que vierem a ser mencionados por você ao longo do estudo.

No entanto, embora sejam empregados todos os esforços possíveis para manter o sigilo/confidencialidade quanto à sua identidade ou quanto aos grupos de pessoas e instituições que você vier mencionar, em função do armazenamento dos dados no ambiente virtual/ "sistema de computador", em função das limitações das tecnologias utilizadas, há restrições para assegurar total confidencialidade/sigilo, havendo risco de sua violação e hackeamento/ "invasão do sistema do computador" inerente a qualquer acesso à internet. Embora as entrevistas sejam realizadas presencialmente, existem riscos característicos do ambiente virtual em virtude da gravação em áudio e dos meios eletrônicos utilizados para este fim. Como forma de minimizar estes riscos, a pesquisadora principal fará o download/"descarregará" os dados coletados (gravação em áudio da entrevista individual) para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual ("sistema de computador"), ambiente compartilhado ou "nuvem". Os dados obtidos serão utilizados apenas para esta pesquisa e serão mantidos por um período de até cinco anos, após esse prazo o material gravado e transcrito será descartado.

Solicito sua colaboração, mas você precisa estar ciente de que sua participação é inteiramente voluntária. Você não terá nenhuma despesa para participar da pesquisa.

A participação na pesquisa não oferece riscos imediatos, no entanto pode oferecer alguns riscos subjetivos, pois as perguntas da entrevista podem remeter a algum desconforto, incômodo e angústia ao evocar sentimentos ou lembranças sobre alguns aspectos de sua vida. Nestas ocasiões, estará assegurada sua liberdade/autonomia de

responder apenas às perguntas que se sentir confortável, ou seja, se alguma pergunta lhe incomodar, você não é obrigado(a) a respondê-la.

Para evitar a ocorrência destes riscos, a pesquisadora principal irá assegurar ambiente acolhedor, seguro e sem julgamentos. A pesquisadora responsável será supervisionada pelo orientador, Prof. Eduardo Name Risk, psicólogo com experiência em estudos desta natureza. Caso não seja possível evitar os riscos e ocorram reações emocionais consideradas significativas, você poderá interromper a qualquer momento a sua participação e entrar em contato comigo ou com meu orientador para acolhimento, aconselhamento e orientação para procura de serviços de saúde mental.

Embora sua participação não traga nenhum tipo de benefício direto, como remuneração ou outra vantagem especial, poderá trazer benefícios como: (a) a oportunidade de refletir e conversar com a pesquisadora sobre as suas relações familiares, o que demanda lidar com situações estressantes, (b) ampliar sua percepção sobre as estratégias que podem ser usadas para acessar o Sistema Único de Assistência Social, (c) refletir sobre suas relações nesta etapa da vida.

Além disto, fica-lhe assegurada total liberdade de desistir de participar do estudo e de se retirar da pesquisa a qualquer momento em que desejar fazê-lo, antes, durante ou após a entrevista, independentemente do motivo, sem que isso implique qualquer prejuízo em relação ao seu vínculo com o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou acarrete qualquer penalidade, represália e constrangimento à sua pessoa. Ou seja, mesmo depois de responder o questionário ou de eventualmente ser entrevistado(a), você poderá desistir a qualquer momento de participar do estudo, caso não se sinta mais à vontade para prosseguir sem que isso acarrete algum tipo de prejuízo na sua relação com a pesquisadora principal e com o Cras. Neste caso, você deverá informar para mim ou para o meu orientador (contatos abaixo), a fim de comunicar sua desistência.

Você terá direito à indenização por qualquer tipo de dano, efetivamente comprovado, resultante da sua participação nesta pesquisa. Caso tenha interesse em conhecer os resultados gerais da pesquisa, você pode solicitar à pesquisadora principal e ao pesquisador responsável, por uma das formas de contato abaixo.

Esta pesquisa seguirá a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Não serão coletadas informações pessoais antes da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ao dar seu consentimento, você consentirá que as informações oferecidas possam ser utilizadas por mim, sempre para fins acadêmicos. Os dados desta pesquisa serão

divulgados em eventos acadêmicos (congressos, seminários, palestras etc.), bem como em publicações científicas (resumos, artigos, livros, capítulos de livro, textos completos, relatórios etc.). Seu nome não será identificado em nenhuma das referidas ocasiões.

Caso tenha alguma dúvida a respeito da pesquisa tanto agora quanto posteriormente, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora ou com seu orientador conforme os contatos abaixo.

Cumprir destacar que ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), você irá aceitar participar da pesquisa. Será disponibilizada uma via impressa e assinada deste TCLE para você, guarde-o junto de seus documentos pessoais.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar** que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento de 2a a 5a feira das 13h às 17h.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3o andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Contato dos(as) pesquisadores(as):

Pesquisadora principal/aluna de Mestrado:

Caroline do Santos Spindola

E-mail: carolinespindolapsi@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Name Risk

E-mail: eduardorisk@ufscar.br

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Rod. Washington Luis, Km 235, São Carlos-SP, Brasil. Caixa Postal: 676. CEP 13565-905.

Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e CONCORDO em participar.

Local: _____

Data: _____

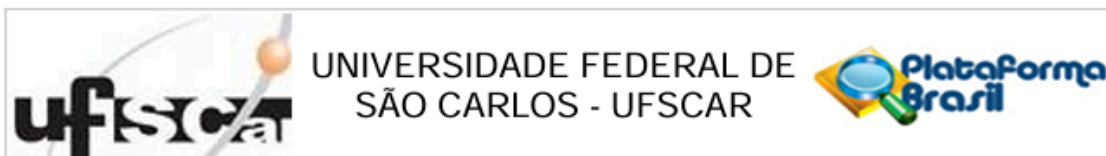
Nome completo do participante: _____

Assinatura do participante
Caroline dos Santos Spindola
Pesquisadora principal

ANEXOS

ANEXO 1

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENVELHECENDO: EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS IDOSAS, VÍNCULOS FAMILIARES, SERVIÇOS SOCIAIS E EXCLUSÃO DIGITAL

Pesquisador: CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78529324.6.0000.5504

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.762.523

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285989.pdf), anexado em 26/03/2024:

O Sistema Único de Assistência Social é uma política destinada a quem dela precisar e integra o tripé da Seguridade Social, juntamente com a saúde e previdência. A atuação da Assistência Social acontece em diferentes níveis de complexidade e tem como porta de entrada os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Este serviço é norteado pela promoção do convívio comunitário, garantia de direitos sociais e promoção dos vínculos familiares. O CRAS atua para garantir acesso aos direitos, serviços e programas para todas as constituições familiares e sujeitos em vulnerabilidade social. Com esse acesso restrito ao ambiente virtual, a população idosa se torna um dos principais públicos do equipamento, pois se torna excluída digital e socialmente. Este projeto tem por objetivo investigar a percepção do envelhecimento de pessoas idosas, atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social de Piracicaba-SP, seus vínculos familiares e suas experiências de sociabilidade digital. Participarão deste estudo 60 pessoas idosas e seus familiares. A coleta de dados dar-se-á por meio da aplicação dos instrumentos: (1) Formulário sociodemográfico, (2) Roteiro - entrevista clínica semiestruturada, (3) Diário de campo/associações para registro das impressões a respeito do campo de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



pesquisa. As entrevistas serão gravadas, transcritas na íntegra e literalmente. O protocolo de pesquisa será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Os dados quantitativos serão analisados visando encontrar informações estatísticas simples de descrição da população participante. O material derivado da entrevista clínica semiestruturada será analisado segundo análise de conteúdo na modalidade temática. O material coligido será interpretado segundo o referencial teórico adotado no estudo.

Metodologia Proposta: Coleta de dados(1) Dados do Cadastro Único. Será realizada análise estatística e qualitativa dos dados apresentados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município para identificação dos bairros com maior número de famílias com pessoas idosas.(2) Recrutamento. Para melhor compreensão dos instrumentos e aproveitamento dos dados, serão realizados testes piloto e validação dos instrumentos com a equipe técnica do serviço. Após a avaliação dessa participação, os instrumentos serão alterados conforme as sugestões de aprimoramento. O convite para participar da pesquisa será realizado de duas formas: por busca ativa e a partir da demanda espontânea. Os sujeitos que demonstrarem interesse em participar da pesquisa serão convidados a ir até o CRAS Vila Sônia ou receber uma visita domiciliar. No instrumento para coleta de dados sociodemográficos, inicialmente, constará o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) transcrito, com todas as informações acerca dos cuidados éticos e de garantia de sigilo, com os objetivos e procedimentos da pesquisa, que será lido com os participantes. Os participantes não alfabetizados darão anuência por meio da digital.(3) Aplicação dos instrumentos. Após anuir ciência e concordância ao TCLE, os participantes responderão ao instrumento Formulário sociodemográfico. O contato de e-mail dos pesquisadores será disponibilizado para eventuais dúvidas e esclarecimentos. Terminado o preenchimento dos formulários, as participantes serão convidadas a demonstrar interesse em contribuir com a segunda fase do estudo, a entrevista semiestruturada. Ao término da coleta de dados por meio dos formulários, a entrevistadora entrará em contato com as participantes que demonstraram concordância através do contato disponibilizado. Vale ressaltar que o interesse em participar da entrevista, não garante a efetivação do convite, dada as limitações de tempo para concretização da pesquisa.(4) Entrevista clínica semiestruturada. A segunda fase do estudo será conduzida a partir de um roteiro estruturado para fins desta pesquisa, baseado nos conceitos levantados na revisão de literatura. Ademais, serão aplicadas técnicas como a associação livre e o manejo psicanalítico. O objetivo principal é que as participantes se sintam confortáveis para falar abertamente sobre suas experiências, sem censura ou cortes que

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



limitem o pensamento lógico. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para auxiliar a análise dos dados e construção das categorias temáticas e de sentido, após a concordância das participantes. O procedimento de entrevista está dividido em dois momentos de encontro, ambos com duração de uma hora, podendo ser interrompidos a qualquer momento, caso assim deseje os entrevistados. O primeiro momento será constituído de uma entrevista baseada no roteiro semiestruturado e o segundo encontro será para aprofundamento de alguns pontos, possibilitando à participante acrescentar informações novas. A entrevista será realizada na residência da pessoa idosa, quando assim desejado, o equipamento do CRAS também será uma possibilidade de ambiente de entrevista. Logo no início do contato para validação do interesse em participar da entrevista e após sua realização, a pesquisadora registrará suas percepções no Diário de campo/associações. Os dados quantitativos serão analisados visando encontrar informações estatísticas simples de descrição do grupo participante. Os dados qualitativos coletados serão analisados segundo a técnica de Análise Temática Indutiva, que possibilita o desenvolvimento de códigos para um tema com sistematização e rigorosidade (Clarke, Braun, & Hayfield, 2019). Assim, serão seguidas as seis fases recomendadas: (1) Familiarização: leitura completa e atenta do conjunto de dados; (2) Codificação: rotulação dos dados a partir de códigos; (3) Procura por temas: abstração dos códigos em busca dos temas; (4) Revisão dos temas: conferência da adequação dos códigos aos temas; (5) Definição e nomeação dos temas

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar a percepção do envelhecimento de pessoas idosas, atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de Piracicaba-SP, seus vínculos familiares e suas experiências de sociabilidade digital.

Objetivo Secundário: a. Identificar possíveis fatores de risco e de proteção para manutenção de relações de sociabilidade; b. Compreender a forma de acesso aos programas, benefícios e serviços da Assistência Social e o impacto da digitalização destes serviços; c. Analisar os recursos e dificuldades para manutenção dos vínculos familiares.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos derivados da participação neste estudo estão relacionados com o desconforto ao responder determinadas questões presentes no questionário e/ou na entrevista. Em

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

decorrência do tema abordado, o presente estudo poderá ocasionar estresse e desconforto psicológico em virtude da lembrança de experiências dolorosas atreladas aos seus relacionamentos e outros aspectos da vida social e familiar. Há também o risco de cansaço ao responder o questionário e a entrevista (caso seja convidado para tanto). Como forma de minimizá-los, sugere-se que você responda aos questionários em momento e local que considere adequado, de preferência em uma situação privada.

Benefícios: Embora sua participação não traga nenhum tipo de benefício direto, como remuneração ou outra vantagem especial, poderá trazer benefícios como: (a) a oportunidade de refletir e conversar com pesquisadores sobre as suas relações familiares, o que demanda lidar com situações estressantes, (b) ampliar sua percepção sobre as estratégias que podem ser usadas para acessar o Sistema Único de Assistência Social, e (c) refletir sobre suas relações nesta etapa da vida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

vide campo CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos obrigatórios e/ou complementares ao protocolo:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285989.pdf

folhaDeRosto.pdf

QUESTIONARIOSOCIODEMOGRAFICO.pdf

ROTEIRO.pdf

CartaAutorizacaoSMADS.pdf

TCLE.pdf

ProjetoMestrado.pdf

Recomendações:

vide campo CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No que se refere à apreciação ética do projeto, à luz da Resolução 510/2016 (quanto ao processo e registro do termo de consentimento livre e esclarecido apresentado nos documentos PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285989.pdf, de 26/03/2024;

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.762.523

QUESTIONARIOSOCIODEMOGRAFICO.pdf, de 25/03/2024; ROTEIRO.pdf, de 25/03/2024; TCLE.pdf, de 25/03/2024; ProjetoMestrado.pdf, de 25/03/2024; CartaAutorizacaoSMADS.pdf, de 25/03/2024, este colegiado não encontrou pendências a respeito do protocolo de pesquisa apresentado e, portanto, considera-o apto para aprovação.

A apreciação ética do projeto considerou os itens abaixo elencados para a emissão deste parecer:

- O processo de comunicação do consentimento está em formato adequado;
- Há a descrição do momento, condição e local do processo de consentimento;
- O momento, condição e local do processo de consentimento estão adequados; - Consta o roteiro do processo de consentimento, descrevendo as informações sobre a pesquisa a serem transmitidas de forma acessível e transparente ao convidado a participar de uma pesquisa;
- É garantida ao participante a privacidade;
- É garantida ao participante a confidencialidade das informações pessoais; - É garantido ao participante ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa nos termos da lei;
- É garantido ao participante o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa;
- Apresenta informação sobre a forma de acompanhamento;
- Apresenta informação sobre assistência; - Apresenta informação sobre os potenciais benefícios da pesquisa;
- Apresenta informação sobre os possíveis riscos da pesquisa; - Apresenta garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;
- Apresenta explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa;
- Apresenta informação do endereço, e-mail e contato telefônico dos responsáveis pela pesquisa;
- Apresenta breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e da Conep;
- Apresenta garantia de acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado;
- A pesquisadora apresenta a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento assinado;
- Apresenta a garantia ao participante quanto ao direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal;
- Apresenta o direito do participante de não responder a pergunta;

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.762.523

- Apresenta a garantia de se retirar da pesquisa a qualquer momento;
- Apresenta obrigatoriamente, link para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio, que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

No que se refere à apreciação ética do projeto, à luz das Resoluções 510/2016 e 466/2012, este colegiado não encontrou pendências a respeito do protocolo de pesquisa apresentado e, portanto, considera-o apto para aprovação. O CEP ζ UFSCar recomenda aos(às) pesquisadores(as): comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final) ζ .

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285989.pdf	26/03/2024 18:16:14		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/03/2024 18:15:13	CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
Outros	QUESTIONARIOSOCIODEMOGRAFICO.pdf	25/03/2024 19:02:40	CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
Outros	ROTEIRO.pdf	25/03/2024 19:00:05	CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaAutorizacaoSMADS.pdf	25/03/2024 18:59:22	CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/03/2024 18:58:23	CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado.pdf	25/03/2024 18:54:58	CAROLINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

Município: SAO CARLOS

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS - UFSCAR



Continuação do Parecer: 6.762.523

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 13 de Abril de 2024

Assinado por:
Sonia Regina Zerbetto
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br